

PUC

CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

HUMANITAS

**Instituto de
Ciências Humanas**

Humanitas - Vol. 2 - Nº 2 - Agosto 1999

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

PUC
CAMPINAS
PORETIKA UNIVERSIDADE CATÓLICA

**INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS**

HUMANITAS

Humanitas

Vol. 2

Nº 2

Agosto 1999

SUMÁRIO

Apresentação 5

ARTIGOS

Rui Ribeiro de Campos, A geografia radical, na França e na América Anglo-saxônica 7

Mirza Maria Baffi Pellicciotta, Riqueza urbana e rural, sofisticação produtiva e construtiva: raízes do fausto na região de Campinas 22

Antônio Carlos Pinheiro, Por uma política de sustentabilidade: globalização e socialização 55

Maria Salete Zulzke Trujillo, Fragmentos de “outros” 84

RESENHAS 132

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que trazemos à público o número dois, do segundo volume da revista **Humanitas** neste ano de 1999.

Os artigos ora apresentados procuram caracterizar aspectos contemporâneos do debate das ciências humanas, e atender a exigência da pluralidade de olhares de seus profissionais. Assim, questões fundamentais para a dinâmica da sociedade brasileira serão aqui abordadas.

Rui Campos procura recolocar a importância histórica e crítica da chamada Geografia Radical como um elemento importante para os geógrafos não apenas a partir de 1960, mas desde o século passado. A contribuição teórica do artigo será fundamental para os pesquisadores, docentes e alunos desta área do conhecimento. No artigo de Mirza Pellicciotta, vamos encontrar as raízes do progresso e do *fausto* do município de Campinas, através da análise de sua riqueza urbana e rural. Antônio Carlos Pinheiro, resgata as raízes teóricas do ambientalismo e suas relações com o desenvolvimento da sociedade industrial globalizada, na atualidade. Esse tema, torna-se cada vez mais importante para a sociedade, em função de um profundo questionamento sobre o modelo de desenvolvimento atual e o compromisso social com as gerações presente e futura. Maria Salete Trujillo, com seu artigo, nos propicia uma *viagem* sobre os temas da globalização e mundialização da cultura, e a questão da diversidade cultural e social a partir de um trabalho realizado com alunos de filosofia e história, da PUC-Campinas, na disciplina Antropologia.

Esperamos que o esforço seja compensado e os leitores possam aproveitar desta edição. Por último, gostaríamos de agradecer novamente ao fundamental apoio e estímulo realizado pela Direção do Instituto, através da Professora Maria Salete Z. Trujillo, aos colegas do Conselho Editorial e ao funcionário Ricardo Marcelo Fait Gorchacov junto a secretaria do Conselho Editorial.

Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

A GEOGRAFIA RADICAL, NA FRANÇA E NA AMÉRICA ANGLO-SAXÔNICA

Rui Ribeiro de CAMPOS *

"Nós não reformamos a Geografia, viramo-la contra os nossos adversários. É duma guerrilha epistemológica que se trata:..." (Brabant, Giblin e Ronai, no posfácio de Lacoste 1977, 149)

RESUMO

O artigo procura traçar, sucintamente, aspectos da Geografia Radical na França e nos EUA, colocando algumas características do contexto histórico que a estimulou nestes países. Cita precursores como Reclus e Kropotkin, destaca a atuação de Pierre George e Yves Lacoste na França, e de William Bunge e David Harvey nos EUA.

ABSTRACT

The article tries to delineate, in a short way, Radical Geography aspects in France and in the USA, including some characteristics

(*) Professor dos cursos de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas e doutorando em Geografia (área de concentração : Organização do Espaço) no IGCE-UNESP, campus de Rio Claro (SP).

from the historical context in which they have been engendered in the countries. It also mentions the precursors Reclus and Kropotkin, and emphasizes Pierre George and Yves Lacoste in France, William Bunge and David Harvey in USA.

A denominação Geografia Radical ou Crítica é recente pois foi cunhada notadamente a partir da década de 1960; mas sua existência, ainda que concebida por poucos geógrafos, já ocorria no século passado. Nesse grupo são incluídos os geógrafos que discordavam do compromisso, aparente ou não, que as correntes denominadas de Tradicional, Quantitativa, do Comportamento, da Percepção, possuíam com a manutenção do *status quo*, da ordem vigente, e do fato de suas parcas críticas às injustiças sociais não irem ao cerne dos problemas. De início, se colocaram contra toda a Geografia até então praticada e *“se posicionaram por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo”* (Moraes 1981, 112). Possuíam clareza do conteúdo político do conhecimento e encaravam *“a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem”* (Idem).

O grupo, no entanto, era heterogêneo; havia geógrafos com formação anarquista, com formação marxista – divididos em ortodoxos e heterodoxos, entre os que cristalizavam as idéias de Marx e outros que procuravam enriquecer seu pensamento – e outros socialistas não-marxistas. Por isso é que não se pode usar o termo *escola*, o que aliás pode ser positivo. Quando, na década de 1960, as divergências entre os marxistas – inclusive quanto à aplicação do socialismo – aumentaram em virtude de fatos como o XX Congresso do PCUS (1956), as invasões da Hungria (1956) e da Tchecoslováquia (1968), ocorreu um ressurgimento dos anarquistas Élisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921), demonstrando o papel pioneiro dos dois. Como afirmou Yves Lacoste, por mais que se diga o contrário, o primeiro grande geógrafo francês não foi Vidal de La Blache mas Reclus, para o qual *“a geografia não só não pode ignorar os problemas políticos, como permite até colocá-los melhor e pôr em evidência a sua importância”* (1977, 71). Contudo, esse geógrafo que

discutia e combatia o Estado, que admitia a Geografia como uma ciência da sociedade, teve seu nome

"cuidadosamente esquecido na Universidade, especialmente por aqueles que 'saquearam' desavergonhadamente as múltiplas publicações de sua Geografia Universal, para dela utilizarem inúmeras passagens na que foi realizada sob a direção de Vidal."
(Idem)

O bakunista Élisée Reclus procurava, em livro que tratava do que se convencionou chamar de *geografia física*¹, analisar de modo dinâmico as relações entre o homem e a natureza, admitindo a primazia do primeiro. Refutava o determinismo fisiográfico e, ao mesmo tempo que abordava os fenômenos físicos, procurava salientar a ação do homem. Em outros livros² analisava as relações de classe e as formas de dominação colonial, chamava a atenção para as grandes questões sociais e para as modificações ocorridas com a penetração das relações capitalistas, distinguia as colônias de povoamento das colônias de exploração e já se preocupava com as cidades e seus problemas, quando isso ainda não era comum entre os geógrafos. Frente aos graves problemas sociais da época, afirmava que a solução estava na evolução individual, na destruição da burguesia e no desaparecimento do Estado.

Piotr Kropotkin, moscovita de origem aristocrática e apelidado de *príncipe dos anarquistas*, foi o principal impulsionador da corrente ácrata conhecida como *anarco-comunismo*. Teórico de um anarquismo não violento, pregava a *ajuda mútua* e propunha uma reordenação social baseada em comunas auto-geridas. Sua atividade como militante anarquista foi mais intensa e proflua do que a de geógrafo. Para ele, a tarefa da Geografia consistia em mostrar que a humanidade era uma só. Entretanto, admitia a Geografia mais como uma ciência da natureza que da sociedade³. Era um apaixonado pela observação da natureza — o estudo do meio, o contato com a natureza era fundamental para o ensino de Geografia — e acreditava no poder

mágico da ciência, o que fazia com que não tivesse dúvidas sobre o domínio do homem sobre a natureza pois “a *evolução tecnológica trazia o domínio do homem sobre a natureza*...” (Vesentini 1986, XIX). A dialética marxista, para ele, pouco contribuía para o desenvolvimento da ciência e admitia a existência de leis gerais nas ciências sociais. Seu cientificismo o fazia crer que a sociedade era regida por leis que, através da progressiva *cientifização* da sociedade, a levariam ao comunismo. Apesar de uma obra geográfica bem menos vasta que seus escritos anarquistas, Kropotkin e, principalmente, Reclus, incluíram a categoria classe social na Geografia, discutiram o papel do Estado e da luta de classes, sem omitir o anarquismo em suas análises geográficas.

Polêmicas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial motivaram o ressurgimento destes dois geógrafos. Esta guerra provocou a destruição da economia e do espaço urbano de grande parte dos países europeus. Era necessário reconstruir; entretanto, devido à nova situação histórica, era preciso reconstruir de outra forma. Nos países que vão se transformar na chamada Europa Oriental, com a estatização dos meios de produção, a planificação era geral e controlada pelo partido no poder, não sofrendo, portanto, a pressão de grandes grupos econômicos nacionais ou estrangeiros⁴. Na Europa Ocidental, o planejamento necessitava estar voltado também para a empresa privada, sofria pressões de grupos internacionais e possuía um setor operário mais organizado; daí ser menos *global* que no leste europeu. O fato de a política de planejamento ser generalizada abriu um campo de trabalho para profissionais das ciências sociais, tanto para a elaboração de diagnósticos quanto para prognósticos. A melhor organização das atividades econômicas, a necessidade de realocação das indústrias e da mão-de-obra, de estruturação das comunicações e reorganização do setor primário, chamavam, para a realização de trabalhos de planejamento, os geógrafos.

Esse fato forçou os geógrafos a trabalharem com outros especialistas, a realizarem prognósticos — e não somente diagnósticos — e a reverem as categorias de análise que utilizavam. Surgiram

disciplinas na Geografia que se aproximavam, principalmente, da Economia e da Sociologia, descobriu-se uma aplicabilidade do conhecimento geográfico e ocorreram importantes polêmicas relativas à colaboração ou não com os governos. Passou-se a falar em Geografia Aplicada, que colaboraria efetivamente com o Estado nas tarefas de planejamento e reconstrução⁵, e em Geografia Ativa, que ressaltava a independência e a necessidade de se criticar as decisões estatais.

Constatou-se que permanecer na observação, descrição e explicação do visível da paisagem era insuficiente. Era necessário ir além do visível, não permanecer na perspectiva idiográfica ou corológica, e não mais encarar a atividade agrícola regional como um gênero de vida mas como uma atividade integrada aos setores secundário e terciário. Os dados estatísticos passaram a ser mais valorizados e a tentação de realizar projeções aumentou. Entretanto, apesar de se considerarem elaboradores de sínteses, os geógrafos não serão chamados para a coordenação dos trabalhos e, sim, para estudos específicos relativos a climas, solos, interpretação de imagens aéreas, elaboração de mapas temáticos, o que os estimulava a

“se dedicar ao trabalho em áreas restritas. Isto iria refletir-se no cerne do pensamento geográfico, quando os novos geógrafos-planejadores passaram a questionar o ensino ministrado nas universidades e a exigir uma formação mais técnica, formação que ganharia grande prestígio nos anos 60 com a chamada Geografia Quantitativa”. (Andrade 1987, 99)

Na Europa, a Geografia Aplicada ganhou prestígio também nas universidades, com destaque para os geógrafos Jean Tricart e Michel Philliponeau. Contudo, essa tendência não chegou a romper com a Geografia clássica — o rompimento ocorreu, na fala mas não de fato, nos EUA —, considerando-se uma reformulação, uma adaptação aos novos tempos.

O outro grupo era liderado pelo francês Pierre George (1909-), em cuja obra *“observa-se a preocupação em conciliar os*

postulados marxistas com os lablachianos" (Idem, 99); daí que *"seu grande mérito foi introduzir pioneiramente alguns conceitos marxistas na discussão geográfica."* (Moraes 1981, 119) Procurando conciliar a metodologia clássica da análise regional com o instrumental conceitual do marxismo, não conseguiu romper, revolucionar a Geografia, distanciando-se posteriormente do marxismo.

"Todavia, é com Pierre George que a organização geográfica do espaço mundial perde, pela primeira vez, seus alicerces clássicos: a divisão natural em continentes. Os novos alicerces são os 'sistemas econômicos': (...). A geografia de cada país, incluindo-se suas condições naturais, organizar-se-á segundo seu sistema econômico." (Moreira 1981, 51)

No livro *Geografia Ativa*⁶, combateu propostas de ensino, nas universidades, da geografia aplicada, *"sob pena de tecnicizar e reduzir sua área de ensino, fazendo correr o risco de destruir a unidade desta ciência."* (Andrade 1987, 99) Seus livros davam mais destaque à indústria que à agricultura, inclusive colocando esta após a primeira, por admitir que era a indústria que comandava a vida econômica; colocava o homem não somente como um habitante mas também como produtor e consumidor e realizou estudos renovadores relativos à população. Professor na Sorbonne e autor de dezenas de livros, formou um grupo de *discípulos* onde se destacaram Michel Rochefort, com seus estudos sobre problemas econômicos, Bernard Kayser, estudioso dos problemas agrários, e Yves Lacoste.

Yves Lacoste (1929-), que já se destacara com uma postura de denúncia de realidades espaciais injustas – ainda sem romper definitivamente com a metodologia tradicional – com o livro *Geografia do Subdesenvolvimento*⁷, vai superar o mestre Pierre George e se tornar uma das referências obrigatórias da Geografia Crítica. Seu artigo intitulado *A Geografia*⁸ é hoje uma referência importante; nele criticava a Geografia e os numerosos geógrafos que *"não ocultam seu menosprezo pelas 'considerações abstratas' (...),*

vangloriam-se dele e afirmam sua predileção pelo 'concreto'" (Lacoste 1974, 222) e que abandonaram o projeto de uma geografia unitária para obterem vantagens da divisão do trabalho científico, ampliando a separação entre a *geografia física* e a *geografia humana*. Analisava também a carência epistemológica desta ciência, sua crise — que estava levando ao surgimento de propostas de substituí-la no ensino secundário francês por uma Iniciação à Ecologia ou uma Preparação para as Ciências Econômicas ou Sociais —, suas relações com o poder, além de realizar uma contundente crítica à Escola Regional Francesa. Deixava claro que

"...o espaço não é nem neutro nem inocente; ele é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado também é uma entidade geográfica e o aparelho de Estado organiza o espaço geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens. O imperialismo também é um fenômeno geográfico: ele implica, através de diferentes meios, o domínio e a organização do espaço planetário." (Idem, 234)

Procurava ainda mostrar a distância que existia entre a geografia da sala de aula e a acadêmica e a da *mass media* e, principalmente, a das grandes empresas e dos generais.

Radicalizou sua crítica no livro *A Geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra*⁹, onde separou o saber geográfico em *Geografia dos Estados-Maiores* — de origem antiga e vinculada à prática do poder, dos conquistadores, dos Estados e das grandes empresas monopolísticas, que estabelecem estratégias de ação visando o domínio do espaço — e em *Geografia dos Professores*. Para ele, esta se tornara um discurso ideológico e uma de suas funções era *"a de mascarar a importância estratégica das análises que fazem do espaço"* (Lacoste 1977, 17), apresentando-se como uma disciplina inútil, dissimulando que o *"saber geográfico pode ser um poder"* (Idem, 21). Os detentores do poder articulam sua intervenção em várias áreas e têm uma visão integrada do espaço, enquanto o cidadão comum tem

a perspectiva de seu viver diário e na escola não lhe foi feita a articulação entre a geografia e a *prática espacial*, impedindo-o de pensar o próprio espaço, inclusive por só ter usado mapas de pequena escala. E era *"necessário fazer as pessoas compreender (sic) que, quando estão num determinado local, não se encontram numa única zona, ou 'região'."* (Idem, 134) Era preciso uma Geografia que proporcionasse uma visão integrada de espaço e que fosse uma *praxis* pois é necessário *"saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber nele combater"* (Idem, 129).

A corrente liderada por Yves Lacoste criou, em 1976, a revista **Herodote**, que pretendia

*"Cartografar a disposição das fábricas para frustrar a sua mobilidade, desmascarar o ordenamento do território, desmontar as maquinações com fins repressivos de espaços reais ou imaginários, localizar tensões, traçar uma topologia de dominação"*¹⁰

Esta revista tem sido um importante veículo de debate da crise epistemológica da Geografia, de combate às correntes não dialéticas, de discussão de temas atuais, de estímulo à participação dos geógrafos na transformação da sociedade.

A Segunda Guerra Mundial provocou o deslocamento dos centros de poder mundial e também dos centros de difusão das idéias geográficas que, devagar, vão se transferindo da Europa para os Estados Unidos da América, onde a Geografia também será útil à continuação do projeto expansionista daquele país, auxiliando projetos de planificação e passando, *"de maneira ainda mais clara, a estar ao serviço da realização de um projeto imperial."* (Santos 1978, 85) Naquela que se cognomina de terra da liberdade, esta não existia para os que se propusessem a utilizar o método dialético. O sobrenome Marx somente podia ser citado positivamente se antecedido dos nomes Groucho, Harpo ou Chico. Durante o acirramento da Guerra Fria, o macartismo¹¹ infernizou a vida acadêmica dos EUA. Após o mesmo, o antimarxismo sempre esteve presente; qualquer menção à

palavra socialismo era mal vista. As ciências ficaram presas ao projeto político do país e as ciências sociais se caracterizaram por abordagens superficiais, dificilmente vendo os problemas existentes como contradições do próprio sistema. Isso ajuda a explicar o surgimento da Geografia Radical nos EUA somente na década de 1960.

A desigualdade racial e os conflitos inter-raciais dela decorrentes, e a presença dos EUA na guerra civil do Vietnã – ao qual enviava seus jovens para defender os interesses do grande capital, interesses escondidos pelo manto da *defesa da democracia* –, foram dois dos fatos mais marcantes. O movimento pelos Direitos Civis levou multidões de negros às ruas; as campanhas liberais puseram nas vias públicas grupos de feministas, ambientalistas e pacifistas, entre outros. Alguns geógrafos começaram a tomar consciência de que a Geografia havia sido, geralmente, uma ciência de inventários úteis à expansão imperialista no século XIX, de que na dominação interna cultural outras ciências agora eram mais importantes, de que a tentativa de uma metodologia diferente, realizada pela *New Geography*, com seus modelos de localização, era mais útil a interesses industriais e comerciais e de que a perspectiva crítica e o questionamento filosófico haviam sido relegados a segundo plano nos cursos de Geografia.

Vários dos que assim pensavam se denominaram integrantes da *Geografia Radical* e fundaram a revista **Antipode, a Radical Journal of Geography**¹² onde era veiculada a maioria das discussões do grupo, centradas em dois tipos principais de questões. Entre os geógrafos acadêmicos,

“um esforço para mudar o foco da disciplina (...) para o estudo de problemas sociais urgentes; entre os geógrafos orientados para a ação, a procura de modelos organizacionais para a promoção da mudança social.” (Peet 1985, 231)

As grandes marchas contra a guerra do Vietnã mudaram o tom dos congressos da Associação dos Geógrafos Americanos: solicitava-se

uma Geografia mais atuante. Nas revistas geográficas começaram a aparecer artigos mais voltados para as questões sociais, com destaque para estudos a respeito de guetos de negros nas grandes cidades estadunidenses. Alguns geógrafos, como J. Blaut – que *“foi capaz de ver as relações funcionais entre os interesses das potências e o desenvolvimento das teorias”* (Idem, 233) –, William Bunge e, mais tarde, David Harvey, começaram a se destacar.

William Bunge trabalhou, inicialmente, na Universidade de Washington, convivendo com um dos principais centros da *New Geography* e os problemas sociais de Seattle. Depois foi lecionar na Wayne State University em Detroit, morando próximo a um gueto negro, se envolvendo com os assuntos da comunidade, com os movimentos de direitos civis, com uma Geografia voltada para os problemas dos mais pobres; e estimulando o mesmo envolvimento por parte de seus alunos. *“Em 1967 foi recusado o seu contrato na Wayne State University, com a alegação de obscenidades (proferidas durante as aulas),...”* (Idem, 234) e em 1968 fundou, em Detroit, a **Society for Human Exploration** (Sociedade para a Investigação Humana), com a finalidade de

“formar expedições para as áreas mais pobres e mais degradadas do país (...), planejando COM as pessoas mais do que planejando PARA elas, incorporando pessoas do local mais do que as excluindo numa maneira elitista. (...) Pessoas do local seriam treinadas em habilidades geográficas de modo que poderiam tornar-se parte na solução de seus problemas e continuariam a luta quando a expedição fosse embora.” (Idem)

O conceito de expedição continha a idéia de que a atividade acadêmica incluía a defesa dos grupos mais pobres e desorganizados da sociedade, ajudando-os com informações e técnicas de planejamento voltadas à resolução de seus problemas. Em 1972, W. Bunge funda a Expedição Geográfica de Toronto, cidade onde, após ficar desem-

pregado, passou também a dirigir táxi, “*porque nenhuma universidade lhe oferece um lugar para trabalhar.*” (Santos 1989, 13)

A década de 70 acrescentou a recessão econômica, notadamente a partir de 1974, como mais um problema. Isso acentuou a guinada para o marxismo em setores da Geografia Radical dos EUA. Papel de liderança neste aspecto teve David Harvey¹³, recém imigrado da *New Geography*, pregando a necessidade de superar a simples investigação empírica das condições sociais dos excluídos por um novo e radical paradigma para a ciência geográfica. A base teórica desse novo paradigma seria a teoria marxista, o que chegou a provocar reações negativas inclusive em muitos geógrafos radicais, mesmo naqueles engajados em pesquisas a respeito de grupos sociais excluídos da riqueza produzida e que tinham uma ação norteadada pela crítica aos paradigmas tradicionais e *quantitativos*, e à fragmentação da ciência. Mas, naquele momento, alguns desejavam ir à essência dos problemas, transpor a simples observação das aparências, através do materialismo dialético. Tinham como meta superar o *fetichismo do espaço*, através do qual a Geografia apresentava as relações entre as classes sociais como relações entre áreas, a *forma geométrica espacial “estabelecida contra o ‘conteúdo’ social do espaço, obscurecendo-o pela negação das relações dialéticas de ‘conteúdo’ e ‘forma’.*” (Peet 1985, 240) Como as outras correntes do mesmo período, defendiam a necessidade de maiores estudos teóricos, de busca de maior embasamento filosófico.

O estudo de textos marxistas fez com que diversos geógrafos passassem a admitir que os processos sociais se relacionam com a produção e reprodução da base material da existência, que modos de produção diferentes produzem manifestações espaciais diferentes — ou seja, que as relações espaciais refletem as relações sociais — e ainda a ocorrência da transferência de mais-valia das regiões periféricas para as centrais, sendo o crescimento destas também produto e causa do subdesenvolvimento das áreas periféricas. Essas concepções levaram à formação, na cidade de Toronto em 1974, da União dos Geógrafos Socialistas (*Union of Socialists*

Geographers), da qual participavam interessados em mudanças visando sociedades mais justas e em desenvolver uma teoria geográfica que contribuísse para isso. Seu local de maior *sucesso* foi a Simon Fraser University, na Colúmbia Britânica, possuindo também grupos organizados em Montreal e Toronto (Canadá) e em Boston e Baltimore (EUA), para destacar os mais significativos. Porém, no início dos anos noventa, a Geografia Radical ou Marxista estadunidense permanecia pouco expressiva; mas, de qualquer maneira, contribuiu para a chegada de Marx e Engels à Geografia da América Anglo-Saxônica, estimulou o debate e procurou romper o isolamento da Geografia em relação às outras ciências sociais.

O método dialético permite a superação das visões unilaterais do homem, a descoberta de que há aspectos desta vida que não cabem num programa de computador ou num modelo matemático. Possibilita abarcar a complexidade da vida social, contestar a ordem estabelecida como ordem, e impedir a transferência ao individual, ao homem abstrato, da culpa dos problemas sociais causados por determinados grupos. A preocupação com aspectos sociais, no Brasil, já aparecia desde os meados da década de 1930, em textos de Caio Prado Júnior, nas obras de Josué de Castro e nos livros de Manuel Correia de Andrade, entre outros. Entretanto, a ditadura militar pós-64 impediu que o método dialético fosse objeto de discussão; mas, no final da década de 1970 e na década seguinte, as alterações institucionais (revogação do AI-5, lei da anistia), o agravamento da crise econômica, a retomada do debate político, entre outros, permitiram a emergência de uma corrente que se autodenominou *Geografia Crítica* e que afirmava possuir como base a dialética marxista.

Os autores estrangeiros aqui citados se constituíram num fundamental ponto de apoio para esta corrente. Como nos EUA e na França, a Geografia aqui predominante havia sido um instrumental para o poder; mas, com esta nova corrente, passamos a ter mais geógrafos analisando o espaço para transformá-lo, dando um novo caráter a sua *práxis*, buscando uma utilidade para a Geografia, não mais para servir ao Estado e sim a maioria da sociedade. Procuraram

novos caminhos, sendo significativo aquele que investiu na busca das raízes dos problemas sociais e no aprofundamento das causas epistemológicas da crise. Descobriu-se que não se pode prescindir da teoria, sem a qual não se compreende o *concreto* em sua totalidade, e nem abrir mão do projeto de uma Geografia unitária e brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Élisée Reclus**. -São Paulo: Ática, 1985 (c. grandes cientistas sociais, 49).
- _____. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. - São Paulo: Atlas, 1987.
- FAISSOL, Speridião. *A geografia quantitativa no Brasil: como foi e o que foi?* In: **Revista Brasileira de Geografia**. - Rio de Janeiro: IBGE, v. 51, n. 4, 1989, 21-52.
- GEORGE, Pierre *et al.* **A geografia ativa**. 2ª ed. - São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. 2ª ed.-São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- _____. *A geografia*. In: CHÂTELET, François. **História da filosofia** : a filosofia das ciências sociais. - Rio de Janeiro: Zahar, 1974, v.7, 221-274.
- _____. **A geografia serve antes de mais para fazer a guerra**. - Lisboa (Portugal): Iniciativas Editoriais, 1977.
- MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia**: pequena história crítica. - São Paulo: HUCITEC, 1981.
- MOREIRA, Ruy. *Geografia e 'praxis': algumas questões*. Revista de cultura. Petrópolis (RJ): Vozes, maio de 1980, a. 74, v. LXXIV, n. 4, 19-36.

- _____. **O que é geografia.** -São Paulo: Brasiliense. 1981 (c. primeiros passos, 48).
- PEET, Richard. *O desenvolvimento da geografia radical nos Estados Unidos.* In: **Perspectivas da geografia.** 2ª. ed. -São Paulo: DIFEL, 1985, 225-254.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** -São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1978.
- _____. *Responsabilidade social dos geógrafos.* In: **Fundamentos para o ensino de Geografia;** seleção de textos. São Paulo: SE/CENP, 1989, 07-13.
- VESENTINI, José W. **Piotr Kropotkin.** -São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1986 (seleção de textos, 13).

NOTAS

- ⁽¹⁾ O livro é *La Terre* (2 v., 1869), com sucessivas edições até 1905, ano de sua morte e da publicação do *Traité de géographie physique*, de Emmanuel de Martonne, que restringia sua análise aos fenômenos naturais.
- ⁽²⁾ Como a *Nouvelle Géographie Universelle* (19 v., 17.873 p., 4.290 cartas, vendido sob a forma de fascículos, de 1875 a 1892) e principalmente *L'Homme et la Terre* (6 v., 3.589 p., em fascículos, 1905), sua principal obra.
- ⁽³⁾ Dividia a Geografia em quatro grandes ramos que, resumidamente, seriam os seguintes: 1) a distribuição das terras e das águas e as modificações decorrentes desta distribuição; 2) as leis que explicam a formação do relevo, dos rios e a influência das condições meteorológicas no relevo; 3) a distribuição dos animais e plantas sobre a superfície terrestre e as causas desta distribuição; 4) a análise da distribuição dos homens pelo espaço terrestre. (Andrade 1987, 60)
- ⁽⁴⁾ Na ex-URSS, os cursos de Geografia eram mais voltados para os estudos sobre os aspectos naturais, e os geógrafos, quando chamados para atividades de planejamento, integravam as equipes que analisavam problemas e/ou aspectos naturais.
- ⁽⁵⁾ Na França, além do Ministério da Construção, muitos integraram a *Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Regionale*, que visava, sobretudo, a reorganização do funcionamento das atividades urbanas e industriais. "Daí terem surgido os estudos designados de *Aménagement du Territoire*, que procuravam descentralizar a vida econômica francesa e atenuar a concentração existente em Paris e sua região" (Andrade 1987, 102)
- ⁽⁶⁾ Escrito com Raymond Guglielmo, Yves Lacoste e Bernard Kayser, e publicado no Brasil pela Difusão Européia do Livro em 1966.
- ⁽⁷⁾ Publicado no Brasil pela Difusão Européia do Livro, na segunda metade da década de 1960, este livro foi mais utilizado, na época, em cursos de Ciências Sociais que

de Geografia. Yves Lacoste nasceu em Fez (Marrocos) e, em 1951, concluiu na Sorbonne o curso de Estudos Superiores de Geografia. Em 1948 filiou-se ao Partido Comunista Francês, ligando-se a integrantes do movimento nacional argelino. Entre 1952 e 1955, lecionou História e Geografia no Liceu Bugeau em Argel e, em 1968, foi nomeado professor-assistente na Universidade de Vincennes, Paris VIII. Em 1972 publicou, no *Le Monde*, artigos – que obtiveram grande repercussão – a respeito da estratégia estadunidense de bombardeio dos diques existentes na região de Hanói, no Vietnã.

- (8) In: CHÂTELET, François. *História da Filosofia: a filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, v. 7, p. 221-274 (a primeira edição foi publicada na França em 1973)
- (9) *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: François Maspero, 1976.
- (10) J.M.Brabant, Béatrice Giblin e Maurice Ronai, sobre a Revista *Herodote*, no posfácio de *A Geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra* (1977, 149)
- (11) A histeria anticomunista nos EUA, após a Segunda Guerra Mundial, se iniciou com a *Ordem de Lealdade de Truman*, em 1947, cujo objetivo era investigar funcionários públicos federais e expulsar os que fossem considerados *desleais* para com o país. Em 1950, o senador republicano pelo estado de Wisconsin, Joseph R. McCarthy ressuscitou o *Comitê de Atividades Antiamericanas* e promoveu uma brutal perseguição a pessoas ou instituições progressistas acusadas, não importando como, de comunistas ou filo-soviéticas. Milhares de pessoas foram colocadas sob suspeição, como Charles Chaplin, Bertold Brecht, Tennessee Williams e outros. Transformou seu exacerbado anticomunismo em campanha nacional, atingindo o auge em 1952; e nessa *caça às bruxas* teve papel de destaque o então deputado Richard Nixon. Entretanto, a atuação política do senador McCarthy continha graves casos de corrupção que, denunciados, levaram o Senado a condenar suas atividades em 1954.
- (12) Foi fundada em 1969 por um grupo de professores e estudantes da Clark University (em Worcester, estado de Massachusetts). A maioria de seus colaboradores, no início, eram ex-geógrafos quantitativistas, desencantados com esta perspectiva. A partir de 1974, adotou uma linha marxista, o que diminuiu sua presença e influência nos meios universitários, controlados pela conservadora Associação dos Geógrafos Americanos. Segundo Andrade (1987, 125), os principais centros de difusão das idéias defendidas pela revista *Antipode* estavam nas universidades de Clark (EUA), Vancouver (Canadá) e Londres (R.U.).
- (13) David Harvey – como Brian Berry, um inglês que migrou para os EUA –, foi durante algum tempo a figura central da Geografia Teórica, com a publicação, em 1969, de um livro básico para esta corrente: *Explanation in Geography*. Neste livro discorria sobre “a questão do padrão e processos espaciais, e concluía que havia uma questão de escala, quando dizia que na análise a nível micro, o espaço cedia o poder de explicação ao processo interno da firma; na análise a nível macro, cedia aos processos mais globais (...) o que o levava a afirmar ser o nível mesoregional, o nível de resolução da Geografia.” (Faissol 1989, 34) Crítico de sua posição anterior, publicou, em 1973, *A justiça social e a cidade* e, em 1982, já marxista, o livro *Os limites do capital* que, segundo Faissol, “ele descreve como uma tentativa de reescrever o ‘Capital’ de Karl Marx.” (1989, 35)

RIQUEZA URBANA E RURAL, SOFISTICAÇÃO PRODUTIVA E CONSTRUTIVA: RAÍZES DO FAUSTO NA REGIÃO DE CAMPINAS*

Mirza Maria Baffi PELLICCIOTTA**

RESUMO

O texto propõe uma discussão sobre a acumulação de riquezas a partir de meados do século XIX na região de Campinas, levando em conta um duplo aspecto: a geração de lucros que se estabelece na área rural e a sua multiplicação na área urbana, na forma de novos empreendimentos. Com base em uma discussão sobre a complementaridade de ambas formas de capital, procura-se "reler" os marcos urbanos, ou ainda, os testemunhos deixados na cidade, na intenção de comprovar as origens rurais desta mesma acumulação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the wealth accumulation process in the middle of XIX century in the Campinas region,

(¹) Este texto foi redigido a partir dos dados levantados para o "Estudo Histórico acerca do tombamento de uma residência campineira situada na rua Padre Vieira 1277" e "Fazenda Jambeiro - Estudo Histórico acerca do tombamento"; estudos realizados por mim para o CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas) nos anos de 1990 e 1991. Estes estudos contaram com a colaboração do historiador Ângelo Emílio da Silva Pessoa que participou diretamente do recolhimento e análise preliminar dos dados.

(²) Professora do Departamento de História - ICH.

taking into account two aspects of this questions: first, is the profits generation that take place in the rural area, and second is its multiplication in the urban area, in form of new enterprises. With basis on a discussion about complementarity of both capital forms, we will try to reinterpret the urban marks, and the testimony left in the city, with the intention to corroborate the rural origin of this accumulation.

A cidade de Campinas mereceu ao longo dos séculos XIX e XX diversas crônicas, muitas delas marcadas por visões consagradas de progresso, outras por relatos de violência e abandono. Os registros produzidos acerca das últimas décadas do século passado, entretanto, seriam unânimes em afirmar as transformações rápidas e sofisticadas vivenciadas pela cidade quando da construção de todo um aparato infra-estrutural capaz de embasar diferentes especializações. Em 1870, segundo Henrique de Barcelos:

"..havia tudo que fazer no sentido de podermos dizer que Campinas, já então, o mais possante centro agrícola, era uma cidade digna deste nome. Era escasso o calçamento das ruas, não havia iluminação, a aparência, em geral, das casas era desagradável. Quebravam esta monotonia apenas oito casas de sobrado. Havia dous collegios, para o sexo masculino; um excellente, é facto, dirigido pelo professor Caldeira; dous para o feminino, o Florence e das irmãs Cesarino"

Entre 1870 e 1900, a cidade se "edificaria" guardando por suas crônicas, almanaques e publicações, a convicção de que este mesmo "progresso" constituiria-se legado da iniciativa particular, fruto da ação de cidadãos beneméritos e, neste sentido, do "espírito de iniciativa" e do "caráter associativo" desenvolvido. As palavras de João Alberto, publicadas em 1901, expressariam com clareza uma versão, então generalizada de "progresso":

"Nestes ultimos trinta anos, sobretudo, a partir de 1868, foram immensos os prodigios operados pelo espirito de associação (..) Em todos os ramos da actividade humana expandio-se a sua admiravel e fecunda iniciativa,

derramando por toda a parte os inestimáveis confortos e benefícios da civilização. Magníficas instituições de caridade e de ensino, padrões de glória dos labores pacíficos de um povo, surgiram cheios de vida ao lado da imprensa e dos clubs, focos permanentes de extraordinária actividade intellectual e social (...) Foi uma epocha de resurgimento e de progresso, que fez de campinas uma vasta e labriosa officina, um centro espantoso de agitação industrial, um exemplo vivo e palpitante dos milagres inauditos de que é capaz a iniciativa particular. A riqueza se expandia, as empresas se organisavam uma após outras, tudo prosperava e florescia. Campinas era um campo activo de trabalho, um exemplo invejavel de bem-estar e conforto”²

A “idealização” de uma cidade progressista e laboriosa, marcada pela iniciativa privada, pelo caráter empresarial e pelo trabalho assalariado se afirmaria na proporção em que se distinguisse da Campinas escravocrata, sem luz, sem progresso e liberdade, assumindo os “homens inteligentes, resolutos e patriotas, amantes sinceros de sua terra, cheios de fé no seu futuro” o papel de “verdadeiros promotores d’esse admirável monumento, que começou ha cerca de trinta annos, que ainda hoje perdura e que faz de Campinas o que ella é”³

Entre as publicações do início do século XX, são as figuras de Francisco Quirino, Jorge Miranda, Francisco Glicério, Campos Salles, entre outros, que assumem o lugar de “protagonistas” de uma versão republicana amplamente generalizada de progresso e de História, versão que não os impede de dividir espaço com liberais e conservadores - muitos deles Barões, Viscondes e um Marquês - também considerados merecedores de um lugar na História pelos trabalhos agrários e urbanos realizados nas últimas décadas do século XIX. Na verdade, as honrarias do “progresso” desde 1870, se fazem partilhadas entre personagens situacionistas e oposicionistas que, secundarizando seus conflitos pessoais, defendem os novos empre-

endimentos embasados no ideário do trabalho livre e nos aprimoramentos produtivos; questão ainda que lhes permite imprimir à uma sociedade marcada pela escravidão e pela violência, um sentido positivo, construtivo e edificante de “modernização” e abertura para o mercado e para a civilização.

O eminente jornalista republicano e fundador do Jornal “Gazeta de Campinas”, Sr. Francisco Quirino dos Santos, publicaria no Almanaque Campinas em 1901, uma poesia expressiva do novo significado atribuído ao trabalho:

“Dos templos que sacra a história / A’ vida, á luz, ao progresso / Abrem-se as portas e o ingresso, / Nas aureas festas da glória, / A’quelles que a dôr não cança, / Que a lucta exalta e engrandece, / Que a força põem na esperança, / No trabalho o riso e apreço! / Sois vós, oh! filhos do povo, / Que ardeis n’um impeto novo, / Erguendo, por toda a parte, / D’entre os tropheus da verdade, / Os dons da sciencia e da arte, / Dos hymnos da liberdade!

A nova cidade “*progressista*”, construída no percurso dos seus muitos aprimoramentos, passa a registrar com grande expressividade a chegada da luz, a instalação dos sistemas de transporte e comunicações, os equipamentos sanitários, a criação de escolas, hospitais, asilos, fábricas e estabelecimentos comerciais, os jornais e instituições diversas de cultura e lazer; destacando-se os homens beneméritos como os verdadeiros promotores da transformação das relações de trabalho e das novas condições de vida, produção, comercialização e consumo.

Em sentido complementar, estas versões de “progresso” imprimem nos espaços urbanos suas marcas de autoria, deixando-nos entrever que, mais do que a celebração de “*homens ilustres*”, trata-se na verdade da construção de uma prática de **cidadania** de caráter altamente excludente e elitista que, na proporção em que apaga todo e qualquer registro da presença de escravos, libertos, imigrantes e trabalhadores livres nacionais no desenrolar deste

processo urbano, torna-se capaz de atribuir à qualidade pessoal dos mesmos homens beneméritos o papel e o lugar de todo o conjunto de relações sociais e históricas em curso.

A história da cidade de Campinas, neste caso, esconde segredos, ou ainda, revela-se marcada por certos “escamoteamentos” capazes de inverter o significado de alguns processos, como no caso da “consagração” da introdução da mão de obra livre na região que se faz associada ao ocultamento da violência escravista nas fazendas, ou ainda, à pretensão de barateamento dos custos de produção através do patrocínio particular de uma corrente migratória/imigratória massiva de trabalhadores pobres de forma a constituir um mercado de trabalho livre farto, de baixos custos e melhor ajustado às novas condições produtivas das plantações, colheitas, beneficiamento e comercialização do café - ou ainda, à diversificação de funções e especializações urbanas em expansão.

Desvendar a “edificação” de Campinas no período cafeeiro, neste sentido, permite-nos identificar todo um conjunto de interesses e mecanismos em formação e desenvolvimento; conjunto que, neste período, vai redundar na constituição de uma sociedade de trabalho livre altamente excludente em relação ao usufruto destas condições e benefícios do “progresso” e civilização em expansão.

OS “EDIFICADORES” DA CIDADE

“Ahi está de topo a ingreme ladeira para a subida que nos chama á longa viagem da civilização. E nós ainda não temos vencido mais do que os taboleiros á raiz da fulgida montanha. Vamos!”⁴

É inegável que a cidade de Campinas herdou da economia cafeeira uma rede de infra-estrutura urbana composta de luz elétrica, água e esgoto, telefonia, estradas de ferro, telégrafo, correio, instituições de ensino e saúde, comércio ou mesmo de industria; infra-

estrutura e equipamentos produtivos que possibilitaram à cidade superar sem crises a “*derrocada*” regional da economia cafeeira nos anos vinte⁵. Mais do que isso, o estudo da cidade de Campinas do final do século passado ao início do século XX nos coloca diante da construção de uma cidade capitalista, agenciadora de suas instituições e promotora de atividades assalariadas - desde os tempos da escravidão - que se desenvolve alicerçada na diversificação e na especialização das suas atribuições.

Esta cidade, por sua vez, ao guardar os registros desta “*edificação*” por meio da celebração de cidadãos beneméritos considerados os reais “*construtores*” da nova vida urbana (registros ainda presentes em nomes de ruas, praças, bairros, estátuas, túmulos e publicações), também nos permite vislumbrar aspectos muito importantes de um entrelaçamento mais profundo das relações econômicas e políticas vigentes no seu percurso de desenvolvimento. A “*edificação*” da cidade, na verdade, integra um sistema mais amplo de relações produtivas patrocinado pela economia cafeeira que busca construir, no universo urbano, condições de comércio, indústria, mercado de trabalho, saúde, educação, entre outros, necessárias à estruturação e expansão de seus negócios privados.

Entre os cidadãos ilustres republicanos, por exemplo, podemos observar a família Quirino dos Santos, constituída pelo Major (depois Coronel) Joaquim Quirino dos Santos, um dos criadores da Comp. Campineira de Águas e Esgotos e da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana; pelo seu filho o bacharel em Direito, fundador de A Gazeta de Campinas e Deputado Republicano, Sr. Francisco Quirino dos Santos; e ainda por um outro filho, Sr. Bento Quirino dos Santos, cidadão ilustre, criador entre outras coisas, da Companhia Campineira de Iluminação a Gás, do Matadouro Municipal, da Comp. Campineira de Carris de Ferro, da Comp. Campineira de Águas e Esgotos e da Comp. Mogiana (sendo seu presidente no final do século). Podemos observar também o cidadão ilustre Dr. Francisco Glicério, chefe republicano da região, Ministro da Agricultu-

ra no Governo Republicano Provisório e posteriormente Deputado Federal que, em Campinas, se constitui um dos criadores do Matadouro Municipal e da Comp. Campineira de Carões de Ferro.

Entre os antigos liberais, é possível destacar o cidadão Joaquim Egídio de Souza Aranha, Barão em 1879, Conde em 1880 e Marquês em 1887 (consagrado como Marquês de Três Rios) que, em sua carreira política ligada ao Partido Liberal também se constitui Vereador, Deputado Provincial e Vice-Presidente da Província (ocupando por três vezes a Presidência). Este riquíssimo proprietário rural e urbano foi construtor do Hospital dos Varilhosos de São Paulo e contribuinte da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, além de um dos fundadores do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, da Comp. Mogiana e da Comp. Ramal Férreo Campineiro. Ainda entre os Liberais, poderíamos chamar atenção sobre o célebre "introdutor da mão de obra livre em Campinas", o Sr. Joaquim Bonifácio do Amaral, Barão (1876) e Visconde (1879) - conhecido como Visconde de Indaiatuba - que além de chefe do Partido Liberal (1844/1868) se constitui Vereador e Vice-Presidente da Província (sem ocupar o cargo), além de Capitão da Guarda Nacional, Cavaleiro e depois oficial da Imperial Ordem da Rosa (1846). Este abastado agricultor, torna-se, entre outros, fundador do Colégio Culto à Ciência em Campinas.

O Barão de Itatiba, Sr. Joaquim Ferreira Penteado, do Partido Liberal, seria construtor da escola Ferreira Penteado (primária e gratuita) e da Capela da Santa Casa de Misericórdia. O Sr. Joaquim Policarpo Aranha, Barão de Itapura, seria considerado publicamente como o "*Protetor da Pobreza*". O Barão de Anhumas, Sr. Manoel Carlos Aranha, teria sido um dos organizadores das Companhias Paulista e Mogiana, contribuinte da Santa Casa de Misericórdia, do Asilo de Órfãos, do Hospital dos Morféticos, da Comp. do Matadouro Municipal, da Associação Campineira do Teatro São Carlos e da Comp. Carris de Ferro. O Barão de Ataliba Nogueira foi um dos fundadores do Clube da Lavoura, presidente de várias empresas tais como a Comp. Mac Hardy, Banco dos Lavradores, Comp. Mogiana

(presidente por 12 anos). O Barão de Ibitinga, Sr. Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, constituiu-se um dos maiores fazendeiros da região, sendo criador e diretor de várias empresas tais como a Cia. Campineira de Iluminação a Gás e a Cia Mogiana (desempenhando 28 anos de direção e 4 anos de presidência).

O chefe do Partido Conservador, Sr. Joaquim Antônio de Arruda ou Barão de Atibaia, seria contribuinte da Santa Casa de Misericórdia e um dos fundadores do Clube da Lavoura, da Comp. Paulista de Estradas de Ferro, da Comp. Mogiana, da criação e instalação da Paróquia de Santa Cruz. O Barão Geraldo de Rezende, também conservador, foi benfeitor do Liceu de Artes e Ofícios e da Santa Casa de Misericórdia, tendo criado com outros, o Núcleo Colônia Campos Salles e a Comp. Carril Agrícola Funilense, constituindo-se sua fazenda Santa Genebra uma Fazenda Modelo no final do Império e primeiras décadas da República.

De forma geral, estas diversas companhias são criadas nas últimas décadas do século XIX como sociedades por ações, expressando a inversão dos capitais cafeeiros nos diferentes setores financeiro, comercial, industrial e de serviços; sociedades, inclusive, que ganham projeção no percurso do mesmo crescimento urbano. Conforme as palavras de Henrique de Barcellos:

“Qual será o futuro reservado a esta terra, a terra classica das fortes iniciativas? Especialmente para os que conhecem a cidade ha vinte e seis annos e a consideram no que é actualmente; apesar dos revezes locais e das crises economicas que tem affligido o paiz; para esses não é difficil prognosticar qual o futuro de uma cidade, cujos filhos demonstraram sempre o maior amor á sua terra, contribuindo para a prosperidade della com energia, traço caracteristico dos descendentes dos bandeirantes, a energia que tudo vence quando é nobre e justo o fim que se tem em mira”⁵

Mas a memória de versão republicana, de maneira especial, saberia construir seus discursos políticos com base neste “espíri-

to *empreendedor*” tão generalizadamente conclamado pela cidade, reclamando o lugar de um pequeno grupo de homens conscientes:

“pequeno pelo numero, mas notavel pelas aptidões intellectuaes e moraes, todos campineiros de nascimento (...) Eram João Quirino, Francisco Quirino, Jorge Miranda, Francisco Glicério e Campos Salles. Cinco apenas, mas um pugilo de entusiastas. Em 68 abriram todos em Campinas banca de advocacia; quer dizer, derramou-se então pela cidade o fermento do progresso, a febre da transformação. Tudo foi tocado; tudo se transfigurou, ao influxo poderoso e irresistivel da intelligencia, do trabalho e do carater. A elles deve Campinas a sua prosperidade, a sua riqueza e a sua fama, Já é tempo de se fazer justiça”¹⁶.

CAFÉ E URBANIZAÇÃO

Interessa-nos, na verdade, refletir um pouco sobre esta relação rural-urbano estabelecida em meio à economia capitalista do café e que, em nosso entender, possui na dimensão rural o ancoramento de diversos processos de urbanização. A história de Campinas, neste caso, deveria ser buscada por entre as transformações que se acham em curso no **interior** destas propriedades agrícolas extensivas e escravistas.

Se observarmos as atividades cafeicultoras do ponto de vista estritamente rural, vamos nos deparar com uma economia em consolidação já a partir da década de 1830 composta por numerosas fazendas escravistas que em meados do mesmo século dão início a experimentação do trabalho livre. Na década de 1850, a região de Campinas possui então 117 fazendas de café e 6000 escravos (dados de 1854), constituindo-se o quarto produtor paulista da época. Na década seguinte, Campinas já conta com 189 fazendas produzindo cerca de 500.000 arrobas de café e de aproximadamente 60.000

arrobas de açúcar - transportadas a partir de 1861 por burros até Jundiaí para encontrar-se com o terminal da São Paulo Railway. Ao longo desta década, a produção cafeeira atinge 1.000.000 de arrobas e nos anos 70, Campinas será elevada a “cabeça de comarca” tornando-se um dos municípios mais opulentos de São Paulo, com altas rendas municipais e contando então com duas companhias privadas de estradas de ferro (Companhia Paulista e Companhia Mogiana) construídas para interligar Campinas à Jundiaí⁷

As transformações ocorridas no interior das fazendas motivadas a *“obter n’um trato de terra a maior quantidade possível de um produto de grande valor, no mais curto espaço de tempo, com a menor despesa, e sem alterar a fertilidade do sólo”*, traduzem a busca por um “uso racional” e de menores custos da mão de obra, integradas a um processo produtivo em contínuo aprimoramento - em termos quantitativos e qualitativos. A introdução do arado, das grades, dos rodos e dos cultivadores no plantio do café, somam-se aos engenhos mecânicos nos trabalhos de beneficiamento. Os trabalhadores livres experimentam processos de trabalho adequados às atividades de plantio, trato, colheita, secagem e beneficiamento, ou ainda, ao melhor aprimoramento da qualidade do grão.

Segundo José Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, com uma única família de colonos tirolezes (15 pessoas) na sua fazenda Saltinho teria sido possível o tratamento de 17 mil pés de café, substituindo-se o trabalho de 5 escravos (de alto custo de investimento), sendo que os gastos de sua instalação já seriam recuperados na primeira colheita realizada pela família⁸. Esta experiência colonizatória se generaliza rapidamente na região através da implantação entre 1850 e 1860, de 67 núcleos de imigrantes com base no sistema de parceria. À experimentação de novas relações de trabalho se soma a constituição e incorporação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1872) com a finalidade de substituir o caríssimo transporte por mulas (com custos estimados em cerca de 30% do valor total do produto) já incapaz de dar vazão à crescente

produção cafeeira. Este “*desempate*” de capitais nos custos do transporte e da mão de obra (com o sistema de parceria e depois do colonato como alternativas à escravidão) permite por sua vez, uma maior diversificação dos investimentos na forma da ampliação das estradas de ferro, de subsídios à imigração massiva, da estruturação do capital financeiro ou nos investimentos no setor de tecnologia.

Este conjunto de transformações estabelece, no curso na década de 1870, as bases de diferenciação da região do Oeste Paulista, alicerçado na mudança das relações de trabalho, no sistema de transporte e nas técnicas de cultivo e beneficiamento do café; situação que permite além de uma maior racionalização do trabalho, a expansão das plantações e sua maior adequação às especificidades da produção. O uso da tecnologia na atividade extensiva agrícola mostra-se capaz de poupar mão de obra, melhorar a qualidade do café e ampliar a produtividade, o que garante uma nova eficiência ao sistema.

Veremos então se expandir as lavouras pelas terras virgens do interior da Província com a pretensão de manter em alto nível a produtividade média dos cafezais. De forma complementar, os lucros auferidos por esta expansão são reaplicados na estruturação da imigração européia em massa como condição de garantir o funcionamento do mesmo sistema extensivo de produção. A população livre na região já supera a população escrava por volta de 1874 com base, a princípio, na imigração interna atraída pelas condições de acesso à estrutura produtiva⁹. Da mesma forma, Campinas se torna a “capital da lavoura” da vasta região oeste entre 1872 e 1888 em um período no qual este centro irradiador do café se expande para além de seus limites.

Se, no dizer de Ulisses Semeghini, o “*município de Campinas foi o epicentro das mudanças da década de 60*”, podemos considerar que é a partir de 1870 que se alcança um crescimento notável de produção, transitando de um montante de 1300 mil arrobas de café no início da década de 1870 para 10300 mil arrobas em 1886;

produção enfim, que resulta de um conjunto de fatores a abranger da disponibilidade de terras à viabilização de uma imigração em maior escala (poupando-se trabalho escravo e conseguindo-se melhorar a qualidade do produto), da expansão ferroviária à disseminação, nas fazendas do oeste, de processos “*racionais*” (inclusive mecânicos) de produção e beneficiamento. Na década de 1880, enfim, a produção de São Paulo ultrapassa a produção carioca chegando a produzir em 1897 dois terços das safras brasileiras e a atingir nas primeiras décadas do século vinte o montante de 5.000.000 sacas, já em uma situação de superprodução¹⁰.

Ao longo do século XIX, por sua vez, podemos constatar que a relação que se estabelece entre a produção agrícola e a urbanização é variável. No início deste século, as grandes propriedades - praticamente auto-suficientes - de açúcar e café (a partir de 1830) requerem da cidade apenas uma função complementar às suas atividades agrícolas através do desenvolvimento de atividades comerciais (particularmente no âmbito das comunicações), da produção de bens de consumo e do fornecimento de produtos manufaturados necessários à dinâmica do trabalho rural, como arreios, carroças, trabalhos de carpintaria e ferro batido. No entanto, na proporção em que se desenvolve o chamado “*complexo cafeeiro*”, a cidade de Campinas ganha o lugar de componente de um processo mais amplo de acumulação, o que vale dizer que esta cidade assume o lugar de centro especializado de serviços e produtos para o conjunto desta mesma economia.

Neste caso, é no período 1870/1885 que podemos identificar a emergência de toda uma estrutura urbana que lhe permite desempenhar este novo papel. São inúmeras as instituições especializadas que ganham lugar associadas a melhorias infra-estruturais, entre elas, diversos bancos, empresas de equipamentos públicos (luz, bonde, telefone, água e esgoto, telégrafo, correio, hospitais, escolas), estradas de ferro (com ramais pelas regiões próximas das fazendas), fundições e indústrias mecânicas (com produção de maquinarias agrícolas variadas), empresas de abasteci-

mento (avícolas, pastoris, agrícolas), de construção civil e indústrias de bens não duráveis (cerveja, cigarros, chapéus, sabão, louças, etc).

A EDIFICAÇÃO DE CAMPINAS NA 2ª METADE DO SÉCULO XIX: ENTRE AS INVERSÕES DE CAPITAL E A CONSTRUÇÃO DE NOVO ESPAÇO DE VIDA E PRODUÇÃO

“A cidade era uma mesquinha aldeia. Não havia calçamento, as ruas eram atoleiros. Na rua Direita, os quarteirões mais frequentados da cidade, apenas algumas tiras de pedras bicudas, terror dos calos e alegria dos sapateiros. Na rua do Comércio havia buracos enormes onde cabia um homem. Não falemos de outras ruas, principalmente a de Baixo (hoje General Carneiro) onde o comércio tinha pujança. Era uma miséria. No poente, na colina onde hoje se eleva a Estação e vistosas construções oficinas Lidgerwood, Marc-Haedy e elegantes chalés, não havia nada disso, era um campo. Além do lago do tanquinho, nem sombra de construções. Não havia misericórdia, nem o agrupamento das casas próximas”¹

A chegada das locomotivas, a inauguração dos bondes puxados a burro, a instalação do sistema de água e esgotos, de telefone e telégrafo, entre outras coisas, surgem como marcos transformadores e modernizadores da cidade, desprovida até então de praticamente todos os equipamentos públicos. O “progresso” parece ter chegado com e como o trem: de algum lugar que não se sabe bem de onde... trazido pela chamada “civilização” que, na verdade, se torna expressão das mesmas maquinarias de conforto em expansão. A rapidez com que as mudanças ocorrem na Campinas no último quartel do século XIX talvez explique estas generalizações e ideários “progressistas”, atribuindo-se uma total **exterioridade** às transformações gestadas, antes de mais nada, em seu **próprio interior**.

De qualquer maneira, a locomotiva, o telefone, a torneira, o fogão de ferro, os canos e tijolos... a compor e alimentar este rodaminho de idealizações - e a varrer tradições e costumes duramente resguardados ao longo do tempo - se referem, de fato, a um processo de alteração dos padrões e relações sociais de produção e convívio. As novas e belas residências em conjunto aos trilhos de ferro imprimem e delimitam novas fronteiras para uma cidade que acredita respirar os ventos da modernidade. Assim como a presença da locomotiva a partir de 1872, símbolo maior desta *"modernidade"*, subverte as condições e possibilidades de transporte na região associada à construção de uma outra dinâmica urbana para Campinas. Mas, será realmente a locomotiva o elemento principal deste processo? Ou o café que ela transporta? Ou a organização da produção que lhe possibilita acesso a este produto?

Na prática, esta cidade cafeeicultora ao se constituir parte de um intenso processo de acumulação de capital que tem origem no universo agrário, passa a receber entre 1870 e 1900, um percurso **orientado** de crescimento capaz de interligar as atividades comerciais, financeiras e produtivas que se acham em desenvolvimento. A ocupação do espaço urbano responderá agora à busca de melhores oportunidades de comunicação e comércio, como no caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, isolada da cidade na ocasião de sua inauguração em 1872, mas que demarcará uma nova área de ocupação, atraindo para suas cercanias muitos estabelecimentos comerciais (até então instalados nas ruas centrais), estimulando a concentração de estabelecimentos hospitalares (voltados a um atendimento regional possível pelo transporte férreo), estabelecimentos fabris (desde o início voltados à fundição e fabricação de equipamentos para as lavouras de café) e seus respectivos bairros operários e estabelecimentos ligados à infra-estrutura da ferrovia (oficinas diversas) e do café (depósitos e casas comissárias).

O capital cafeeiro desempenhará, entre outros aspectos, o papel crucial de financiar parte dos negócios de fundição e criação de maquinarias agrícolas para beneficiamento, contribuindo - direta ou

indiretamente - para a instalação das primeiras fundições nos bairros do Bonfim e Santa Cruz, entre elas a firma de fundição Faber & Irmão instalada por volta de 1852, as firmas Pedro Anderson & Cia em 1870, Guilherme Mc Hardy por volta de 1873 e a firma Lidgerwood Mfo Co Ltda, filial do Rio de Janeiro, instalada em 1874 em Campinas. O desenvolvimento destas atividades se fazem possíveis, ainda, através da presença de imigrantes trazidos para a lavoura do café e que, em meados do século, buscam a cidade para o desempenho de ofícios específicos. Segundo Maria Estela de Abreu Bergó em seu *"Estudo Geográfico da cidade de Campinas"*:

"a função industrial de Campinas foi provocada pela necessidade de instrumentos de lavoura e máquinas de beneficiamento que os volumes das plantações, colheitas e beneficiamento do café exigiam de ano para ano. A cifra monetária aplicada na importação destes materiais aumentava com as safras, e o comércio local e regional ressentiam-se de uma praça abastecedora perto de si"²

O desenvolvimento de fábricas de gêneros de primeira necessidade tais como velas, chapéus, artigos de couro, vidros, louças, sabão, em conjunto com as fundições, respondem por um setor importante de inversões, promovendo a ocupação social de algumas regiões como o Bonfim e Santa Cruz, além da região da Estação Paulista. As atividades comerciais, de forma complementar, ultrapassam em meados do século, as três ruas principais da cidade - Luzitana, Barão de Jaguará e Dr. Quirino - em função da ampliação do número de negócios nos setores de importação e exportação. A ferrovia possibilitará o alargamento dos mercados e o comércio de Campinas atenderá a diversas regiões do Estado, estendendo-se seus estabelecimentos por entre as ruas centrais rumo a Estação Paulista; novo espaço de concentração de casas exportadoras e importadoras, comerciais e financeiras dos mais diversos ramos. No setor financeiro teremos já na década de 1870 o estabelecimento dos primeiros Bancos, como o Banco de Campinas (1872), o Banco

Colonial de São Paulo (1871) e o Banco Mercantil de Santos (1873).

Outras atividades como as hospitalares, educacionais e culturais também se desenvolvem através (e em boa medida, próximas) das ferrovias Paulista e Mogiana na proporção em que procuram atender a uma demanda inter-regional progressiva. Entre as décadas de 1870 e 1900, tem lugar a instalação de grandes escolas e colégios, como o Colégio Internacional (1871), o Colégio Culto à Ciência (1874), a Escola Ferreira Penteadado (1880), a Escola Correia de Melo (1881), o Colégio Ferreira de Camargo (1882), a Escola Ferreira Filho (1886), o Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (1892), o Colégio Progresso Campineiro (1900), a Escola Normal (1902), o Colégio São Benedito (1902), o Externato Tiradentes (1904), o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1908), o Externato São José (1909) e a Escola Prática de Comércio (1910), entre outras. Constroem-se também hospitais e casas de saúde como a Casa de Saúde São Vicente (1872), o Hospital dos Varilhosos (1874), o Hospital Santa Casa da Misericórdia (1876), o Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência (1879), o Hospital de Isolamento (1889); ou ainda, importantes espaços de lazer e cultura, entre eles, dezenas de associações culturais, teatrais e musicais podendo-se destacar o Rink Campineiro (1878), o Hipódromo (1878), o Circolo Italiani Uniti (1881) ou mesmo a Estação Agrônômica de Campinas (criada pelo Imperador D. Pedro II em 1887).

No período 1870/1890 veremos também, integrando a expansão econômica Campineira, a instalação do primeiro sistema de iluminação por querosene em 1871 (lâmpioes), substituídos em 1875 pela iluminação a gás e em 1911 pela energia elétrica. O sistema de abastecimento de água, então reduzido a poucas bicas, começará a ter melhoramentos em 1873 com a instalação de chafarizes de ferro, torneiras e encanamentos trazendo água da vertente do Tanquinho (Largo do Pará) além de chafarizes nos Largos do Rosário, do Teatro e de Santa Cruz (1874). A canalização do Córrego do Mercado

(nascente no Largo Carlos Gomes) possibilitará o aproveitamento da atual Av. Anchieta, uma área até então pantanosa, sendo que a obra ganhará uma complementação com a construção da valeta e canalização de alguns córregos para fora da cidade. Os projetos de abastecimento de água e esgoto para Campinas iniciam-se em 1885, inaugurando-se os serviços em 1892.

Na parte de transportes urbanos, encontramos Campinas entre redes, bangüês, carros de boi e tropas de mulas ainda na década de 1860, passando até o final da década seguinte a contar com duas companhias de estrada de ferro, além da Companhia de Carris de Ferro, fornecedora dos bondes puxados a burro a partir de 1879 (com 4 linhas de circulação urbana) e bondes elétricos a partir de 1912 - contemporâneos à chegada dos primeiros automóveis. Neste caso, em pouco mais de 50 anos, a cidade evolui das redes carregadas por escravos aos automóveis e bondes elétricos.

Em meio à edificação de todo um aparato público infra-estrutural, podemos acompanhar também as transformações que se estabelecem na organização espacial da cidade, como o calçamento das ruas (iniciadas já na década de 1860), a criação de praças em meio à novas áreas de urbanização, como o Bulevar Campineiro (atual Moraes Sales), o Passeio Público e o Jardim Carlos Gomes (que recebe chafarizes e cem palmeiras entre 1882 e 1883).

Enfim, o complexo cafeicultor com sede regional em Campinas no último quartel do século XIX, em função de seu próprio desenvolvimento econômico e político, proporcionará à cidade o “modernizar” de seus meios de transporte, o “especializar” de suas atividades comerciais (de forma a tornar-se um centro de comércio regional por meio das estradas de ferro e conexões fluviais, com extensões para as regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), o “desenvolver” de suas atividades industriais (diretamente ligadas ao surto de comércio regional e à exportação de maquinarias e tecnologia do café, com associação dos capitais de comerciantes e fazendeiros)

ou ainda, o “*estabelecer*” de seu setor financeiro (voltado a regular e facilitar a expansão das lavouras e a comercialização do café).

A cidade, neste caso, de espaço agregado à atividade rural, se torna espaço de inversões financeiras, industriais e comerciais; espaço de consumo e de vida; espaço de produção e de circulação, ou em outros termos, um campo de aplicação das diversas expressões do capital cafeeiro. Ao longo do século XIX, o crescimento de Campinas abrangerá progressivamente os espaços vazios de seu perímetro, orientando-se particularmente para a região norte em busca de terrenos secos, e no início do século XX, para além do seu perímetro original de forma a englobar os arrabaldes.

NA DIMENSÃO PRIVADA DAS FAZENDAS

“A iniciativa particular, essa fada prestigiosa, que faz a felicidade dos povos modernos, é a vara mágica que levanta o crédito da província no estrangeiro e ergue-a majestosa e rica aos olhos das outras suas irmãs”¹³

O estudo da área urbana, por sua vez, se diferencia do estudo da área rural, entre outras coisas, pela distinção do caráter que se estabelece entre o universo público e privado. Para se poder estudar o espaço agrário, torna-se necessário recorrer às histórias de família, o que nos coloca no bojo de uma dimensão privada de vida social, e neste caso, se as famílias constituem fontes preciosas de registro da vida rural (além de urbana), elas nos inserem nos redutos privados de vida e produção, obra de difícil sucesso na proporção em que não apenas são dependentes da boa vontade e da autorização do acesso aos dados, como também da memória dos familiares e dos seus contatos com o universo propriamente público.

Na ocasião em que produzimos um estudo histórico para o tombamento da Fazenda Jambeiro, em Campinas, pudemos conhecer um pouco mais das famílias Amaral e Pompeu de Camargo,

unidas por casamento e descendência, e presentes na região desde a formação - nos primeiros anos do século XIX (1802/1816) - do latifúndio conhecido como Fazenda Sete Quedas (no Bairro da Boa Esperança) pelo ituano José Rodrigues Ferraz do Amaral. Para realizarmos este estudo, recorreremos na época aos registros de família, tarefa que se tornou possível em função de nos ter sido dado acesso aos manuscritos do historiador José Pompeu de Camargo (já falecido), além do contato e apoio de Fernando Pompeu de Camargo¹⁴. Em sentido complementar, realizamos pesquisas em instituições da cidade de forma a identificar a presença de moradores, proprietários e administradores da Jambeiro junto às atividades políticas e no desempenho de cargos públicos e privados. O estudo da propriedade, propriamente dita, se somou à outras fontes documentais específicas que nos permitiram conhecer os projetos e realizações dos fazendeiros neste mesmo período.

A partir do inventário de J. F. Ferraz do Amaral (concluído em 1819) passamos então, a “adentrar” a história destas famílias, identificando inicialmente aquela que se tornaria a “matriarca” deste ramo, a herdeira das terras da futura Jambeiro e das Fazendas Cachoeira e Pedra Branca (todas no Bairro da Boa Esperança, vastamente ocupado pela família Amaral), a Sra. Thereza Miquelina do Amaral (1800/1881). Filha mais velha de Ferraz do Amaral, Dna Thereza se casa em 1823 com o Capitão Antônio Pompeu de Camargo (1789/1836), tendo sete filhos; dois deles ligados diretamente à Fazenda Jambeiro, Antônio Pompeu de Camargo e Francisco Pompeu de Camargo. Como irmã de José Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba (introdutor da mão de obra livre em Campinas), Dna Thereza se firma como importante produtora agrícola cultivadora de cana e de café já no ano de 1851, chegando mesmo a tomar parte dos conflitos liberais da Venda Grande, o que a leva a deixar a cidade entre 1842 e 1844 pôr razões políticas. A partir de 1827, sua Fazenda Cachoeira (recém aberta) conta com uma produção de 2400 arrobas de açúcar e 86 escravos, propriedade que é

ampliada em 1838 pela compra das terras da irmã e cunhado, Srs. Francisco Teixeira Nogueira e Maria Thêreza Amaral. Nos dizeres de Celso Pupo:

“Não temos dúvida em registrar como primeiros produtores de café em Campinas, com objetivo de produção lucrativa, Antônio Manoel Teixeira, D. Thereza Miquelina do Amaral, Francisco Egídio de Souza Aranha José Teixeira Nogueira”¹⁵

A grande riqueza de Dna. Thereza Miquelina parece fundamentar a história da Fazenda Jambeiro (desmembrada da Fazenda Cachoeira em meados do século), riqueza, no entanto, que se amplia através da administração dos seus herdeiros, engajados na busca de uma progressiva sofisticação produtiva. Nos manuscritos de José Pompeu de Camargo encontramos referências mais precisas de alguns personagens da família integrados aos esforços de transformação das condições produtivas de suas terras no bairro da Boa Esperança. Sua atenção, inicialmente, se centra em José Bonifácio do Amaral (Visconde de Indaiatuba), membro da família que realiza experiências importantes de colonização na Fazenda Sete Quedas (a partir de 1852), na Fazenda Saltinho (a partir de 1870) e na Fazenda Salto Grande (desde 1876). De forma complementar, este historiador nos chama atenção para um *“aprimoramento”* contínuo da produção e sobre o desenvolvimento de pesquisas e de estudos, por alguns de seus descendentes, que vão redundar em conquistas importantes. Nas diversas fazendas da família tem lugar a utilização de máquinas de beneficiamento a água e a vapor, terreiros atijolados e mão de obra livre, afirmando-nos este autor que a família Amaral já não possuía nenhum escravo um ano antes da abolição.

Em um sentido geral, o que se persegue é um aumento da produtividade associado a melhoria da qualidade do grão na pretensão de se alcançar o mercado dos *“cafés finos”*, de qualidade superior e por isso mesmo forte concorrente dos melhores cafés do mundo (produzidos no Ceilão, em Java, Índia, São Domingos, entre outros). Neste

caso, a experimentação de alternativas de produção - a incluir novas técnicas de plantação, cuidados adicionais com a planta, técnicas de melhor aproveitamento da colheita, lavagem e secagem dos grãos, beneficiamento e comercialização - pretenderia alcançar rendimentos mais altos¹⁶. No caso específico desta família, a Fazenda Sítio Novo de Dario Pompeu de Camargo atinge em poucos anos uma produtividade de 300 arrobas por mil pés de café, o dobro da média geral alcançada no período.

As famílias Amaral e Pompeu de Camargo, descendentes de Ferraz do Amaral (formador do latifúndio Sete Quedas) representam em grande medida, as aspirações e percursos dos cafeicultores do Oeste Paulista, integrando a chamada economia capitalista do café, distinta por sua nova forma de organização empresarial de produção, pelo progressivo uso de tecnologia, pela experimentação e instauração de novas relações de produção, pela ordenação e variação das aplicações de capitais oriundos do café, e por suas novas condições de comercialização. Transformações, por outro lado, que se associam a um outro elemento relevante, também presente na trajetória das famílias Amaral e Pompeu de Camargo: a participação política de seus proprietários e administradores na busca de poderes legais para a superação de suas dificuldades econômicas.

Os administradores e proprietários da Jambreiro desempenham importante papel político no século passado, a começar por Antônio Pompeu de Camargo, marido de Dna Thereza Miquelina, que se constitui juiz ordinário (1828) e Presidente da Câmara (1829/1832) da Vila de São Carlos. Morto precocemente aos 47 anos, tem como seguidor o filho Antônio Pompeu de Camargo (ou Antonio Pompeu) que é eleito vereador pelo Partido Liberal (vinculado ao tio, Visconde de Indaiatuba) em 1857 e posteriormente, vereador pelo Partido Republicano em Campinas (1877), do qual se constitui um dos fundadores (1871). Como rico fazendeiro e propagandista da República Antonio Pompeu goza de grande prestígio na cidade e na província, constituindo-se também fundador do Colégio Culto à Ciência (de

ideário maçônico e positivista), do Jornal “A Província de São Paulo” (futuro “O Estado de São Paulo”), da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e do empreendimento da Estrada de Ferro Cabras-Campinas, construída posteriormente com a ajuda de seu filho Dario (o filho mais velho de dois casamentos e 13 filhos). Dario Pompeu de Camargo, como herdeiro político, desempenha em sua carreira os cargos de Vereador e Presidente do Partido Republicano de Campinas, Presidente da Câmara, Secretário do Clube da Lavoura e Presidente da Companhia Ramal Férreo Campineiro (Cabras-Campinas).

Na verdade, se em meados do século XIX encontramos na organização das lavouras lucrativas do café, os nomes de Francisco Egídio de Souza Aranha, Antônio Manoel Teixeira, José Teixeira de Camargo e Dna. Thereza Miquelina do Amaral (entre outros); na segunda metade do século, nos deparamos com os nomes de seus filhos e netos associados diretamente à reformulação e sofisticação da produção cafeeira - seja por meio de “modernizações” no processo produtivo, seja através da organização de instituições complementares como o Clube da Lavoura (para melhor definição e encaminhamento de resoluções agrícolas) ou mesmo o Partido Republicano (que configura uma radicalização dos fazendeiros com o Império em nome da transformação dos processos de trabalho, autonomia provincial e créditos agrícolas).

Às propriedades da família de Dna. Thereza Miquelina, somam-se ainda a Fazenda Sertão (por casamento com uma das descendentes de Camargo Andrade), Sítio Novo (por casamento com descendente de Luciano Teixeira Nogueira) e Cachoeirinha (da mesma procedência anterior); entre outros casamentos realizados pela família Amaral e Pompeu de Camargo (com os Souza Queiroz, Souza Aranha, Pacheco e Silva, ou ainda, com os Almeida)¹⁷. Na verdade, os casamentos consangüíneos entre os descendentes do Tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral indicam o forte entrelaçamento familiar que se estabelece, em especial, com os Pompeu de Camargo e com os Pacheco e Silva, mantendo-se as fazendas desta região, em sua maior proporção, com a mesma família até o início do século XX.

Ao observarmos a matriarca Thereza Miquelina Amaral Pompeu de Camargo (1800/1881) poderemos então compreender o refinamento da construção erguida na Fazenda Jambeiro. A Fazenda Cachoeira (sua principal propriedade) contaria em meados do século XIX com grande sofisticação, somando-se um palacete urbano (concluído em 1846) entre as ruas Barão de Jaguará e General Osório que se torna famoso pela presença do mobiliário importado, lustres de cristal de Bacarat, quadros de grandes pintores europeus (entre eles, seu retrato pintado pelo francês Barandier) e a honra de ter hospedado o Imperador D. Pedro II em 1875. No caso da Fazenda Jambeiro, podemos encontrar entre as décadas de 1880 e 1890 a instalação de água encanada, equipamentos sanitários, luz (através do gás acetileno) e telefone, sendo que sua nova sede inaugurada em 1897 se presta a configurar plenamente o fausto e o requinte dos descendentes e perpetuadores das atividades desta matriarca¹⁸.

De forma específica, esta residência (tombada pelo CONDEPACC), se caracterizaria no final do século XIX como uma construção em tijolos, arquitetada segundo José Pompeu de Camargo, por Ramos de Azevedo com inspiração em projeto francês, compondo-se de 6 dormitórios, 3 salas, ala de cozinha e ambientes diversos, 2 grandes varandas, quartos para empregados e serviços (no andar térreo), acabamento em azulejos portugueses, madeiramento geral de Pinho de Riga, assoalho em peroba e canela, janelas embutidas com perfeição nos vãos das paredes, tubulações embutidas e telhas francesas; uma construção de requinte “inesperado” para uma residência rural que neste caso, além da movelaria importada, contaria com projeto, concepção e materiais construtivos europeus.

A inspiração francesa da sede da Fazenda Jambeiro, aliás, atesta a generalização dos mesmos hábitos e influências por entre os costumes e padrões culturais da elite campineira nas últimas décadas do século XIX. A cidade apresentaria desde a década de 1880, construções e traçados de nítida inspiração européia, tais como os “bulevares” (na tentativa de criação de logradouros públicos), as

construções em estilo chalé e escolas de padrão europeu, que, em seu conjunto, emprestariam tonalidades “bucólicas” importadas à concepção de urbanidade. A presença, no universo rural, destes mesmos padrões e hábitos de convívio parece indicar-nos a forte integração que se estabelece entre campo/cidade, ao menos no tocante à elite campineira do século passado.

Por tudo isso, quando observamos na sede de uma destas fazendas a presença dos mesmos padrões e condições da “moderna” existência urbana, podemos pensar que algo mais significativo se acerca à organização da vida e da produção neste período, sem fronteiras entre o mundo urbano e rural. Estas são questões, enfim, que não devem ser esquecidas em meio à história da cidade de Campinas, cujo fausto, sem dúvida alguma, origina-se da produção destas fazendas.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Leopoldo. **Campinas: recordações**. São Paulo: “Seção de Obras D’O Estado de São Paulo”, 1927.
- AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1900**. Campinas: Livro Azul, 1900.
- AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1901**. Campinas: Livro Azul, 1900.
- AMÊNDOLA, João. “O Comércio de Campinas”. Campinas: **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.389/535.
- BATTISTONI Filho, Duílio. **Aspectos Culturais da História de Campinas**. Campinas: Mousinho, 1983, 42p.
- BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. SP: Pioneira, 1968.

- BERGÓ, Maria Estela de Abreu. "Estudos Geográficos da Cidade de Campinas" In: **Congresso Brasileiro de Geografia, anais do X Congresso**, São Paulo, 1952, vol 3, p.641/694.
- BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas**. Campinas: Saraiva, 1956-1969, vol.6.
- CABRAL, Antônio de Almeida. "Campinas elevada a cidade" IN **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.229/232.
- CAMARGO, José Pompeu de. Manuscritos. Campinas, s/d. Documento sob guarda de Maria Luiza Pinto de Moura Ribeiro.
- CAMPOS Jr, Teodoro de Souza. "A Cultura do Café" In **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit. p. 233/242.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Campinas, 1975. Tese (doutorado) IFCH Unicamp.
- CARMO, Vitú do. **Chão fecundo: 100 anos de história do Instituto Agrônomo de Campinas**. São Paulo: Agroceres, 1987.
- CINTRA, Assis. "Origens do maquinario do café". **Revista do Instituto do Café**. São Paulo, vol 22, fasc 124, 1937.
- COMPANHIA CAMPINEIRA DE AGUAS E ESGOTOS. **Contracto antigo companhia cooperativa de aguas e esgotos: 12 de Abril de 1883**. Campinas, 1883.
- CORREIO POPULAR. "**Dario Pompeu de Camargo**". Campinas, 28 de Abril de 1956.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Os Primeiros Tempos de Campinas**. São Paulo: Tipog. Paulista.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Diário da Princesa Isabel : excursão dos Condes D'Eu à Província de São Paulo em 1884**. São Paulo: Anhembi, 1957 Campinas. Campinas: Tipografia Comercial, 1939.
- DUARTE, Rafael. **Campinas de Outrora**, São Paulo: Tip. Andrade e Mello, 1905.

- EMPRESA LIX DA CUNHA. **Campinas de ontem e de hoje.** Campinas, 1988.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- GEBARA, Ademir. **Campinas 1869/1875: Republicanismo, imprensa e sociedade.** São Paulo, USP, 1975.
- GODÓI, Silvino. "A Indústria em Campinas"Campinas: **Monografia Histórica do Município de Campinas.** Op. cit., p.389/535.
- GONÇALVES, Fulvia. **Testemunhos do Passado Campineiro/** F. Gonçalves e Benedito Barbosa Pupo. Campinas: Unic, 1986.
- GOULART, Edmo. **Campinas: ruas da época Imperial.** 1. ed. Campinas: Maranata, 1983.
- GUIMARÃES, Archimedes Pereira. **A Campinas de meus pais: 1870-1892.** Belo Horizonte: Tamoios, 1978.
- GUIMARAES, Alaôr Malta. "Campineiros Ilustres: Dr. Abelardo Pompeu do Amaral". Diário do Povo, 4 de Agosto de 1959.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Monografia histórico-estatística do Município de Campinas.** Prefeitura Municipal, 1962.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Monografia de Campinas.** Campinas: DPaschoal, 1965.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas em 1954.** Campinas: Prefeitura Municipal, 1954.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas: dados históricos e estatísticos: contendo um guia completo de ruas.** Campinas: Liv. Brasil, 1953.
- GYMNASIO DE CAMPINAS NO ESTADO DE SÃO PAULO. **Gymnasio do Estado em Campinas exames de admissão: programmas das diversas disciplinas que constituem o ensino no Gymnasio de Campinas do estado de São Paulo aprovados em sessão da Congregação realizada em 16 de março de 1922.** São Paulo, Oficinas do Diario Official, 1922.

- HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**; trad. de „Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLLOWAY, Thomas H. “Condições do Mercado de Trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885/1915: uma análise preliminar” São Paulo: Faculdade de Economia e Administração do Inst. Pesquisas Econômicas da USP, 1972.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "Primeiras Notas para uma bibliografia da história de Campinas". Marília, **Revista Estudos Históricos**, nºs 5 e 6, 1966.
- LAPA, José Roberto do Amaral. “Pródumos da História Economica de Campinas” IN **Revista da UCC** ano IV, nº13, out/1975, p.112.
- MENDES, J. E. Teixeira. **Lavoura cafeeira paulista: velhas fazendas do Município de Campinas**. São Paulo: Depto. Est. Informações, 1947. Aquarelas de José de Castro Mendes.
- LEMONS, Carlos. **Alvenaria Burguesa; breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo economico liderado pelo café**. 2 ed ampl., São Paulo: Nobel, 1989.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **O Oeste Paulista e a República**. Vertica/Ed Rev dos Tribunais, 1986.
- MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888-1921)**, 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.
- MAGALHÃES, Hildebrando. **Contribuição para a História do Café**. Piracicaba: Typografia do Jornal de Piracicaba, 1927.
- MAGALHÃES, Basílio de. **O Café na história, no folclores e nas belas artes**. 2 ed, São Paulo, 1940.
- MARIANO, Júlio. **História da Imprensa em Campinas**. 1972.
- MARIANO, Júlio. **Campinas de Ontem e de Anteontem. Quadros históricos menos conhecidos da cidade Princesa, que se traçava tendo por base documentos inéditos da Câmara Municipal de Campinas**. 1. ed. Campinas: Maranata, 1970.

- MARIANO, Júlio. "Grandes Estabelecimentos Hospitalares de Campinas, Ligados a Instituições Diversas" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.389/535.
- MARIANO, Júlio. "O Ensino em Campinas na Atualidade" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.389/535.
- MARIANO, Julio. "Condução e Transporte" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas**. Op. cit., p.389/535.
- MARTINS, Amélia de Rezende. **Um Idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende**. Rio de Janeiro: Of. Graf. do Almanak Laemmertz, 1939.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1990.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Um Pouco da História de Campinas**/ Odilon N. Matos e Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. Campinas, Dep. História/PUCC, 1985.
- MENDES, José de Castro. **Retratos da Velha Campinas**. São Paulo: Dep. de Cultura, 1951.
- MENDES, José de Castro. **Efemérides Campineiras: 1739-1960**. Campinas: Palmeiras, 1963.
- MENDES, José de Castro. **Lavoura cafeeira paulista: velhas fazendas do Município de Campinas, aquarelas de J. Castro Mendes**. São Paulo, 1947.
- MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensios; contribuição para o estudo da história economica e socil do Brasil**. São Paulo, 1946.
- MONOGRAPHIA DE CAMPINAS: apontamentos para uso dos alumnos do curso preliminar/ por um professor campineiro. Campinas, Linotypia da Casa Genout, 1929.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O Ideário Republicano e a Educação: o Colégio "Culto à Ciência" de Campinas, 1869 a**

1892. São Paulo, 1981. Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação da USP.
- MOTTA Sobrinho, Alves. **A Civilização do Café: 1820-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, "**O Abolicionismo em Campinas**". Campinas : PUCCAMP, 5 (59): 327-328, jul/agosto 1974.
- OCTAVIO, Benedito. **Campinas: apontamentos históricos e estatísticos**. Campinas: Tip. da Casa Mascotte, 1907.
- PEREIRA, José Flávio. **Capitalismo e Agricultura: a gênese e a organização do trabalho livre na produção cafeeira paulista no período de 1850 a 1900**. Campinas, 1984. Tese (mestrado) IFCH Unicamp.
- PIRES, Mário. **Campinas: Sementeira de Ideais**. Limeira: Letras da Província, 1981 Campinas. Prefeitura Municipal, 1984.
- PORTO ALEGRE, Paulo. **Monografia do café: história, cultura e produção**. Lisboa: Bertrand, 1879.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, um município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas**. São Paulo: Imp.Oficial do Estado, 1983.
- PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu Berço e Juventude**. 1. ed. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- PUPO, Benedito Barbosa. **Oito Bananas por um tostão: crônicas campineiras**. Campinas: Palmeiras, 1976.
- PUPO, Sylvio Lara. **Café: criador de cidades**. São Paulo: Obelisco, 1971.
- QUEIROZ, Polycarpo de. **Transformações do Trabalho**. Campinas: Tip. do Livro Azul, 1888.
- QUEIROZ, Vitalina Pompêo de Souza. **Reminiscências de Campinas**. s.d.p., s.l.

- RASIA, José Miguel. **Ideologia e Progresso na Lavoura de Café: 1870-1900: estudo de propostas de reforma da Agricultura.** Campinas, 1980. Dissertação (mestrado) IFCH Unicamp.
- RIBEIRO, Maria Luiza Pinto deMoura. "Antonio Pompeu de Camargo". **Correio Popular**, 17 de Abril de 1973.
- RODRIGUES, Jorge Martins. "A abolição e a Lavoura de Café". **Revista do Instituto do Café**, vol 19, fasc. 102, 1947.
- RODRIGUES, Jorge Martins. "Um Capítulo da História do Café". **Revista do Instituto do Café**, vol 22, fasc 119, 1937.
- RODRIGUES, João Lourenço. "Subsídios Para a História do Ensino em Campinas" **Campinas: Monografia Histórica do Município de Campinas.** Op. cit., p.389/535.
- SALLES, Renato de A. "Nosso Café e a Preocupação da Qualidade no Passado (1808-1880). **Revista Brasileira do Café.** São Paulo, vol 19, fasc 98, 1935.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo (Brazil) em Campinas.** Colleção dos trabalhos agrícolas extrahidos dos relatórios annuaes de 1888-1893 e publicados em nova edição pelo director DrPhil F.W.Dafert. M.A., por ordem do cidadão Dr. Jorge Tibiriçá, digno Secretario dos Negocios da Agricultura do Estado de S. Paulo.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo (Campinas).** Histórico, organização, finalidades. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1951.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Industrialização e Urbanização.** Campinas, 1988, Tese (mestrado) Fac. Economia - Unicamp.
- SILVA, José Graziano de. **Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura paulista.** Campinas, 1980. Tese (doutorado) IFCH - Unicamp.

- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**, 6. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1985.
- SIMONSES, Roberto C. "Aspectos da História Econômica do Café". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 26, fasc 155.
- STOLKE Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850-1980**; trad. Denise Bottman e João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAUNAY, Affonso E. **História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro, 1939, vols 6, 7, 8, 9.
- TAUNAY, Affonso de E. "O Café e o Progresso da província de São Paulo 1868-1870". **Revista do Instituto do Café**. vol 22, fasc 122, 1937.
- TAUNAY, Affonso de E. "Depoimento sobre lavouras cafeeiras (1883). São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 145, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Colonização dos cafezais". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 151, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Depoimentos sobre lavouras de Café". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 145, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Idéias de Velhos Agrônomos". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 148, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Informes sobre a Lavoura Cafeeira em São Paulo em meados do século XIX". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 21, fasc 116, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. "Progresso Cafeeiro Paulista (1825-1888). São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 24, fasc 134, 1938.
- TAUNAY, Affonso de E. "São Paulo e o café em 1888". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 24, fasc 133, 1938.
- TAUNAY, Affonso de E. "Solos cafeeiros e Velhos Agrônomos". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 1174, 1940.
- TAUNAY, Affonso de E. "Os Primeiros cafesaes do Oeste de São Paulo". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 19, fasc 98, 1935.

- TAUNAY, Affonso de E. "Primórdios da lavoura cafeeira em São Paulo". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 19, fasc 96, 1935.
- TAUNAY, Affonso de E. "Notas sobre os Primórdios da Lavoura Cafeeira em São Paulo". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 19, fasc 96, 1935.
- TAUNAY, Affonso de E. "Dados sobre a cultura cafeeira em 1884". São Paulo: **Revista do Instituto do Café**, vol 25, fasc 143, 1939.
- TAUNAY, Affonso E. História do Café no Brasil In: **Revista do Instituto do Café**, Rio de Janeiro, V. 1 a 10, 1935/1947.
- TIRICO, José Domingos. "Aspectos Geográficos da Indústria em Campinas" IN **Revista da UCC** V:18(IV): 109, junho 1960.
- TRUZZI, Osvaldo. **Café e Indústria: São Carlos (1850-1950)**. 1. ed. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/UFSCar, 1986.
- VOLKART, Christiano. **Monographia de Campinas: para uso dos alunos da instrução preliminar**. 2 ed. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul, 1903, 48p.

NOTAS

- (1) Barcelos, Henrique de. Crônica escrita em 1897 com relato sobre a cidade de Campinas em 1869. Citado por Campinas - História. Relatório do CONDEPACC, pp 21/22.
- (2) Salles, João Alberto. Almanaque Campinas 1901. Campinas.
- (3) Idem. Ibidem.
- (4) F. Rangel Pestana. Almanak para 1872, p95.
- (5) Barcelos, Henrique de. Crônica escrita em 1897 com relato sobre a cidade de Campinas em 1869. Citado por Campinas - História. Relatório do CONDEPACC, pp 21/22.
- (6) Salles, João Alberto. "O Grupo dos Cinco". Campinas em 1901, p. 46.
- (7) Para obtenção de dados bibliográficos da expansão e estruturação da economia cafeeira, ver: Pellicciotta, Mirza. "Subsídios para o estudo da evolução urbana de Campinas". Humanitas, Revista do ICH. Campinas:PUCCAMP, vol 1 nº 1, agosto de 1997, pp 96/124.

- (8) "Introdução do Trabalho Livre em Campinas (memorando - sobre o início de colonização da Fazenda 'Sete Quedas', no Município de Campinas, em 1852, pelo Visconde de Indaiatuba) In: Monografia Histórica do Município de Campinas, Op. cit., p.243/254. Ver também os estudos realizados por Afonso de Taunay sobre a introdução de colonos e as experiências do Visconde de Indaiatuba em **História do Café no Brasil**, vol 8, caps 3, 9, 11, 13 e 16.
- (9) Semeghini, Ulysses Cidade. **Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Industrialização e Urbanização**. Campinas, 1988, Tese (mestrado) Fac. Economia - Unicamp, caps 1 e 2.
- (10) Simonsen, Roberto C. "Aspectos da história econômica do café" São Paulo: Revista do Instituto do Café, vol 26, fasc 155., pp30/40.
- (11) Henrique de Barcelos, crônica escrita em 1897 com relato sobre a cidade de Campinas em 1869. Citado por Campinas - História. Relatório do CONDEPACC, pp 21/22.
- (12) Bergó, Maria Estela de Abreu. "Estudo geográfico da cidade de Campinas" In: Congresso Brasileiro de Geografia, anais do X Congresso, São Paulo, 1952, vol3, p 641/694.
- (13) F. Rangel Pestana, Almanak para 1872, p.95.
- (14) Manuscritos de José Pompeu de Camargo sob guarda de Maria Luiza Pinto de Moura Ribeiro - estudiosa da história da cidade além de Bibliotecária do Centro de Ciências, Letras e Artes que nos ofereceu inestimável apoio.
- (15) Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, seu Berço e Juventude. 1. ed. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969, p142.
- (16) São vários os textos publicados em revistas especializadas de café do século passado que se somam à relatos de fazendeiros em uma troca permanente de resultados experimentais. Podemos destacar o texto "memorandum" do Visconde de Indaiatuba (José Bonifácio do Amaral) e os debates e depoimentos encontrados no Jornal Gazeta de Campinas entre 1869 e 1889 (entre eles, o debate do próprio José Bonifácio do Amaral com Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, de Ibicaba/ Limeira. Sobre os textos especializados, ver bibliografia retirada da Revista do Instituto do Café e do estudo História do Café, de Afonso E. Taunay.
- (17) Pupo, Celso Maria de Mello. **Campinas, um município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas**. São Paulo: Imp.Oficial do Estado, 1983.
- (18) O Jornal Gazeta de Campinas dá notícias da utilização dos equipamentos públicos de telefonia, os demais dados foram fornecidos por José Pompeu de Camargo.

POR UMA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE: GLOBALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Antonio Carlos PINHEIRO*

RESUMO

Este artigo apresenta um breve histórico do ambientalismo, suas raízes teóricas e as relações com o desenvolvimento da sociedade industrial globalizada na atualidade. As ações políticas dos países sobre as questões ambientais são expostas visando um questionamento da dicotomia entre os países ricos do norte e os países pobres do sul, considerando que estes problemas são ao mesmo tempo locais e globais.

Palavras chaves: ambientalismo - globalização - espaço - desenvolvimento sustentável - sustentabilidade

ABSTRACT

This paper presents a brief historical review about environmental science, its theoretical construction and relationship with the developing economic global process. Different policies about ambientalism are explored throughout the dichotomy between rich and poor nations, especially trough aspects of local and global instances.

Key words: ambientalism, globalism, space, supportable development, sustainability

(*) Professor do Departamento de Geografia da PUC-Campinas.

INTRODUÇÃO

O mundo que hora vivenciamos apresenta uma constante dinâmica nas transformações da produção e do consumo. Tais esferas se sobrepõe, articulando a natureza e a sociedade, tornando-as, cada vez mais, parte integrante de um mesmo processo.

A intensificação do capitalismo industrial, ampliou os modelos de racionalização da modernidade ocidental exportando, para todos os países do mundo, padrões de apropriação da natureza, acarretando forte degradação sócio-ambiental. Os processos de degeneração dos ecossistemas, tendem a provocar um prejuízo global, embora os níveis de percepção ambiental, estejam mais nítidos para as populações dos países ricos do Norte; por outro lado, o peso da degradação é profundamente sentida pelas populações dos países pobres do Sul.

O movimento ambientalista resulta destes processos, alimenta-se da necessidade da manutenção e criação de uma sociedade baseada no desenvolvimento sustentável. A globalização da sociedade ocidental, contrapõe-se à natureza, interagindo por meio dos instrumentos tecnológicos e científicos desenvolvidos historicamente.

As reflexões expostas neste texto, não são definitivas. Muitas delas aqui lançadas, deixam mais dúvidas que certezas e constituem um desafio para a continuidade das reflexões sobre o tema. Deste modo, as afirmações que se encontram no decorrer do texto, podem ser submetidas à críticas e sugestões, possibilitando o aprofundamento, e novas formulações sistemáticas.

O CONTEXTO DO AMBIENTE MUNDIAL NA GLOBALIZAÇÃO

A globalização, exposta aqui, é entendida como um processo de intensificação da modernidade ocidental e a tecnificação das

relações sociais em todos os níveis, uma globalização da racionalidade instrumental (Ianni-1996). As várias metáforas apontadas por Ianni, como: Aldeia Global, Fábrica Global, Economia-Mundo, Tecnocosmo, são consideradas válidas na medida que estas versões, cada qual de forma distintas, encontram um denominador comum, analisam um mundo que, na definição de Viola e Olivieri (1997), resulta de um capitalismo globalizado, informatizado em escala planetária, subordinando outros subsistemas sociais ainda existentes pelo mundo.

A globalização não é homogeneização. Os limites entre o nacional e o internacional tendem a se diluir e a relação interno-externo torna-se cada vez mais porosa. Essas transformações em curso na política mundial, definem um enfraquecimento no Estado-Nação e uma crise geral de legitimidade das autoridades tradicionais do sistema internacional. A erosão parcial do Estado Nacional como centro regulador da vida social, apontado por Viola e Olivieri (1997), implica em fragmentações das sociedades nacionais (Rússia, Iugoslávia, etc).

Com o processo de internacionalização do capital e desenvolvimento das forças produtivas, intensificados após o final da 2ª guerra mundial, tendo como suporte, a ciência e a tecnologia, fez com que a capacidade da exploração dos recursos naturais aumentassem, para satisfazer o grande surto consumista que verificou-se, nos anos subsequentes, em vários países do mundo.

O termo fábrica global, advém do processo de internacionalização do capital. O processo de dispersão geográfica revelou-se na produção, na tecnologia, na força de trabalho, na divisão do trabalho social, no planejamento e no mercado. Com isto, globalizou-se as instituições, os princípios jurídico-políticos, nos padrões sócio-culturais e nos ideais que constituem as condições e os produtos civilizatórios do capitalismo (Ianni-1996).

A globalização que hoje se configura, traz implícita a idéia de modernização que, também, leva consigo a idéia de ocidentalização. Na modernização, estão presentes as idéias de democracia: os

direitos de cidadania, institucionalização das forças sociais. Apóia-se em uma visão de bem estar geral, por meio da divisão do trabalho social e da produção, da economia e da liberdade (liberalismo e neoliberalismo). Mas os processos de globalização e modernização, produzem desenvolvimentos desiguais, desencontrados, contraditórios. No mesmo curso da integração e homogeneização, desenvolve-se a fragmentação e a contradição. A globalização é sempre um processo de pluralização dos mundos (Ianni-1996).

Com relação à natureza, Santos (1996) aponta que a história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Hoje a ação entrópica tem efeitos continuados e cumulativos. Atualmente com a mundialização da economia, formou-se um modelo técnico único. Este processo unificou o planeta e a natureza.

Para Rodrigues (1994), a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza; diz respeito, pois, não apenas a problemas relacionados à natureza mas às problemáticas decorrentes da ação social.

A transferência de tecnologia, por meio da criação de novos centros de produção e consumo, acarretou um aceleração das transformações espaciais, gerando, sobretudo nos países pobres, hoje industrializados, movimentos migratórios, êxodo rural, crescimento populacional e desmedida urbanização. Consequentemente, gerou a necessidade de intensificar a apropriação dos recursos da natureza, em escala cada vez maior, para alimentar esse modelo industrial, provocando em poucos anos um processo de degradação ambiental sem precedentes na história da humanidade.

A globalização ampliou ainda mais este processo de degradação; por outro lado, despertou na população mundial maior interesse pelos problemas ambientais, de justiça social, entre outros, que, gradativamente, adquirem enormes proporções no cotidiano das pessoas. Cada lugar revela o mundo e é suscetível de intercomunicação. A ciência, tecnologia e informação são a base da vida social atual. O

meio geográfico inclui no território essa característica. O território é uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente dados e usados, segundo tempos diversos (Santos-1996).

O MOVIMENTO DO AMBIENTE NO ESPAÇO MUNDIAL

O movimento ecológico existe de longa data; pode-se dizer que tal preocupação, de forma consciente, ocorre desde o final do século passado. Considera-se que a influência da questão ambiental no movimento ecológico começa a se materializar nos anos 60. Nesta década, em vários países do ocidente, como na França e nos Estados Unidos da América (EUA), havia um movimento radical de ruptura dos valores da sociedade industrial capitalista. Com forte significado contra-cultural (movimento Hippie nos EUA, por exemplo), esse movimentos despertaram vários estudiosos para o questionamento da sociedade industrial como um todo, inclusive para as questões ambientais. No campo acadêmico universitário, a forte influência da escola de Frankfurt, sobretudo de autores como Marcuse e Adorno, embasavam esses movimentos.

Este processo influenciou vários cientistas sociais que passaram a rever os seus conceitos sobre o Estado e a sociedade civil. Tradicionalmente, o Estado era analisado como sendo separado da sociedade civil, faltando uma visão de conjunto. O espaço público, lugar da ação dos atores, refletia essa dicotomia, onde as pessoas não se encontram ligadas ao Estado nem se percebem como parte da sociedade civil.

O movimento ambientalista teve um grande impulso com os pensadores norte-americanos (Ophuls-1977, Paelhke-1989, Cahn-1991). Para vários intelectuais, que iniciaram ensaios sobre o meio-ambiente, houve um maior destaque para a visão política. Nota-se uma forte perspectiva ideológica-moralista nos estudos ambientalistas, destacando que a mudança da sociedade requer uma

revisão de valores para a construção de uma sociedade equilibrada.

Para os ambientalistas, considerados radicais, como Morrison por exemplo, tinha que haver uma mudança significativa no desenvolvimento do industrialismo, pois tal processo não era tratado em si mesmo, mas relacionado a vários outros. A ecologia industrial, idealizada por Morrison (1995), referia-se à eliminação de produtos e processos de produção que são destrutivos, nocivos e insustentáveis e a substituição deles por outros sustentáveis e benéficos. A eliminação do desperdício na utilização da energia e dos recursos. Desenvolvimento de padrões de produção e consumo baseados na reutilização e reciclagem.

A publicação do trabalho intitulado "Limites do Crescimento", na década de 70, cuja tese principal condicionava o crescimento populacional com o econômico, avaliando-os como processos insustentáveis e apresentando uma visão catastrófica, estimulou estudos e ações radicais para a transformação da sociedade.

O questionamento resultante deste processo, fez emergir diversas posições sobre o que fazer para diminuir o crescimento populacional, considerando tal mudança na sua totalidade. Também se propunha o extermínio do Estado. Para isto ocorrer era necessária uma mudança de mentalidade, estes ambientalistas autodenominavam-se cientistas descentralizados.

Nos EUA, na década de 70, jovens doutores, engajados nas mudanças da sociedade, começaram a fazer um minucioso estudo da teoria do Estado. Entre estes autores destaca-se Ophuls, considerado clássico que passou a acreditar que era essencial fortalecer o Estado, para a implementação de políticas ambientais, com uma alternativa segura. Ophuls abud Cahn (1995) argumenta que, para evitar o "*Leviatã ambiental, é exigido a criação do "Estado estável"*" baseado em uma economia sustentável.

O debate dicotômico apoiava-se na idéia de que a questão ambiental não deveria estar desvinculada das condições de melhoria

de vida e controle da população. Entrementes, observava-se que faltava um questionamento específico sobre o tipo de desenvolvimento adotado pela sociedade industrial. Nesta época, nos EUA e na Europa, começam a surgir agências preocupadas com a poluição ambiental, nos âmbitos local-estadual-nacional. Mas ainda assim faltava uma visão global.

Solidificava-se entre os ecologistas a idéia de uma organização geral, apoiando-se no próprio Estado-Nação, para controlar o ambiente mundial, uma organização mundial que pudesse influenciar a local.

Nos anos 80 houve uma reação na academia em relação ao movimento ecológico. Neste momento, muitos estudiosos passaram a se preocupar, nos seus estudos, com métodos mais seguros e com teor mais científico.

Paehlke, autor influenciado por Habermas, considera que o mundo atual não é estático, os atores estão em ação o tempo todo; assim, as mudanças são dinâmicas, o espaço público total é o lugar onde o Estado é um dos minimizadores dos problemas sociais. As ações sociais ocorrem por meio de uma ação dialógica entre os atores (Paehlke - 1989).

As perspectivas teóricas mais significativas sobre o ambientalismo são caracterizadas por Paehlke (1989), por ser o ambientalismo um movimento histórico; um grupo de pressão e um novo movimento social. Como movimento histórico, tem forte conotação valorativa e ideológica, sensibiliza diferentes classes sociais, divulgando a idéia da necessidade de sobrevivência do planeta, disseminando esta idéia para vários segmentos da sociedade. O grupo de pressão, assim como vários outros grupos, busca defender uma questão pontual na sociedade, que pode ser momentâneo. Enquanto um novo movimento social, também é contextualizado, podendo ser substituído por outros que surgirem.

A idéia de que o Estado é fundamental, para gerir uma política ambiental, minimizando a ação empresarial e implementação da ação sócio-ambiental, tem-se fortalecido.

No processo de desenvolvimento dos estudos ambientais, a diferença entre o conceito de ambientalismo e ecologismo, estão vinculados. Esta diferenciação, hoje, é um debate superado, entretanto, foi acirrado pelas questões ideológicas do Estado. Predominava a idéia, entre os radicais, de que a técnica levaria a sociedade ao caos. Os ecologistas radicais questionavam a estrutura do capitalismo, e o ponto de vista dos ambientalistas era reformista, perseguiram a minimização do processo de degradação global no próprio capitalismo. Mas, neste momento, o debate entre ambiente e sociedade estava desvinculado. Este debate é superado fundamentalmente porque os discursos radicais perdem força com a queda do socialismo. O reformismo ganha espaço com o processo de globalização, reforçando uma preocupação com o socio-ambientalismo. Morisson (1995), retoma a idéia de democracia clássica nas suas propostas.

A idéia de desenvolvimento sustentável, ganha força nos meados da década de 80. Esta noção tem sua origem no debate iniciado em Estocolmo em 1972, consolidando-se no Rio de Janeiro em 1992 (Guimarães-1995). O tema assume importância no mesmo momento em que o Estado começa a desmoronar enquanto viabilizador de desenvolvimento da sociedade. A noção surge da análise empírica da realidade, o ambiente passou a ser vinculado à sociedade. O desenvolvimento do ambientalismo retoma a importância do local, a máxima *"agir localmente e pensar globalmente"*, começa a ganhar força neste contexto. A ação ambiental passou a ser vinculada com o processo de desenvolvimento da sociedade, compreendendo setores como o: Estado, sociedade civil organizada, empresários, cientistas, entre outros. O Estado desde então passou a incorporar este discurso à sua maneira. A noção de sustentabilidade para Guimarães (1995:114) é compreendida como *"...a manutenção do estoque de recursos e da qualidade ambiental para a satisfação das necessidades básicas das gerações atuais e futuras"*. Assim, sustentabilidade, entendida como sendo a capacidade de desenvolvimento ao nível do local, do ponto de vista do local, sem ser desvinculado do global,

envolve a dimensão da prática, da ética, da perspectiva cultural, muitas vezes confunde-se com o conservacionismo que incorpora preocupações com risco e manejo dos recursos naturais.

INDUSTRIALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos anos 80, com a internalização da estrutura social nos debates ambientais, a sustentabilidade ganhou uma dimensão mais completa e complexa, relacionada à idéia de governabilidade, de sinergia, de descentralização, considerando-se também a importância da consulta, da negociação, e da participação. Estes conceitos, importantes para os ambientalistas-ecologistas moderados, objetiva construir uma sociedade ecológicamente equilibrada, social e politicamente democrática, minimizando o processo de degradação e não exatamente a paralisação do processo de exploração. O desenvolvimento sustentável tem uma conotação técnica e o ator fundamental é o Estado. A sustentabilidade é um conceito mais amplo, com caráter sócio-ambiental, político, cultural e ético. No entanto, os muitos ambientalistas não fazem uma crítica explícita ao capitalismo, têm uma visão mais realista em vista de uma necessidade imediata. Na escala da sustentabilidade, o local não pode estar desvinculado ao global. Entretanto, o dilema atual da sustentabilidade reside na inexistência de um ator cuja razão de ser social fossem os recursos naturais, o que teoricamente é pública (Guimarães-1995).

Para uma compreensão mais específica dos antecedentes destes conceitos é importante relembrar alguns autores. Paehlke (1989), em seus trabalhos, faz uma crítica política e ideológica ao neoconservadorismo. Sua perspectiva globalista do ambientalismo, apresentava uma tensa relação entre o Norte e o Sul, criticando sobretudo as experiências neo-liberais da Inglaterra e dos EUA. O autor recupera a discussão histórica, na atualidade, da preservação e da biodiversidade. Sua perspectiva de desenvolvimento sustentável,

aponta que o equilíbrio entre a racionalidade científica e desenvolvimento tecnológico, é fundamental para o ambientalismo. Representante de uma visão moderada, Paehlke aponta semelhanças entre o neoconservadorismo e o neo-liberalismo. Em alguns aspectos aproxima-se dos neo-liberais, principalmente quanto à postura de descentralização do Estado. Considera que o neo-conservadorismo não tem feito críticas ao Estado burocrático. Diz que as esquerdas não tem propostas concretas. Apresenta três princípios em seus estudos: 1 - diminuição de impactos imediatos nas atividades econômicas no ambiente; 2 - estabelecer padrões sustentáveis de uso dos recursos, tratando primeiro do homem para depois tratar do ambiente; 3 - pensa em profundas mudanças para as futuras gerações.

Na atualidade, com a industrialização, como produzir considerando os elementos sustentáveis? É possível um crescimento moderado para todos os países do planeta? A ciência e a tecnologia desenvolvidas com o propósito de melhorar a qualidade de vida do homem são defendidas por Paehlke (1989), assim como uma descentralização de poder do Estado, implementação de uma justiça social que prioritariamente reduza as horas de trabalho valorizando o prazer e o fortalecimento da saúde e educação. Outro aspecto importante é o equilíbrio entre o administrador/cientista e os diversos atores sociais. Considerando que o ambientalismo está se tornando uma ideologia mais robusta, vem a ser uma ideologia predominante, uma transformação gradual.

O ambientalismo passa a ser importante para as pessoas, na medida que estas passam a enxergar a utilidade da melhoria para a sua vida cotidiana. Qualquer ação que se faz no espaço envolve uma gama de aspectos (culturais, políticos, etc), as resoluções e ações esbarram no político. Qualquer ação no ambiente o transforma. A questão é, como manter um estilo de vida consumista neste padrão de desenvolvimento, sem modificar a natureza e provocar degradação?

O ambientalismo se insere na política de forma expressiva, é usado como um discurso de efeito eleitoreiro constantemente. Mas,

por outro lado, nota-se que o próprio conservacionismo norte-americano entra em crise em prol da emergência da ideologia ambiental. Ao criticar ferozmente o neoconservadorismo, Paehlke (1989), considera que nos EUA os dois partidos assumiram a ideologia liberal. O autor preocupa-se com a falta de discussão sobre as desigualdades sociais e distribuição das riquezas no âmbito mundial. O ambiente é entendido como catalisador de uma nova sociedade, é preciso discutir um modelo estrutural do desenvolvimento. Sua proposta se relaciona a um ecologismo estrutural como parte do desenvolvimento do ambientalismo.

O ESPAÇO DO BEM COMUM

Cahn (1995), estuda as esferas pública e privada. A partir de 70, os desastres ecológicos passaram, cada vez mais, a interferir no bem comum da sociedade mundial. A qualidade ambiental redefine-se e a preservação do ambiente influí nas gerações futuras. O modelo de autoregulação para limitar a quantidade dos indivíduos conforme a capacidade de sustentação, a busca de uma tecnologia limpa para tentar resolver a degradação, confunde o avanço econômico com o tecnológico. Como a sociedade baseada na visão liberal tratará o bem comum como centro das atenções? Será que o direito de propriedade encoraja o manejo sustentável?

Nas análises de Cahn (1995), muitas questões foram explicitadas, entre elas a dúvida; será que a diminuição da poluição não está de acordo com o bem comum? É necessário uma intervenção governamental? Privatizando o bem comum, usando critérios econômicos, haveria garantia de qualidade ambiental? A humanidade é capaz de reduzir o consumo para diminuir a degradação ambiental? Se a recompensa econômica está acima de tudo, como fica o futuro do bem comum?

A sociedade, no processo histórico, por meio do Estado Nacional estabeleceu, para garantir a sua apropriação, baseando-se

em rios e cadeias de montanhas, marcos delimitando os seus territórios. No âmbito das idéias o que muda não é a natureza, mas o pensamento sobre ela. A natureza é vista como aquilo que não é produzido, aparece como um valor de uso mas, no capitalismo, é um valor de troca largamente explorado (Pinheiro-1997). Na esfera do bem comum, o componente territorial, segundo Santos (1998), supõe uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada.

Para evitar a tragédia ambiental é necessário um Estado estável. O capitalismo consumista é incompatível com a qualidade ambiental. A mudança para uma sociedade sustentável exige um modo diferente de pensar, uma mudança de paradigma. A sociedade sustentável não será acolhida pela cultura liberal que levará a sociedade para a degradação ambiental. A proteção ambiental está relacionada a maximização dos bens materiais. As políticas ambientais do governo norte-americano, têm privilegiado o individual em detrimento do coletivo. Neste sentido, Cahn (1995), propõe valorizar as políticas públicas como, por exemplo, priorizar os transportes de massa, coibir o transportes individuais com multas, conservação da energia por meio da substituição do petróleo pela energia elétrica, entre outras medidas.

A falta de uma política que oriente a produção para o problema da privatização, leva a seguinte questão: que tipo de sociedade garante melhores condições sociais e menor degradação ambiental? Como estabelecer justiça social para garantir que todos usufruam dos bens do capitalismo?

Santos (1998), afirma que o neoliberalismo atribui ao Estado capitalista uma grande cópia de poder sobre os indivíduos a título de restaurar a saúde econômica e assim preservar o futuro. O papel da máquina e do industrialismo no intercâmbio social, o uso da astúcia ou da força nas relações internacionais, a chegada do capita-

lismo corporativo e a instrumentalização das relações interpessoais, a vitória do consumo como fim em si mesmo, a supressão da vida comunitária baseada na solidariedade social e sua superposição por sociedades competitivas, comandam a busca de *status* e não mais de valores. Em tais sociedades corporativas reina a propaganda como fazedora de símbolos e o consumismo como seu portador. Viola e Olivieri (1997), descrevem várias possibilidades de governabilidade, citando por último o cenário de uma sociedade integrada com baixas assimetrias sociais e governabilidade global democrática mas, logo em seguida, afirmam que tal evento é bastante improvável no arranjo do mundo atual.

GOVERNABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL - LOCAL OU GLOBAL?

Sobre o industrialismo, Morrison (1995) demonstra uma preocupação: será que é possível combatê-lo, ou superá-lo? O autor propõe vias transacionais como intermediárias para essa transformação. Uma dessas vias é o chamado salário social, integrado na estrutura planejada do mercado e do Estado. No industrialismo, a indução ao consumo vai além da questão técnica, é uma ideologia que influencia todo o modo de produzir da sociedade. A democracia ecológica deve ser construída por meio do industrialismo já existente. Os princípios básicos para essa construção são: associação, cooperação e confederação. Estes princípios estão na perspectiva do local/municipal e na junção dos vários grupos sociais. As finanças podem ser transparentes e não consideradas apenas como uma questão técnica. É necessário criar instrumentos para facilitar a compreensão das finanças.

O processo de descentralização é fundamental para a ação do processo de democratização da sociedade. Na visão de vários autores, como Porter and Brown (1991), a ONU (Organização da Nações Unidas) tem um papel importante neste processo. Histori-

camente, a ONU tem interferido para resolver problemas e conflitos momentâneos, embora exista parcialidade na intervenção por esta instituição internacional. A democracia radical reflete um processo de descentralização em todos os níveis sociais, compreendendo um sistema de cooperativas. Com o desenvolvimento tecnológico e da informática, o mundo do trabalho modificou-se, o desenvolvimento do pós-industrialismo exige outro tipo de trabalho, as demandas são outras, é uma nova forma de pensar/produzir para entender esta realidade.

Com base nos questionamentos anteriores, qual a relação entre o local e o global? A sociedade civil é mundial? Os interesses entre os diversos grupos culturais podem ser considerados globais, ou gerais, no sentido de favorecer ou possibilitar o bem estar para todos. Estabelecer um benefício por via do Estado, principalmente nos países pobres, onde um número considerável da população necessita de subsídios para resolver uma série de problemas sócio-culturais pré-existentes e que acometem estes povos, de longa data e em várias gerações.

Considerando que os problemas ambientais são globais, e para construir uma democracia ecologicamente global, é importante o envolvimento de todo o planeta, dos Estados e da sociedade civil de todos os países, não é possível deixar de considerar os diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico e também os instrumentos que estas sociedades têm para articular suas ações em função dos interesses globais. Neste sentido, será que as sociedades e Estados dos países pobres terão condições de disputar, administrar e gerir seus meios, e seu ambiente, resolvendo seus problemas sem estes instrumentos tecnológicos? Esta realidade pode configurar-se como uma forma de intervenção dos países ricos nos pobres, por meio do discurso de preocupação com o ambiental?

Embora existam princípios bastantes defendidos entre diversos autores na atualidade, sobre o uso da cooperação (Paehlke, 1989), existe uma subjetividade em definir o que se

entende por estes mecanismos. Sabemos das ações de vários países avançados, justificando o bem estar dos pobres, mas que se caracteriza muito mais como uma invasão, ferindo a soberania dos Estados e dificultando a implementação de políticas ou criação de alternativas que possam surgir das próprias populações. É possível estabelecer um sistema onde existam grupos globalmente organizados em torno de objetivos comuns, e em conjunto com o Estado decidir o futuro de todos? Santos (1998), indica que cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, o mesmo salário têm valores diferentes segundo o lugar em que vivem.

A elaboração de uma sociedade que possa controlar seus recursos e a sua produção, está relacionada ao instrumental técnico-teórico para a sua resolução; os vários povos, com os seus costumes e hábitos culturais, muitas vezes, têm soluções próprias para muitos dos seus problemas, conhecimentos tradicionais que podem dar resultados satisfatórios, no entanto, estão perdendo espaço para padrões exteriores. Mas a questão não é só a prática e o conhecimento resultante da experiência e da vivência, que coloca-se como importante, mas o conhecimento que organiza e sistematiza o próprio conhecimento, embutidos nos métodos, técnicas e recursos da ciência que, no momento, localiza-se nos países ricos industrialmente avançados do norte, o que impossibilita uma autonomia e autodeterminação dos países pobres. Ferreira (1996), afirma que reconhecer várias formas de conhecimento e práticas que recusam o império da fragmentação e dispersão, é um exercício sociológico que está presente em várias modalidades das ações sociais.

Estes desníveis de capacidades de controle e de sistematização do conhecimento, podem influenciar na capacidade de organizar e resolver os problemas ambientais locais. Evidentemente, que, por serem globais, os problemas ambientais, teoricamente, devem ser de interesse de todos, e neste momento não cabe aqui ufanismo, mas é importante considerar que o capitalismo sempre teve capacidade de

transformar tudo em mercadoria, que resulta em lucro. Se esta mentalidade predomina hoje, sabe-se que existem muitos oportunistas, inclusive apoiados pelos governos que podem aproveitar-se deste discurso e utilizar os recursos dos países, principalmente os pobres, em vez de cooperar para o aprendizado ou assimilação de técnicas para os povos cuidarem do seu ambiente.

Na atualidade, determinadas categorias facilitam pensar questões da sociologia com a questão ambiental. Por outro lado, será que a institucionalização da questão ambiental é a solução para resolver estes problemas? Para os ecologistas radicais a ação reguladora deve estar relacionada com as causas, são ações pontuais como, por exemplo, o controle da poluição. Para os ecologistas centralizadores, o Estado é o centro para a resolução dos problemas ambientais. E os não centralizadores, acreditam que a solução está na sociedade civil. Os ecologistas moderados propõe uma articulação entre o Estado e a sociedade civil, preocupados com as causas e as soluções dos problemas, formulando e implementando políticas ambientais.

Embora muitos ecologistas considerem o sistema capitalista produtor de mercadorias, como responsável pela degradação ambiental, porque encontramos nos países de perfil estatal áreas degradadas? Na verdade, nenhum destes países coloca como prioritário na sua agenda, como fundamental, o ambiente. A questão ambiental sempre foi uma política isolada de outras políticas. Será que a solução é a implementação de uma política pública, que se torne uma política econômica articulada e com o mesmo valor para todas as questões da realidade? Embora estas visões tenham um caráter reformista, quando são realizadas conjuntamente, os resultados são mais significativos. As políticas correlacionadas sócio-ambientais também devem estar relacionadas com as internacionais. Para os ecologistas moderados, a questão ambiental diz respeito à esfera pública, a resolução não está apenas no Estado ou na sociedade civil, mas na ampliação da visão sobre a esfera pública. Neste sentido, a globalização, em curso, faz aumentar a esfera privada, globalizar alguns problemas

ambientais pode significar a tentativa de transformar problemas locais e regionais em globais e tornar a responsabilidade de sua resolução, para todos os países do mundo, indiscriminadamente, tornando público o que é privado, atribuindo, por exemplo, a responsabilidade das consequências da operação degradante de uma empresa para toda sociedade, escondendo os verdadeiros responsáveis pelos problemas gerados no ambiente local e global.

A degradação ambiental vai forçar a cooperação global entre os países, fazendo da segurança uma preocupação mundial. Este aspecto pode também transformar-se em obstáculo em função da possibilidade do veto de alguns países. As forças militares não tem a mesma força na questão ambiental como tem nos assuntos políticos. Mas a possibilidade de regimes internacionais, como a construção de um conjunto de normas, regras e decisões podem produzir convergências entre os países.

O desenvolvimento sustentável, paradigma emergente contra a visão neo-conservadora, imprime um novo comportamento sócio-ambiental, que se expressa em duas correntes: o crescimento econômico voltado para eliminar a pobreza e melhorar a qualidade de vida; e a mudança de cultura e estilo de vida. Porter and Brown (1991), apresenta três alternativas para a cooperação global, como: mudanças graduais; parceria para estabelecer novos planos entre o Norte e o Sul; regimes ambientais internacionais, enfraquecendo o poder dos Estados-Nacionais sobre um projeto de cooperação global.

As mudanças graduais, por meio de convenções entre países, podem evitar mudanças radicais. Esta visão trabalha pelo consenso, fixando compromissos, com a vantagem de contratos flexíveis. Os países industrializados pobres, nem sempre se comprometem com a resolução dos problemas ambientais, por outro lado, os países industrializados ricos, não querem transferir dinheiro para subsidiar a pesquisa e programas de recuperação e preservação do ambiente. Os EUA, por exemplo, é o principal bloqueador dos debates sobre a manutenção da biodiversidade de algumas áreas do planeta,

como a Amazônia. A Convenção sobre a Biodiversidade, resultante das discussões da Rio-92, tem como objetivo garantir a proteção e o uso racional dos recursos genéticos do planeta, apresenta medidas concretas para que os países do Sul, "produtores" de biodiversidade, compartilhem dos benefícios científicos e econômicos de sua exploração, com os países "consumidores" do Norte. Mas, como demonstra Guimarães (1995), existem no texto qualitatativos em demasia do tipo "*sempre que isto seja possível ou adequado*", imprimindo uma restrição às propostas iniciais.

A barganha e parceria global, envolvem mudanças nas políticas dos países ricos e pobres. O esforço em conjunto dos países pode garantir um desenvolvimento sustentável. A barganha global suscita novos acordos que ligam assuntos ambientais e relações econômicas entre o Norte e o Sul. Porter and Brown (1991), consideram que é necessário o fim da drenagem de capital líquido dos países em desenvolvimento para os países ricos por meio do escoamento financeiro. Também, defendem um aumento de acesso ao mercado e ao consumo de mercadorias para os países pobres. Os elementos chave deste processo são as transferências de tecnologia e fluxo de finanças.

A parceria global pode surgir do reconhecimento da dependência mútua, da cooperação e do desenvolvimento de indicadores mais precisos para medir o progresso em direção a objetivos traçados previamente. A resistência, por parte de alguns países, resulta das críticas quanto ao alto custo. As mudanças radicais das instituições estão relacionadas a substituição a nível global dos padrões de consumo e deve ter ao nível internacional um organismo que obrigue os países a cumprir seus acordos firmados. Esta instituição pode estar vinculada à ONU? É possível a criação de um corpo legislativo para criar leis e regulamentar ações internacionais? Mas se, atualmente, a questão da biodiversidade é um dos problemas que apresentam maior resistência por parte dos países ricos, fundamentalmente por esta concentrar-se nos países pobres, como monitorar estas questões sem interferir no desenvolvimento dos países pobres?

Porter and Brown (1991), analisam as tendências de administração global e apontam os limites da criação destes mecanismos de regulação mundial. O desenvolvimento de conceitos legais internacionais, para controle, pode reduzir a soberania dos Estados. Estas propostas apresentam muitos problemas, considerando a realidade das relações dos países no capitalismo atual. Existem países hegemônicos no mundo em várias esferas, que exercem influência sobre muitos outros países. Este processo pode acirrar ainda mais o domínio de uma nação sobre outra, considerando as diferenças de poder, de força, e de recursos técnicos-materiais existentes. Sobre a possibilidade de uma governabilidade global, Viola e Olivieri (1997) demonstram que este processo, na década de 90, não se desenvolveu com rapidez equivalente a das outras dimensões da globalização, devido às seguintes razões: 1 - conflito entre as vias oligárquica - promovida pelos G-8 (grupo dos 7 países capitalistas mais ricos, mais a Rússia) e a maioria dos países de renda alta - e democrática - promovida pela maioria dos países de renda média e muitos de renda baixa - de governabilidade; 2 - ausência de lideranças orientadas para o longo prazo - estadistas - nos principais países do mundo; e 3 - o sistema das Nações Unidas - de natureza internacional - bloqueia a emergência de um novo sistema transnacional de governabilidade.

Os primeiros acordos realizados no mundo eram preventivos. A abordagem gradual é o que tende a ser seguida, pois não afeta muito as questões políticas internas dos países, ainda não resolve as diferenças entre o Norte e o Sul, mas pode ter melhor solução por meio de parceria. Porter and Brown (1991), analisando as estratégias globais atuais, acreditam que é improvável que estas ações revertam as tendências de degradação ambiental. A desmilitarização pode ser um caminho para a utilização de recursos e investimento de capitais para melhoria do ambiente. Morrison (1995), alerta para os gastos exagerados em armamentos. Afirma que o militarismo é uma luxúria insana, gastos com armas empobrecem nações e levam as mesmas à guerra. A militarização serve ao industrialismo, o orçamento com a defesa é cerca de metade dos gastos militares mundiais. Mas, na

medida que o econômico é hoje o principal fator de preocupação entre os países, uma recessão global pode deixar a questão ambiental em último lugar nos planos governamentais. Desta forma, só a sociedade civil organizada pode resolver os problemas ambientais. Porter and Brown (1991) afirma que a tomada de consciência da população transformada em ações políticas, pode mover os Estados-Nação na busca de soluções para as questões ambientais.

Mas, considerando o fato acima como correto, quais os valores que constituem o núcleo de uma perspectiva ambiental politicamente eficiente? Paehlke (1989), afirma que a minimização dos impactos negativos das atividades nos ecossistemas e na sociedade humana, deve ser uma solução para o estabelecimento de padrões sustentáveis de uso dos recursos. No entanto, as políticas ambientais vem sendo conquistadas pela equidade das questões sociais? Em conjunto com a preocupação com o ambiente, é fundamental que haja uma intersecção entre as questões ambientais e sociais como, por exemplo, ampliar as oportunidades de emprego e de consumo, equilibrar a inflação, e implementar programas de saúde para toda a população mundial. Uma política criativa que não deve afrontar os interesses econômicos, mas seduzir o mercado e integrar nele a problemática ambiental.

É consenso entre vários estudiosos (Paehlke-1989, Porter and Brown-1991, e outros) que o movimento ambientalista ajuda a fortalecer a prática democrática. Em níveis mais altos de desenvolvimento econômico "sustentável" torna-se, tão importante quanto o desenvolvimento, um equilíbrio razoável que pode ser mais facilmente atingido politicamente. Formas de atividades econômicas "pós-industriais" são provavelmente menos danosas ao ambiente do que as formas industriais básicas. A maior sofisticação tecnológica resulta no monitoramento ambiental e na "separação" das atividades econômicas do prejuízo ambiental por meio de "consertos técnicos".

Numa sociedade equitativa, todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades para se desenvolver. As dimensões funda-

mentais da sociedade eficiente são: avaliação do custo-benefício na tomada de decisões, equilibrada combinação de competição e cooperação nas regras do jogo. A sociedade sustentável mantém o estoque de capital natural, permitindo assim o desenvolvimento das gerações futuras. Numa sociedade sustentável, o progresso é medido pela qualidade de vida. Segundo Ferreira (1996), a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser mantido por meio de uma incisiva intervenção normativa e regulatória do Estado complementada com incentivos de mercado.

Na atualidade acredita-se que se faz necessário a criação de novas instituições para agir e implementar as questões ambientais. Novos métodos de abordagem e ações de controle da poluição e o reconhecimento que o mercado precisa de regulação. Na medida que os problemas ambientais se globalizam, as pessoas ficam "paralisadas" diante da complexidade e enormidade destes problemas. Corre-se o risco de se perder de vista a complexidade das políticas locais, regionais e nacionais. Mas, acredita-se que a tendência dos países do mundo é chegar a acordos e tratados internacionais.

O ENVOLVIMENTO AMBIENTAL GLOBAL

Nos anos 90 a questão ambiental se tornou disseminada na agenda política dos países das grandes corporações globalizadas. A população apoia a proteção ambiental. Nestes termos, o movimento ambientalista não é hegemônico, mas caracteriza-se por múltiplas raízes ideológicas e políticas. Os problemas ambientais estão se agravando. Nos países ricos, o ativismo ambientalista cresceu e se globalizou, todas as organizações expandiram suas atividades. Neste contexto, são necessárias reformas institucionais (Cahn-1991) e é preciso aumentar a capacidade da participação dos atores, formar um "novo senso comum" por meio do reconhecimento dos campos de conflitos e negociações existentes nos espaços multiculturais e dinâmicos, conectados pela ação política. (Ferreira-1996).

Mas como fica o futuro diante destas propostas? Haveria uma nova ordem ecológica? Quais as alternativas? Três estratégias são propostas, por Vig and Kraft (1990), tais como: contra medidas tecnológicas - como controle de poluição; adaptação ativa e antecipação; prevenção e mudanças - esforço constante para reparar as tendências para o futuro.

As políticas ambientais são recentes no mundo todo. Nos EUA, grande número de agências foram formadas nos anos 70. O Estado se aparelhou para satisfazer o número de reivindicações (Vig and Kraft-1990). Os programas federais e estaduais, nos EUA, têm dado ênfase ao desenvolvimento e gerenciamento dos recursos naturais, como ar e solo, enquanto os municípios estão mais inclinados para o tratamento da água, resíduos, parques e reservas (Vig and Kraft and Ferreira-1996). Nos anos 90, observa-se um declínio na implementação de políticas ambientais nos EUA. Porque isso ocorre? Será pelo fato do aumento dos problemas ambientais, que exigem mais ação e investimento do Estado? Na Alemanha, os partidos verdes tem muita força na política ambiental mas, nos EUA, nota-se que os mesmos são fracos, sem força política, apesar de existirem ONGs fortes e mobilizadas.

Mas porque houve um declínio, nos anos 90, das políticas ambientais nos EUA? Tem ficado explicito para o mundo que os maiores produtores de poluição são os países ricos do Norte. O aquecimento global, por exemplo, segundo dados apresentados de 1990, por Yearley (1996), demonstra que a emissão de CO₂ (Dióxido de Carbono) em milhões de toneladas, pelos países do mundo representam uma discrepância, (EUA-4932/Alemanha -970/Japão-1091) e (Brasil-216/India-704). Segundo Cahn (1995), nos EUA, os veículos que transportam só uma pessoa contribuem com mais de 36% de poluentes no ar. O conflito entre o Norte e o Sul está vinculado ao alto nível de consumo e de circulação de veículos. O conflito existe, pois a responsabilidade destes problemas são colocadas como globais, ou seja, todos acabam pagando o ônus deste processo de degradação. As formas de minimizar este processo, podem estar nas

formas de pagamento, sendo que os ricos devem pagar mais porque gastam mais e os pobres menos, porque gastam menos. A Conferência do Rio em 1992, explicita esta questão. Mas, o desinteresse do Estado norte-americano por políticas globais, intensificou na população o interesse pelas ações locais. Isso decorre, principalmente, da burocratização da esfera federal. É mais fácil uma mobilização para as questões locais, que fazem parte do cotidiano das pessoas.

No Brasil, as responsabilidades são distribuídas em vários níveis. A implementação de políticas se faz pela sobreposição entre o local, municipal, estadual e federal. Este fato, acaba causando conflitos entre os diversos níveis de autoridade, considerando-se que eles podem ter perspectivas diferentes. No Brasil, as questões ambientais, ainda, não são consideradas políticas públicas, o que difere dos EUA que incorporou estes problemas no conjunto dos planos econômicos e sociais.

Diante destes problemas, é possível afirmar que a degradação ambiental e a poluição são influenciadas pela economia política da produção contemporânea, pelo comércio e regulação? A economia moderna, na visão de Yearley (1996), distinguiu-se pela sua escala, pela natureza da produção moderna e a maneira pela qual a atribuição de preços funciona em uma economia de mercado livre. A poluição não é exclusiva da economia de livre mercado. Mas são nos países pobres da atualidade, que a poluição está mais ligada ao processo de desenvolvimento, o que acarreta uma sobrecarga para estes países na resolução destes problemas.

Entre as várias questões apresentadas por Yearley (1996), sem dúvida destaca-se a seguinte: todos os problemas globais podem ser considerados globais? O autor concorda que alguns processos podem ser considerados globais, como o aumento do nível do mar por exemplo, entretanto, os fenômenos possuem diferentes impactos em diferentes lugares do planeta, o que depende de diferenças geográficas e econômicas. Assim, as concepções sobre desafios globais e as chamadas para assumir as responsabilidades, podem ser engana-

doras e tendenciosas, tornando-as um problema ideológico. As dificuldades em dar respostas unificadas para os problemas globais resulta na influência desunificada, nas diferenças geográficas e em riquezas. Os próprios apelos à globalidade são interpretados como expressões de interesses especiais.

Os governos dos países ricos, historicamente, têm resolvido seus problemas às custas do potencial de desenvolvimento dos países pobres. Ao restringir a industrialização do Sul, os países do Norte reforçam as desigualdades econômicas. Os problemas ambientais complicam-se no desacordo sobre quais assuntos são de conteúdo ambientais globais. Muitos ativistas do Sul, têm tentado argumentar que a pobreza, em si, já é um problema sócio-ambiental. Deste modo, se um problema é global, pode-se suspeitar que todos deveriam se preocupar igualmente com ele. A ciência, por meio de suas análises, tem contribuído para a identificação e mensuração dos problemas ambientais globais. Mas, é importante destacar que um imperativo da ciência moderna do ocidente é a aspiração a generalizações universais, influenciando sobremaneira a formulação e orientação dos projetos globais.

Outra questão exposta por Yearley (1996), é : de quem é a responsabilidade de decidir e escolher quais problemas ambientais são globais? As ONGs (Organizações Não-Governamentais), desde a década de 70, têm procurado, nos países do Norte, estimular a consciência e o interesse da mídia com respeito à crescente evidência da poluição e os seus possíveis efeitos na saúde, à perda de áreas intocadas e aos perigos à vida silvestre. Vários grupos, como o Grenpeace, Fundo Mundial para a Natureza, entre outros, perceberam que uma parte da poluição é inerentemente transnacional; os países onde estes grupos têm mais apoio não estão protegidos da contaminação dos alimentos produzidos nos países pobres, por exemplo.

Os grupos do Sul tem se unido aos do Norte para documentar e combater as intenções das companhias comerciais e as políticas danosas ao ambiente das organizações monetárias internacionais,

para chamar a atenção dos políticos para os problemas do esgotamento de recursos. As ONGs têm encontrado oportunidades promissoras para cooperação internacional. Mas Yearley (1996) aponta um problema: As ONGs são representativas? Quem elas representam? Até que ponto podem ser levadas em conta? Na Conferência para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, todo tipo de ONGs foram aceitas para ser representadas, como indígenas, juventude, mulheres, pequenos fazendeiros, além de ligadas ao ambiente e desenvolvimento. No entanto, observou-se cerca de 60 grupos de interesses industriais na lista das ONGs. A questão é que as ONGs não possuem mandato político oficial, não são eleitas por ninguém. Desta forma, não são democráticas. As entidades mais ricas, provenientes dos países do Norte, garantem uma participação mais sistemática, enquanto as entidades dos países do Sul são sub-representadas; assim, a definição dos problemas ambientais acabam refletindo o ponto de vista dos países do Norte.

As firmas e autoridades são outros atores apontados por Yearley (1996). Sabe-se que a maioria dos problemas ambientais, resulta da atividade econômica, muitas empresas buscam harmonizar as regulações para uma situação ambiental melhor. Entretanto, uma alta qualidade ambiental pode reduzir a competição com os produtores "menos verdes". As empresas que têm mais condição de pesquisa e desenvolvimento, têm interesse em introduzir padrões ambientais mais rígidos. Embora seja um fator positivo, este fato pode acarretar um fortalecimento dos monopólios existentes.

As organizações estatais e supranacionais, atuam como agentes de globalização. Muitos governos ainda tendem a pensar nacionalmente e agir nacionalmente. Mas, já existem muitos governos que têm agido de outra maneira, têm aceito que certas medidas em relação ao ambiente devem ser coordenadas acima do nível nacional. Os governos aprenderam que eles precisam se preocupar com as políticas dos seus vizinhos. Os governos possuem interesse objetivos e pontuais na qualidade do ambiente. Podem se preocupar com as conseqüências da poluição dos países vizinhos para a saúde

de seus cidadãos. Assim, é do interesse dos líderes da política ambiental exigir que os outros elevem seu padrão. Trabalhando em conjunto, muitos governos podem se beneficiar, estabelecendo órgãos que são delegados para propor e implementar políticas comuns. Para tentar melhorar as negociações dos tratados, os comitês da ONU têm tido um papel chave em introduzir o vocabulário e as ferramentas conceituais para o desenvolvimento da política ambiental transnacionais.

Mas os limites para a resolução dos problemas ambientais, nos países do Sul, largamente citados anteriormente neste texto, agravam-se no cotidiano, pelos elevados níveis de desigualdade social, agravados na última década pela exclusão social. Neste sentido, a construção de mecanismos globais para regulação dos problemas ambientais mundiais, deve ser realizada em conjunto com programas de justiça distributiva de bens e serviços, universalização das políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social. Guimarães (1995), afirma que é a sustentabilidade política do desenvolvimento que se encontra estreitamente vinculada ao processo de construção da cidadania, garantindo a incorporação plena das pessoas no processo de desenvolvimento.

Leis (1995), comenta que o desafio dos problemas globais requer cooperação e compreensão entre os países com diferentes culturas e graus de desenvolvimento, circunstâncias que não seriam possíveis sem uma participação ativa e autônoma de representantes da sociedade civil, que reintroduzam valores de orientação ética e epistêmica no processo de tomada de decisões.

Segundo Cahn (1995), o capitalismo expansionista é incompatível com a qualidade ambiental; essa melhoria pode somente ser possível por meio de um padrão econômico que equilibre a capacidade da exploração dos recursos naturais com a produção, o consumo e o desperdício. A mudança para uma sociedade sustentável, em escala global, exige uma mudança de crenças entre as populações dos países do mundo.

PALAVRAS FINAIS

Diante dos problemas apontados no texto, pode-se afirmar que o momento traz consigo mais incertezas do que garantias de sustentabilidade. O montante de investimentos da ciência e tecnologia, pelo capitalismo global, tende a intensificar o processo de apropriação da natureza, implementando no consumo mais produtos, envolvendo mais recursos naturais.

Os problemas ambientais adquirem visibilidade global, e a gestão dos recursos exigem uma normatização internacional para permitir uma governabilidade em grande escala, permitindo o uso sustentável da natureza. Também, com a globalização, ampliam-se os problemas de desigualdades sociais nos Estados nacionais e entre os países, acirrando os conflitos entre os ricos e os pobres.

O Estado vem perdendo a soberania nacional gradativamente, seu espaço de ação está sendo ocupado pelo mercado que, na perspectiva neoliberal, privatiza, desregulamenta, deixando para estas instituições, antigas atribuições de controle social e de intervenção militar. Evidentemente que o poder e a força destes Estados são variados, pelas condições materiais e imateriais, concentração de tecnologia e capital.

Mas, apesar dos pessimismos, o desenvolvimento tecnológico das comunicações e informática, o aumento das Organizações Não Governamentais, da idéia de justiça social para todos e da melhoria da qualidade de vida, divulgada pelos próprios meios do desenvolvimento capitalista, têm suscitado, em largos setores da população, uma tomada de consciência, ainda que lenta, no sentido de levar as pessoas a perceberem o ambiente na sua totalidade.

Considerando que a globalização é também um processo de fragmentação é notório, no presente, uma preocupação na sociedade pelas questões locais. Os novos movimentos sociais, muitos deles setorializados (mulheres, negros, índios, consumidores, homossexuais, sem-terra, sem-teto, etc), não só têm buscado realizar

seus objetivos como construir sua identidade. A cidadania é uma construção e este processo, na atualidade, ocorre juntamente com a dimensão do território. Enfim, por meio de uma reaproximação da natureza perdida do homem, busca-se um ambiente saudável que possibilite o bem estar geral e o equilíbrio ecológico.

BIBLIOGRAFIA

- CAHN, M. A. **Environmental deceptions the tension between liberalism and environmental polcymaking in the United States**, Albany: State University of New York Press, 1995.
- FERREIRA, Leila da Costa. **A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local**, IN *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização* (Ferreira, L.C. e Viola, E. -org), Campinas: Ed UNICAMP, 1996.
- GUIMARÃES, Roberto P. **O desafio Político do desenvolvimento sustentável**, IN *Revista Lua Nova*, N. 35, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1995.
- IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LEIS, Hector R. **Globalização e Democracia após a Rio-92**, IN *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização* (Ferreira, L. C. Viola, E.-org), Canpinas: Ed UNICVAMP, 1996.
- MORRISON, R. **Ecological democracy**, Boston: South end Press, 1995.
- PAEHLKE, R. **Environmentalism and the future of progressive politics**, New Haven and London: Yale University Press, 1989.
- PINHEIRO, Antonio Carlos. **O Espaço Urbano e a Questão Ambiental**, IN *Revista Humanitas* N. 1, Campinas - ICH-PUC-Campinas - Ago/1997.

- PORTER, G. and BROWN, J. W. **Global environmental politics. Dilemmas in world politics.** Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press, 1991.
- RODRIGUES, Arlete M. **A questão ambiental e a (re)descoberta do Espaço: Uma nova relação Sociedade/Natureza?** IN *Boletim Paulista de Geografia*, N. 73, São Paulo: AGB, 1994.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**, São Paulo: Nobel, 1998.
- _____. **.Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**, São Paulo: Hucitec, 1996.
- VIOLA, Eduardo, OLIVIERI, Alejandro. **Globalização, Sustentabilidade e Governabilidade Democrática no Brasil**, IN *A Sociedade Democrática no Final do Século*, (Trindade, A.A.C. e Faro.M.-org), Brasília: Paralelo, 1997.
- VIG, J. and KRAFT, M. **Environmental policy in the 1990s.** C. Q. Press, Whashing, d.c. 1990.
- YEARLEY, Steven. **Sociology Environmentalism Globalization**, London: Ed Sage Publications, 1996.

FRAGMENTOS DE “OUTROS”

Maria Salete Zulzke TRUJILLO*

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é relatar vivências de alteridade realizadas por alunos (as) dos cursos de Filosofia e História da PUC-Campinas. Os processos de globalização e mundialização têm propiciado uma visão pluralística da sociedade, mas não uma mudança de postura frente à diversidade cultural e social. A proposta da experiência, fundamentada num referencial metodológico da Antropologia tinha como meta estabelecer relações ensino/pesquisa e teoria/prática. A relevância das observações vivenciadas está na mudança de atitudes frente ao “diferente” e à diversidade.

Unitermos: alteridade, educação, atitude.

ABSTRACT

This paper intends to report different experiences of alter-ego groups of philosophy and history students at the University of PUC-Campinas. Although the globalization process provides pluralistic vision about society, it is not being able to change

(*) Professora titular de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais e Diretora do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas. O presente trabalho conta com a contribuição dos seguintes acadêmicos: Celso de Oliveira Gil, Cibele Bravo, Ivone de Genova Silva, Josefa Neide Menezes, Kleber Luiz Cardoso e Vânio Flávio Dias Ferreira.

attitudes towards cultural and social diversities. Anthropological methodology supports the experiences related, which had, as a main goal the study of relationships between teaching and researching, theory and practice. The process of changing attitudes towards difference and diversity is the main result of these experiences.

Key words: alter-ego groups, education, changing attitudes.

INTRODUÇÃO

Num momento em que assuntos como o dos processos de globalização e mundialização começam a fazer parte não somente das discussões acadêmicas mas também de mesas redondas nas TVs, de temas jornalísticos, de conversas do cotidiano, preocupa-me, de maneira especial o "outro", que não é alguém que está nos limites globais, mas que vive na minha própria cidade, até mesmo no meu bairro, sem que eu o conheça.

Se, por um lado, o processo de globalização da economia e tecnologia nos remete a uma certa unicidade da vida social, por outro, a mundialização, considerando o aspecto específico da cultura (Ortiz:20) nos possibilita uma diversidade de concretude. O processo de globalização, ao invés de levar a uma homogeneização cultural, tem propiciado cada vez mais uma visão pluralística, com o aparecimento das diferenças globais. Os meios de comunicação têm proporcionado a difusão dessas diferenças culturais. Como diz Featherstone, o processo de globalização possibilita abrir uma "vitrine mundial das culturas" (p.30). Programas como o "discovery" levam grandes massas populacionais a tomarem conhecimento de formas de vida, de hábitos, de nichos ecológicos e culturais que antes eram do domínio de apenas alguns profissionais (como os antropólogos).

O contato com a diversidade cultural permeado pelos meios de multi-mídia não contempla, no entanto, todos os ingredien-

tes que as relações pessoais ou a vivência podem propiciar. Essas vitrines culturais têm possibilitado o conhecimento da diversidade cultural, mas pouco têm contribuído para a revisão de nossas posturas frente a essa diversidade.

O processo de ocidentalização, com sua máquina técnico-econômica, não conseguiu

"propor uma cultura da técnica e da industrialização que reencante o mundo, conferindo-lhe sentido e também não pode cumprir suas promessas de abundância, o que tem levado à resistência cultural. O ocidente encantou o mundo com sua técnica e sua proposta de bem-estar, mas esses ingredientes não são suficientes frente à necessidade de identidade, que é algo mais que referências quantitativas. Neste afã de manter as suas identidades culturais têm-se verificado testemunhos da vitalidade e de criatividade culturais, que se apresentam seja enquanto contraculturas, formas sincréticas, seja sob a forma de solidariedades inventando novas bases de legitimação (Latouche: 108-110).

Se em nível global o processo de homogeneização se transformou em mitológico, mesmo com o fluxo de pessoas, imagens e informações, a realidade do cotidiano evidencia cada vez mais o processo de segregação, com o aparecimento dos condomínios fechados, com a interrupção de ruas transformando-as em domínio particular ou expulsando para as periferias os despossuídos. Dreifuss, ao fazer sua análise dos processos da globalização da economia, da mundialização social e dos modos de viver e planetarização política e institucional dos modos de dominar, afirma que, neste final de milênio,

"coexistem as contradições e contraposições: vivemos as afirmações das particularidades, localismos e singularidades, mas também a preservação das heterogeneidades culturais e as reafirmações civilizatórias (Dreifuss: 325).

Parodiando Geertz, podemos dizer que temos possibilidades de viver milhares de formas de vida, mas terminamos por viver apenas uma. Essa possibilidade nos permite ver os outros sob vários ângulos que dependerão da visão de mundo que interiorizamos, ou de como conseguimos passar a olhar os outros, não como algo ameaçador, mas simplesmente como diferente.

Um mundo de perplexidades, causado pelas desigualdades que cada vez mais afloram nas grandes cidades, nos domina frente aos novos atores sociais emergentes, enquanto categorias despojadas de condições mínimas e marginalizadas da sociedade, como os sem-teto, sem-terra, ao lado de categorias mais tradicionais, como os favelados e desempregados. E, talvez levados pela insegurança ou pela violência física que permeiam o nosso cotidiano e pelas representações que fazemos desses "outros", cada vez mais deles nos distanciamos.

A Antropologia, enquanto disciplina acadêmica, desde os seus primórdios preocupou-se com "o outro" ao procurar estudar as culturas que eram naquele momento (sec. XIX) as que estavam distantes dos centros dominantes da Europa e, por tal motivo, existiam interesses etnocêntricos que guiavam o olhar dos estudiosos. O "estranhamento" frente a essas culturas passou a ser condição para tais estudos. Daí os antropólogos terem sido cognominados de "mercadores do espanto". Apesar de a postura etnocêntrica ter sido substituída pelo olhar relativista, essa não tem possibilitado, em nível da sociedade mais ampla, uma vivência e um convívio mais igualitários. Embora a Antropologia tenha sido considerada como "a mais compreensiva das ciências", seus conhecimentos e posturas não têm conseguido mudar as posturas dos cidadãos frente aos "outros". Como nos diz Boff,

"não basta o reconhecimento da alteridade; este ato de respeito se ordena ao aprendizado dos valores dos outros, ao desenvolvimento da reciprocidade e complementaridade mútua. Toda diversidade cultural mostra a riqueza e a

versatilidade do que é a aventura do ser humano, que pode ser comunicada, enriquecer a todos e permitir realizarmos nossa humanidade". (Boff:130).

A observação direta das situações sociais, as relações pessoais com os grupos estudados têm permitido aos antropólogos a experiência da alteridade, cuja vivência lhes possibilita "ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano e que consideramos evidente" (Laplantine:21). Entretanto, nem sempre conhecemos o que nos é familiar. Assim, Velho diz que

"dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e as situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos, no entanto não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações" (Velho:40).

Como professora de Antropologia nas séries iniciais dos cursos de Filosofia e História da PUC-Campinas, procuro, enquanto prática de um processo de aprendizagem, introduzir meus alunos no mundo do conhecimento científico, no caso específico do conhecimento antropológico e das práticas metodológicas dessa produção. Dentro dessa perspectiva, tenho procurado fazer com que meus alunos vivenciem experiências de observação de situações que não são do seu cotidiano e que permitam enquanto tal, vivenciarem relações de alteridade. As situações são escolhidas pelos mesmos, já que as histórias de vida e as vivências sociais são diferenciadas. O retorno destas observações de situações sociais tem provocado reflexões e descobertas sobre realidades que estão presentes na nossa cidade e que acabamos ignorando. Muitas dessas experiências provocaram, não só no observador, mas também entre os colegas que tomaram ciência das mesmas, novos sentimentos, emoções e reflexões que me estimularam a querer socializar tais trabalhos com

outros alunos e professores. Daí a escolha de alguns desses relatos cuja divulgação considere importante. Não se trata de trabalhos com profundas reflexões teóricas, mas considerações a partir de uma prática vivenciada. São experiências motivadoras para trabalhos futuros, que têm seus méritos, principalmente pelas mudanças de atitude provocadas frente a "outros" diferentes. É importante ressaltar como um exercício de trabalho de campo é capaz de transformações significativas no olhar do observador, particularmente no tocante às visões estereotipadas e preconceituosas que orientam o senso comum. Os trabalhos de observação confirmam o que nos diz Severino *"é na e pela prática que as coisas acontecem, que a história se faz e que o próprio humano vai se fazendo humano"* (Severino: 12).

A Antropologia enquanto disciplina social, voltada tanto para a formação do professor quanto do bacharel objetiva a formação do educador, já que entendemos a educação como um processo de humanização. Daí a preocupação constante que a relação teoria/prática aconteça, mesmo em um curso inicial. A prática possibilita descobertas significativas que a leitura dos autores clássicos ou mesmo contemporâneos não consegue sensibilizar com tanta força e convicção. O contato com o real tem uma força que nenhuma experiência virtual consegue superar. Se o pouco contato com o "outro" não permitiu um conhecimento profundo, pelo menos permitiu romper barreiras, descortinar outras realidades, abrir-se para o diferente. Isto significa que, se a relação de alteridade estabelecida nessa experiência não serviu para ajudar o outro, pelo menos abriu os olhos do estudante para a diversidade e para o diferente, enriquecendo sua vivência de cidadão.

Escolhi para divulgação, seis trabalhos de observação. Os trabalhos escolhidos são de alunos primeiranistas dos cursos de Filosofia - Bacharelado (matutino), de Licenciatura em Filosofia (noturno) e de Licenciatura em História (noturno). Alguns deles retratam situações de grupos marginalizados, como os "moradores de rua", os "sem teto", mas também temos situações mostrando a pluralidade religiosa, com experiências na Igreja Universal do Reino

de Deus, ou situações envolvendo a religião católica, como a caminhada de jovens católicos na madrugada da Ressurreição, ou mesmo uma sessão espírita. Ainda entre estes "outros", temos uma observação feita com "excepcionais". O ponto comum dessas observações é que o confronto com o "outro", a experiência do contato pessoal com uma situação diferente propiciou, além de espantos, uma auto-reflexão sobre o papel de cada um enquanto cidadão, provocando mudanças de atitudes, tanto em relação aos "outros", como frente a eles mesmos. A docência possibilita momentos gratificantes ao professor, ao constatar o crescimento de seus alunos não só em termos intelectuais, mas principalmente, como seres humanos, transformando dessa forma o nosso trabalho em algo prazeroso. O aprendizado da vivência proporciona uma troca de mão dupla: professor/aluno, em que ambos saem enriquecidos.

A realização dos trabalhos aconteceu no primeiro semestre de 1998, e a Semana Santa foi um dos momentos mais oportunos para a realização dessa tarefa, tendo em vista que os alunos que fazem esses cursos são, em geral, trabalhadores e têm pouco tempo livre para realizarem trabalho de campo. Daí decorre que algumas dessas situações aconteceram nesse período e compreendem rituais característicos dessa semana específica.

A PUC-Campinas é uma Universidade que atende uma clientela não só de Campinas, mas também da região. Muitos de seus alunos viajam diariamente. Por essa razão, muitas observações aconteceram nas cidades onde esses alunos moram, como Indaiatuba, Santa Barbara D'Oeste, Itupeva, etc.

Os trabalhos escolhidos para publicação são apresentados da forma como os alunos os redigiram. Não foram feitas alterações no conteúdo, apenas revisão quanto ao Português, respeitando os estilos. Por isso os textos deixam transparecer frases que denotam preconceito. Não foram omitidas essas frases justamente com o objetivo de fazer com que o leitor dimensione a dificuldade que existe em olhar e descrever a realidade de uma forma antropológica. O

critério para a escolha dos trabalhos recaiu na importância significativa da observação e da forma como foram redigidos.

O primeiro relato é da acadêmica Josefa Neide Menezes, do 1º ano de Filosofia-matutino, intitulado "Confraternização dos moradores de rua na noite de Páscoa", realizado no Centro de Acolhimento da Caritas Paroquial de Indaiatuba. A observação chama a atenção para o fato de como diferentes segmentos da sociedade vêem uma mesma situação social, e como a própria observadora teve reações diferentes frente a esses moradores de rua, conforme o contexto do contato social. O segundo relato é do acadêmico Vânio Flávio Dias Ferreira, do 1º de Filosofia - noturno, intitulado "Uma ocupação do movimento sem-teto", feita no Parque Oziel, em Campinas, num contato com a realidade de pessoas que, por não terem um teto onde morar, são obrigadas a invadir terrenos para construir uma moradia. Para o observador, que fazia uma representação da ocupação como um local triste, tal fato revelou a relatividade dos sentimentos e das formas de expressão dos mesmos, ao constatar o espírito alegre e festivo que dominava o acampamento na manhã de um domingo. A terceira observação foi realizada por Celso de Oliveira Gil, do 1º de Filosofia - noturno, "Uma caminhada na madrugada da Ressurreição", feita com um grupo de jovens, ao realizarem uma caminhada na madrugada do dia de Páscoa. Trata-se de um rito religioso, informal, inovador, realizado por jovens com o objetivo de levar a mensagem da Ressurreição à comunidade, pregando, cantando, representando. O jovem relata esta experiência como observador-participante que se viu envolvido pelo clima de espiritualidade, pelo sentimento de comunhão entre todos os participantes e pelas influências que as horas do dia, com suas variações de luz e temperatura têm sobre o espírito das pessoas, fazendo-os partícipes de uma comunhão natureza-homem-Deus. A observação seguinte, intitulada "Uma visita à APAE de Santa Bárbara D'Oeste", foi realizada pela acadêmica Cibele Bravo, do 1º de História-noturno. A observadora relata a experiência da alteridade com crianças excepcionais em que teve oportunidade de tomar

consciência do que é ser "normal", frente às situações vivenciadas pelos "diferentes" para a consecução de tarefas que fazemos de forma automatizada e que para elas implicavam grandes progressos, como escovar os dentes ou amarrar os tênis. Daí a autora da observação enfatizar que elas não são diferentes, mas especiais, pois conseguem se alegrar com conquistas realizadas, como "conseguir comer com colher". A quinta observação intitulada "Culto Evangélico: Corrente dos 70 apóstolos", foi feita por um seminarista católico, do 1º de Filosofia-matutino, Kleber Luiz Cardoso, na Igreja Universal do Reino de Deus e, como tal, fica visível o comprometimento frente a uma situação que deveria se caracterizar de neutralidade. Se essa postura não foi alcançada, pelo menos a preocupação antropológica de procurar compreender o outro foi atingida. O sexto relato "Uma Sessão Espírita", descrito por Ivone de Genova Silva, do 1º de História-noturno, é fruto da observação feita no Centro Espírita Luz e Amor, em Itupeva, que realiza cirurgias espirituais. O contato com uma forma alternativa de "cura" provocou medo, espanto, mas foi capaz, também, de possibilitar a descoberta de valores, de um mundo que era completamente desconhecido.

Apresentamos, a seguir, os trabalhos de observação, que não cobrem todos os aspectos da situação escolhida, mas abordam fragmentos da mesma e que chamaram a atenção dos alunos, possibilitando a vivência da alteridade e o enriquecimento pessoal e humano.

RELATOS

1. Confraternização dos moradores de rua na noite de Páscoa

A proposta de fazer um trabalho de observação etnográfica me fascinou. Entretanto, não imaginei que o mais difícil e demorado fosse escolher a situação que seria objeto da observação.

Senti-me tentada a procurar ambientes alegres e festivos, grupos exóticos, situações que não fizessem parte do meu cotidiano mas que em algum momento já tivessem despertado minha curiosidade. Muitas e variadas foram as opções que se manifestaram; faltava, no entanto, um atrativo maior que me fizesse decidir por uma delas.

A poucos dias do domingo de Páscoa, uma amiga telefonou-me e perguntou-me se poderia colaborar com a campanha que a Pastoral dos Sofredores de Rua estava fazendo. Um grupo de agentes dessa pastoral, que diariamente, à noite, serve sopa aos moradores de rua em uma praça na cidade de Indaiatuba, pretendia celebrar a Páscoa com essas pessoas servindo a refeição na noite de domingo, no local onde estava sendo construída a casa que irá acolhê-las no futuro.

A excepcionalidade do acontecimento estava em que seria um cardápio diferente do cotidiano, e nos chocolates que seriam distribuídos.

A colaboração que me pedia consistia apenas em decorar com motivos alegres o amplo refeitório inacabado, que serviria aos propósitos da pastoral. Aceitei o convite.

Mais tarde, pus-me a refletir acerca dos moradores de rua. Vários são os trabalhos que me aproximaram da Igreja Católica: catequese de crianças e adolescentes, grupos de jovens que se preparam para a recepção dos sacramentos, liturgia e outros. Nunca, porém, me aproximara, fisicamente, da clientela da Pastoral dos Sofredores de Rua. Limitei-me, tão somente, a colaborar com algumas campanhas de roupas e alimentos. Alguma coisa impedia um contato maior, mas nunca havia me perguntado o que era. Percebi, nesse momento, qual poderia ser a razão: os moradores de rua eram os "diferentes", desprovidos de beleza (do modo como a compreendemos), carentes de alegria, estranhos, dispensáveis e indesejáveis. Formavam, portanto, o grupo ideal para a minha observação.

Liguei para minha amiga e disse que não só ajudaria na arrumação, como também gostaria de estar presente ao evento. Perguntei se a minha presença poderia causar estranheza e ela disse que não, pois participariam da confraternização vários agentes da pastoral com seus familiares.

No dia 12 de abril, domingo de Páscoa, às 18h,30, saí de casa com destino ao Centro de Acolhimento, que está sendo construído próximo ao centro da cidade. Levava comigo dezenas de folhas de papel crepom colorido e cinco dúzias de bexigas. A confraternização estava prevista para às 20 horas. Teríamos, portanto, pouco mais de uma hora para arrumar o local.

A um quarteirão das obras, vislumbrei dois carros estacionados no terreno frontal, um deles era da amiga que me convidara, Elizete. Ao me aproximar, constatei, agradavelmente surpresa, que o prédio era bastante grande e já estava entrando na fase de acabamento.

Elizete recebeu-me com um sorriso acolhedor e levou-me a conhecer o interior da casa. Mostrou-me a área de serviço onde serão colocados tanques para lavagem de roupas; os banheiros; quatro salas que servirão para recepção e escritório, atendimento médico, assistência social e despensa; a cozinha onde serão preparadas as refeições; o grande refeitório, ainda vazio, que permitirá acolher até sessenta pessoas para as refeições ou para a realização de palestras. Disse também que uma ampla varanda deverá circundar a casa. Falou-me ainda, rapidamente, das diversas atividades e programas que pretendem desenvolver com os moradores de rua - alguns em parceria com outros organismos sociais da cidade - que visam à promoção humana e não somente o assistencialismo.

Elizete falava com indisfarçável emoção. O carinho que demonstrava pelo trabalho, do qual era coordenadora, despertou minha simpatia.

- Imagine Neide, que maravilha não será quando puderem comer sentados à mesa.

Liguei para minha amiga e disse que não só ajudaria na arrumação, como também gostaria de estar presente ao evento. Perguntei se a minha presença poderia causar estranheza e ela disse que não, pois participariam da confraternização vários agentes da pastoral com seus familiares.

No dia 12 de abril, domingo de Páscoa, às 18h,30, saí de casa com destino ao Centro de Acolhimento, que está sendo construído próximo ao centro da cidade. Levava comigo dezenas de folhas de papel crepom colorido e cinco dúzias de bexigas. A confraternização estava prevista para às 20 horas. Teríamos, portanto, pouco mais de uma hora para arrumar o local.

A um quarteirão das obras, vislumbrei dois carros estacionados no terreno frontal, um deles era da amiga que me convidara, Elizete. Ao me aproximar, constatei, agradavelmente surpresa, que o prédio era bastante grande e já estava entrando na fase de acabamento.

Elizete recebeu-me com um sorriso acolhedor e levou-me a conhecer o interior da casa. Mostrou-me a área de serviço onde serão colocados tanques para lavagem de roupas; os banheiros; quatro salas que servirão para recepção e escritório, atendimento médico, assistência social e despensa; a cozinha onde serão preparadas as refeições; o grande refeitório, ainda vazio, que permitirá acolher até sessenta pessoas para as refeições ou para a realização de palestras. Disse também que uma ampla varanda deverá circundar a casa. Falou-me ainda, rapidamente, das diversas atividades e programas que pretendem desenvolver com os moradores de rua - alguns em parceria com outros organismos sociais da cidade - que visam à promoção humana e não somente o assistencialismo.

Elizete falava com indisfarçável emoção. O carinho que demonstrava pelo trabalho, do qual era coordenadora, despertou minha simpatia.

- Imagine Neide, que maravilha não será quando puderem comer sentados à mesa.

Entendi o que ela queria dizer, pois já sabia que, até então, os moradores de rua recebem da Pastoral uma refeição, à noite, na praça defronte à sede da Guarda Municipal, a quatro quarteirões do local onde estávamos. A cada dia, um casal diferente prepara a sopa e outro faz a entrega. O horário é sempre às 20h. Quem passa próximo ao local, momentos antes, pode observar estranhos grupos de homens maltrapilhos, trôpegos e silenciosos que convergem para a praça. Sentam-se na calçada enquanto esperam ansiosos, e alinham-se ordenadamente para receber a sopa, quando começa a ser servida. Em dias de chuva a entrega é problemática: o único abrigo é o toldo sobre a porta de entrada do prédio da Guarda Municipal. Poucos vêm nesses dias. Com recursos tão precários para a realização desse trabalho, não era de se admirar que Elizete ficasse feliz somente por imaginar a sopa sendo servida no Centro de Acolhimento.

Voltamos ao refeitório onde já estavam duas mulheres, ocupadas na remoção de sobras de material de construção que obstruíam o local. O marido de Elizete testava a iluminação improvisada dentro e fora da casa. Em poucos minutos enchemos as bexigas e recortamos os papéis em longas fitas, que foram distribuídas pelas paredes. No fundo da sala, com auxílio de cavaletes e tábuas usadas na construção, montamos uma grande mesa que recebeu uma bela toalha de flores pintadas nas laterais. Momentos depois, chegava um casal trazendo um bolo grande, confeitado com chocolate, dando mostras de estar delicioso. O bolo tomou lugar no centro da mesa e, à volta dele, foram distribuídos ovos de chocolate caseiros.

Passavam poucos minutos das 19h00 quando começaram a chegar outros casais, que fazem parte dos grupos que preparam a sopa, arrecadam alimentos, fazem a entrega e outros trabalhos. Um deles trazia um grande caldeirão com salsichas cozidas em molho, outro trazia pães e os demais, refrigerantes. Nesse momento, fiquei sabendo que o jantar especial consistia em cachorro quente com refrigerante e bolo de chocolate como sobremesa.

Estava tudo pronto. Não havia cadeiras no local, mas os petiscos, a decoração e os demais arranjos estavam concluídos. O rapaz que trouxera os pães lembrou, convenientemente, que alguém deveria ficar na praça para alertar aqueles que porventura não se lembrassem que naquela noite o local da refeição seria o Centro de Acolhimento.

Por volta das 19h30 começaram a chegar os primeiros moradores de rua. Cruzando o terreno baldio ao lado da construção, vinham três homens. Um deles aparentava cerca de sessenta anos, vinha sorrindo timidamente, vestia roupas surradas, chinelos “havaianas” nos pés e boné com propaganda política. Abraçava com cuidado exagerado uma sacola velha e suja que deveria conter todos os seus pertences. Os casais pareciam conhecê-lo muito bem, e o cumprimentavam chamando de “Vô”. Não parecia estar embriagado. Ao passar por mim disse “boa noite” e parou próximo à entrada. Poucos passos atrás estavam outros dois. Embora parecessem bem mais jovens, não conseguia arriscar um palpite de idade para ambos. Traziam o rosto marcado por rugas profundas, pele queimada de sol, barba por fazer, cabelo desgrenhado, roupas sujas e gastas. Não sorriam como o primeiro mas cumprimentavam com voz mansa os presentes, ou respondiam aos cumprimentos.

Como já me fora assegurado, minha presença parecia não chamar a atenção de ninguém.

Percebi um grupo maior, seis ou sete pessoas, que se aproximava. Eram todos homens, não conversavam muito entre si. Vários traziam bolsas desgastadas pelo uso ou sacolas plásticas. O aspecto miserável era comum a todos. Um deles vinha rodeado por cinco cães vira-latas, que obedientemente acompanhavam o ritmo das passadas do dono.

O movimento foi ficando mais intenso, à medida que nos aproximávamos das 20h. O sol já se tinha posto, mas o bom trabalho de iluminação externa me permitia ver os moradores de rua que chegavam de várias direções.

De repente, ao olhar para a minha esquerda, levei um choque. A menos de dois metros de mim estava um homem que me assustara duas semanas atrás. Os olhos vermelhos, a barba negra abundante, o cabelo encarapinhado e os dentes encardidos não deixavam margem para dúvidas. Fora ele a causa de um pequeno tumulto no local onde trabalho. O incidente ocorreu quando o guarda saiu de seu posto por alguns minutos, momento em que esse homem, embriagado, entrou no prédio do INSS, onde trabalho. A sala de espera estava cheia e as funcionárias se desdobravam para agilizar o atendimento. O indivíduo, completamente embriagado e falando alto, sentou-se diante de um dos guichês e pediu dinheiro. Houve apelos para que se retirasse mas ele, irredutível, não mostrava a mínima intenção de se levantar. As pessoas presentes ficaram nervosas e assustadas. O segurança da repartição também não conseguia convencê-lo a ir embora. Somente com a chegada da polícia o homem foi retirado e as coisas puderam voltar à normalidade.

Agora eu me via diante daquela figura que me parecera tão ameaçadora em outro momento, mas que era tratado como um ser inofensivo e carente pelos agentes da pastoral. Um certo temor me invadiu. Achei que poderia ser tomada por ele como uma inimiga, alguém que contribuía para sua expulsão de um setor público. Entretanto, seus olhos passaram por mim como se eu não existisse, demonstrando que não me reconhecera ou como se isso não importasse. Como os demais, instalou-se em um canto do salão e ficou à espera.

Notei que se aproximava um casal, de mãos dadas. Ele parecia muito jovem, cerca de vinte anos, magro, pele clara, cabelos longos e maltratados, roupas sujas como os demais. Ela aparentava mais de trinta anos, cor negra, descalça, bermuda e camiseta de cor indefinida (talvez um dia tivessem sido brancas), uma fita de cetim vermelha prendia parte dos cabelos crespos que há muito pareciam não ser lavados e penteados. No rosto uma cicatriz começava perto do olho esquerdo e descia até o lábio superior. Ambos caminhavam sem muita firmeza, e a mulher aparentava estar bastante embriagada.

Não era possível observar atentamente a todos os que chegavam, mas pude notar que já estavam no local vinte e cinco ou trinta moradores de rua.

Uma mulher chamada Carmem, que com o marido trouxera os pães, começou a caminhar entre eles dizendo que em menos de quinze minutos seria servida a refeição.

O ambiente era descontraído. As pessoas conversavam aos grupos. Continuei observando cada um deles. Os homens e as mulheres da pastoral sabiam o nome da maioria dos moradores de rua, e conversavam gentilmente com eles. Algumas crianças corriam pelo local sem dirigir maior atenção aos mendigos. Não tinham medo nem os tratavam com menosprezo, como muitas outras crianças. Estavam acostumadas a acompanhar os pais na entrega da sopa e até ajudavam nesse trabalho. Elizete, mostrando-se sempre muito ocupada, não parava um minuto indo de um lado a outro, atendendo um e outro.

- A senhora sabia que morreram dois colegas essa semana?

A pergunta era dirigida a mim. Um homem negro, magro e baixo estava ao meu lado. Parecia manter-se de pé com dificuldade, amparando-se em um cabo de vassoura que usava como bengala. Falava pausadamente e exalava um forte cheiro de álcool. Tentei agir com naturalidade e respondi que não sabia mas que só nos restava rezar por suas almas. Ele soltou uma gargalhada e disse:

- Os mortos não precisam de oração. Somos nós, os vivos, que precisamos.

Fiquei um pouco confusa com a resposta. Não sabia se continuava a insistir nas orações pelas almas ou se concordava com ele. Entendi que o que quer que dissesse seria irrelevante. Meu interlocutor continuou a falar de modo espontâneo, olhando para o chão, conversando mais consigo mesmo do que comigo. Disse que na juventude estivera no seminário e estudara Teologia. Tal antece-

dente fazia dele um especialista no assunto, por isso afirmava que rezar pelos mortos é inútil. Concluí dizendo que eu ainda era jovem, mas que um dia entenderia o que queria dizer. Ainda cabisbaixo, balançava a cabeça em sinal de anuência ao que ele próprio dissera, e assim ficou numa atitude silenciosa e solitária, absorto em seus próprios pensamentos.

Eu já ouvira falar desse homem. Seu nome era Sebastião e realmente aparentava ter um bom nível escolar. Não se sabia de onde era sua família mas era certo que não moravam em Indaiatuba. Elizete conhecia a história de muitos deles. Alguns eram itinerantes, não se fixavam por muito tempo em nenhum lugar, iam e vinham conforme os ditames de uma opção de vida incompreensível para a maioria das pessoas. A grande maioria, porém, tinha parentes na cidade. Alguns, sabia-se, eram rejeitados pela família porque não conseguiam se curar do alcoolismo. Outros, simplesmente cansaram-se de trabalhar, de viver de acordo com as regras, de carregar nos ombros a responsabilidade de uma família, de enfrentar as atribulações da vida, de correr com o tempo ou contra ele. Que insondáveis razões poderia ter um ser humano, perguntei-me, para fazê-lo abandonar seus entes queridos, renunciar a um teto sobre sua cabeça, abdicar da certeza do alimento à mesa para mendigar comida de porta em porta, desprezar a higiene e a saúde do corpo, entregar-se completamente à bebida e às drogas, resignar-se a possuir apenas as roupas imundas e surradas que carrega sobre o corpo, dormir com os cães e sob o lixo para aquecer-se nas noites geladas, morrer na solidão sem ninguém para lamentar sobre seu túmulo?

Percebi que quatro ou cinco pessoas da pastoral, entre elas Elizete, conversavam com ar preocupado e olhavam insistentemente para o outro lado da rua. Notei, então, um grupo de mais ou menos dez pessoas que olhavam e apontavam para o Centro de Acolhimento. Ouvi quando Elizete dizia serem moradores da vizinhança, que não concordavam com aquele trabalho em favor dos moradores de rua. Não podíamos entender o que diziam, mas

percebíamos, entre eles, um homem alto, exageradamente obeso, que falava mais que os outros e agitava na mão uma folha de papel.

De repente, incitado pelos demais, o homem gordo atravessou a rua em direção ao Centro de Acolhimento. Elizete e os demais que acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos, foram ao encontro dele. O homem, de aspecto severo e imponente, perguntou quem era o responsável. Elizete apresentou-se como coordenadora. Levantando o papel como se empunhasse uma arma letal, o homem disse firmemente:

- Vê isso? É o abaixo assinado que nós, moradores desse bairro, encaminhamos ao prefeito quando soubemos que pretendiam construir isso aí. Somos contra, sim, porque temos família e não queremos expor nossos filhos a situações degradantes. Essa gente, que vocês apoiam, são vagabundos, imundos, alcoólatras, drogados, roubam, fazem arruaça, defecam nas calçadas, enfim, ameaçam a liberdade e a segurança de todos nós, que nos esforçamos para construir e manter nossos lares.

Ele falava com grande determinação, como se já tivesse decorado e proclamado aquele discurso várias vezes. Ele era, sem dúvida, um líder entre os moradores descontentes. Elizete limitava-se a ouvir e concordar com um discreto movimento de cabeça.

*- Nós queremos apenas que a senhora saiba que, de hoje em diante, ficaremos atentos ao que vai acontecer aqui. Se ocorrer qualquer confusão, ou se os moradores forem vítimas de situações constrangedoras, é à **senhora** que vamos processar.*

Elizete demonstrava tranqüilidade e disse apenas que todos os colaboradores estariam trabalhando para que não houvesse incidentes. Esperavam, inclusive, que os moradores da vizinhança também ajudassem nesse sentido.

Recado dado, o homem disse boa noite secamente e voltou para junto do seu grupo. Em pouco tempo dispersaram-se e os agentes da pastoral respiraram aliviados.

O relógio marcava 20h00, quando alguns casais caminharam entre os presentes pedindo que se aproximassem da mesa, para participar de um momento de oração. Um jovem fora convidado para dar boas vindas e fazer uma leitura Bíblica. Foi formado um grande círculo e um silêncio respeitoso caiu sobre o local.

Nesse momento, foi possível verificar quantos moradores de rua estavam ali. Havia vinte e oito homens e apenas uma mulher.

- E que hora nós vamos comer, gente?

Quem perguntava era um rapaz que aparentava pouco mais de vinte anos. Seus modos eram afeminados, vestia camiseta comprida e bermuda justa, calçava sandálias de couro muito gastas e trazia as unhas dos pés e das mãos pintadas de esmalte vermelho. A boca entreaberta deixava à mostra uma dentição com falhas e infestada de cáries.

- Fica quieta, Gabriela. Depois da reza a gente come.

Quem advertia era o "teólogo". Não houve mais perguntas e o jovem convidado leu o texto do Evangelho de João, capítulo 6, versículos 1 a 15, fez um breve comentário e concluiu o momento de oração pedindo que todos se dessem as mãos para rezar o Pai Nosso.

Nesse momento, o "Vô" disse que gostaria de fazer um pedido:

- Eu queria pedir a Deus que desse muita saúde, paz e felicidade prá todas essas pessoas, amigas da gente, que trazem comida prá nós. Eu nem tenho coragem de pedir nada prá gente que vive na rua, porque a gente não merece. Mas eu sei que Deus vai atender meu pedido porque essas pessoas são muito boas, e merecem toda a alegria do mundo.

Notei que ele falava tomado pela emoção e que não conseguia conter as lágrimas. Senti um aperto no coração. Como era possível, pensei, considerar-se indigno da compaixão de Deus, mas lembrar-se de pedir por aqueles que pareciam ter tido melhor sorte

que eles? Quanto mais eu via e ouvia, menos compreendia aquelas pessoas.

Concluída a oração, começaram a ser distribuídos os sanduíches e refrigerantes. Alguns comiam com voracidade e, pela primeira vez, pude observar sinais de satisfação naqueles rostos desfigurados pela dor e pela indiferença. Conversavam com mais facilidade, agradeciam quando eram servidos e sorriam. Saciada a fome, pediam lanches e colocavam na sacola plástica que traziam. Diziam que era para levar aos colegas que não puderam vir, ou para comer no dia seguinte. Em poucos minutos já estavam satisfeitos e ansiosos por retirar-se. O bolo foi cortado e servido. Cada um recebeu também um ovo de chocolate. Seguravam o presente como se fosse uma frágil preciosidade, que carecia de extremo cuidado para não se danificar. Sem alarde, iam se retirando. Começava naquele momento a busca por um abrigo, um canto qualquer para passar a noite. Alguns faziam questão de agradecer e apertar a mão de todas as pessoas presentes, antes de ir embora.

Às 21h00 já não havia nenhum deles na casa. Os chocolates que sobraram foram distribuídos entre as crianças, em poucos minutos limpamos o local.

Os casais também começaram a se retirar. Todos pareciam bastante felizes, como se tivessem participado de uma grande festa. De onde brotava essa alegria? Por que o contato com a escória da sociedade trazia contentamento a essas pessoas, mas despertava irritação e desprezo de outras? Quem oferecia melhor educação aos seus filhos: esses pais que traziam suas crianças para comer com os moradores de rua ou aqueles que procuravam afastá-los, como o grupo liderado pelo homem que mostrara o abaixo-assinado?

Fui uma das últimas pessoas a deixar o local. Passei pela praça da Igreja Matriz, onde, habitualmente, ficam alguns mendigos. Notei vários cães que rodeavam um homem numa cadeira de rodas, enquanto alguém ao seu lado retirava sanduíches de uma sacola plástica e lhe oferecia.

Voltei para casa pensativa, agradecida por ter um carro para me transportar, uma casa para onde voltar, uma família para me receber e um futuro em que pensar.

A realidade complexa com a qual deparei ao observar uma atividade dos moradores de rua, levou-me a refletir um pouco mais sobre o meu papel diante dessa situação. É muito difícil encarar um problema cuja causa não conseguimos precisar, por isso preferimos nos distanciar dele e mergulhar na tranqüila indiferença.

Mas as coisas não se resolvem simplesmente por ficarem esquecidas. Os fantasmas que permeiam nossos atos omissos surgem quando menos esperamos. O que fazemos então? Fugimos ou enfrentamos?

Na semana seguinte, quando estacionava na praça da matriz, alguém se debruçou na janela do meu carro, antes que fechasse o vidro, e perguntou:

- *A senhora tem um trocado prá eu comprar um lanche?*

Isso já acontecera antes. Esse tipo de investida sempre me causara receio, por isso procurava ter à mão algumas moedas para dar e livrar-me rapidamente do pedinte indesejado. Dessa vez minha atitude foi diferente. Reconheci de pronto o "teólogo", disse que não tinha dinheiro, conversei brevemente com ele, perguntei como estava e lembrei-lhe que logo mais a sopa estaria sendo servida na praça. Não senti medo. Compreendi que a experiência da semana anterior provocara uma transformação em mim. Entrei na Igreja e rezei agradecendo a Deus por isso.

2. Uma Ocupação do Movimento Sem-Teto

Passei uma manhã de domingo, dia 26 de abril, na ocupação dos Sem-Teto Parque Oziel, região oeste de Campinas, sob o pretexto de visitar um ex-vizinho que, não podendo mais pagar

aluguel, se juntou ao movimento. Escolhi este local para fazer a observação, cumprindo o trabalho acadêmico proposto, pelo fato de já haver percebido a singularidade dos moradores dali que, através do movimento organizado, buscam uma identidade e inserção social. Fazem parte dos que hoje costumamos chamar de excluídos e são vítimas de muitos preconceitos da sociedade.

A primeira impressão é de uma paisagem sem cores, sombria. As casas de "madeirite", barracos como chamam, quase se camuflam com a atmosfera cinzenta e empoeirada. As ruas do lugar são praticamente intransitáveis para um automóvel, com grandes crateras devido à erosão provocada pelas últimas chuvas. A maioria das pessoas traz no rosto a marca do sofrimento e da fadiga. Revelam no olhar sua condição de pobres, muitos miseráveis. São peles queimadas de sol, precocemente envelhecidas. Sorriem alegremente, sem receio de mostrar que lhes faltam dentes na boca e as cáries dos que lhes restam. Há muitas crianças pelas ruas, sujas, com o tamanho da barriga desproporcional a sua magreza. Isto não parece causar nenhum constrangimento aos seus pais. São improvisados muitos pontos de comércio que vendem de frango a botijão de gás, proporcionando uma certa autonomia ao bairro.

Uma coisa me chamou a atenção: foi a paradoxal alegria daquele povo. Apesar desse cenário, pairava uma certa alegria no ar. O clima parecia mesmo de festa. Os bares improvisados estavam cheios. O consumo era basicamente de cachaça. O aparelho de som não faltava, a música era fundamental. Tocavam-se muitas músicas melancólicas, sentimentais, "pop-sertaneja" e ao mesmo estilo "pop-pagode". Aliás, não encontrei meu amigo no seu "barraco", estava no vizinho, justamente se confraternizando. Fui convidado a tomar uma caipirinha: é preciso que se beba no mesmo copo, como se significasse que estamos integrados.

Nada havia ali que inspirasse festa ou alegria sob o aspecto visível que se apresentava, que é de grande pobreza. Que motivos, afinal, havia para comemorar? Perguntei ao meu amigo se

aquele domingo era especial, ele me respondeu que ali todo domingo era especial. Percebi que fosse, talvez, a expressão de uma tentativa de libertação da escravidão do trabalho ou da indignidade que a falta dele causa. Então, quebra da monotonia diária, trazendo consigo mudança de atividade e de atitude, ou, pelo menos, vislumbrando uma perspectiva para isso.

A alegria daquele povo me chamou mesmo a atenção. A alegria do povo simples que se manifesta nas festividades do cotidiano, em meio a tantos problemas. Uma alegria que não abre mão, porque ajuda a dar sentido à própria existência. É capaz de seduzir quem está alheio, que veio de fora. Não é mera alienação ou conformismo, mas um esforço coletivo de achar a graça da vida, a sua maneira de ser feliz. E, citando o poeta, "tragar a dor, engolir a labuta" (música: "Cálice", de Chico Buarque de Holanda). As festas ou festejos ou confraternizações, não se encerram como um objetivo em si, mas é uma expressão necessária, prima por opor ao cotidiano.

Pensando um pouco nesse aspecto, arrisquei uma analogia com o bairro onde moro. Também é um bairro operário de periferia, perto da região que chamamos dos DICs (Distrito Industrial de Campinas). Aqui nem todos têm telefone e a frota de automóvel nas garagens é velha. Às 6:20 da manhã, quando saio para ir ao trabalho, já há um grande movimento nas ruas. Observo as pessoas apressadíssimas, prontas para embarcarem em um ônibus, que se nota visivelmente com excesso de passageiros; ou disputando um lugar nas "peruas" de transporte alternativo. A maioria enfrentará uma jornada de mais de oito horas de trabalho, durante cinco dias da semana. Jovens, muitos jovens. Alguns carregam cadernos ou mochilas, revelando que, após o dia de trabalho, ainda irão à escola. Essa rotina, de longe, parece um ritual, ninguém reclama, ninguém se entrega e muito poucos admitem o cansaço.

Os finais de semana são como uma redenção do esforço. São vários os momentos e motivos para festejar: batizados, churrascos de confraternização, vitória de um time de futebol, etc. É muito

pouco considerado o protocolo do convite para participar. Na verdade, a boa acolhida é quase obrigatória. Também comum os mutirões, que sempre acabam em churrasco, como quem une o útil ao agradável, mais do que gesto de solidariedade simplesmente. É importante que haja fartura. Todos devem estar satisfeitos. O consumo de cerveja não é proporcional à renda, tendo, muitas vezes para garantir esse prazer, de abrir mão de outras necessidades. Outro recurso utilizado é o consórcio, popularmente chamado de "vaquinha".

Essa comparação é justamente para ressaltar os festejos presentes na vida do povo. Há uma certa semelhança nas relações das pessoas do bairro em que moro e as do Parque Oziel, onde fiz a observação.

Quase meio dia. Àquele altura já observava algumas pessoas em estado de embriaguez, homens e mulheres. Mas é domingo de manhã, tudo está perdoado. A segunda-feira está próxima e recomeça a rotina da dura lida. A conversa banal não revela preocupação alguma. Já foram várias caipirinhas e cervejas. Contam-se piadas, fala-se de futebol, riem-se uns dos outros.

Aproxima-se uma senhora gorda, com sotaque nordestino, voz firme, anunciando uma reunião às 17 horas, que não causou grande interesse nos que ali se encontravam. Foi recebida com uma anedota, correspondeu à brincadeira, ficou um pouco conosco, depois saiu para convidar os demais. A reunião seria na sede da associação, um "barracão", literalmente, a poucos metros dali, onde tremulava uma bandeira vermelha com inscrição amarela, a bandeira dos Sem-Teto.

"Vida de gado, povo marcado e povo feliz" ..., lembrei-me da música de Zé Geraldo. Claro que a felicidade ali não existe de fato, para quem a traduza em conforto, bem-estar e acesso a direitos básicos do cidadão. É como se fosse uma felicidade por conveniência, engolir a dor da labuta. Para muitos, aquilo chega a ser uma conquista, já que vieram de situações piores. É um "cantinho definitivo", não pensam mais em deixar o lugar.

Parecem alheios à importância do movimento de que fazem parte. Não têm idéia do fato sócio-político que criaram. É uma das maiores ocupações da América Latina, mas só querem mesmo um teto. São comuns comentários a respeito, a maioria contra, muitos os consideram um bando de desocupados invasores, ignorando que ali estão as verdadeiras vítimas. Estão ali, salvo poucas exceções, porque realmente é a última alternativa. De vítimas passam a culpados, e citando Benedito Ferraro, meu ex-professor, "quando se culpabiliza a vítima, legitima-se o sistema".

3. Uma Caminhada na Madrugada da Ressurreição

Sou um católico, como tantos outros, que apenas digo ser porque meus pais o são. Depois de muitas insistências de alguns amigos, fui convidado para participar, na véspera da Páscoa - o dia dos chocolates, na minha concepção, mas nunca da ressurreição - de uma caminhada pelo bairro do Matão, que teria início às 23h00 e seu término na manhã do dia Pascal, às 7h00.

O bairro não era lá grande coisa. As moradias indicavam, basicamente uma divisão de classes que gostaria de definir como sendo classe baixa e super-baixa. Este bairro é cortado pela Avenida Emílio Bosco, que tem início a 800m da Anhangüera e termina na via que leva à cidade de Paulínia. Quem sai da Anhangüera e chega à avenida verá o começo dela, com moradias que indicam que seus moradores estão mais ou menos bem de vida. Entretanto, ao chegar na saída para Paulínia, vê-se a diferença. Também verá que, quanto mais próximo da avenida, a situação é melhor.

Enquanto me dirigia para o local de partida desta tal caminhada obtive informações de como ela começou. Esta caminhada iniciou-se com um grupo de oito jovens, no ano de 1986, quando, ao invés de ficarem em vigília de joelhos ou sentados na Igreja, estes oito jovens pegaram um megafone e rodaram o bairro inteiro cantan-

do, dançando e visitando as comunidades locais, que são no total treze, espalhadas por todo o bairro.

Apesar de no começo contar com poucos integrantes, no ano seguinte o número passou para noventa jovens e, atualmente, já reuniram mais de cento e cinqüenta.

Quando chegamos ao local, que era o balão do bairro - e o "point" da moçada do Matão - já percebi a alegria dos jovens antes do início da caminhada que equivale a mais ou menos dez quilômetros com curvas, subidas, descidas, asfalto e terra.

Faltando dez minutos para iniciar a caminhada, um jovem subiu no bagageiro de uma camioneta e começou a explicar o percurso. Em seguida, começou a cantar umas músicas que eu não conhecia, pois fazia muito tempo que não freqüentava a igreja e pensei que o cantos continuavam a ser os mesmos de uns seis anos atrás.

O que ficou muito claro era o objetivo destes participantes que não era apenas a caminhada, mas enfocar, no decorrer do percurso, a educação que era o tema da Campanha da Fraternidade deste ano de noventa e oito. E como todos os da esquerda, estes jovens da liderança não deixavam de o ser, incitando-os a questionar as atitudes políticas do Brasil de hoje, que mal investe na educação.

Por este motivo, fui notando que o objetivo era político e não de uma busca de fazer o Cristo vivo ressuscitar em seus corações.

Mas, para o meu espanto, isto foi apenas no começo antes de iniciarem a caminhada, pois durante o percurso, o que se via eram todos os jovens cantando e dançando, falando da ressurreição, de Maria, etc.

Percebi os diferentes tipos de jovens: uns, que simplesmente andavam e, timidamente, no início, buscavam com muita dificuldade imitar os gestos de mãos, acompanhar as batidas de palmas; outros, porém, eram o "centro das atenções", nada acontecia

sem que eles iniciassem e, ao buscar descobrir o porquê, fiquei sabendo que havia uma certa hierarquia entre os jovens. O primeiro grupo era o que ficava próximo ao carro de som, eles animavam a massa toda, levando-os a cantar, dançar e louvar ao Senhor; o segundo era o dos coordenadores dos grupos que, algumas vezes, faziam com que seu grupo produzisse algo diferente da maioria - gritando o nome da comunidade, do grupo de jovens ou ainda dando uma de torcedores da fiel ou do São Paulo Futebol Clube, etc.; o terceiro "escalão" era o dos participantes dos grupos que seguiam as "ordens" dos coordenadores. Havia o quarto grupo; deste faziam parte todos os jovens que, passando a madrugada na rua, bebendo e se divertindo, resolveram fazer parte desta massa. De um certo ponto para frente foi difícil saber a quantidade de jovens que estavam presentes.

Uma coisa interessante entre este quarto grupo - isto ocorreu com alguns que entraram na caminhada - era não serem eles convidados como ocorre nas igrejas evangélicas ou outras do gênero. Simplesmente eles gostavam do que viam - comentário à parte, eu não sei se era por causa das moças ou rapazes que eles ou elas viam ou se se sentiam "tocados" pelas músicas que, diga-se de passagem, tinham um ritmo envolvente e, quem sabe, até hipnótico - e pensavam que estes jovens estariam indo para algum lugar. Quem sabe?

Nesta caminhada, eles passavam por todas as comunidades e, em cada uma havia uma apresentação de um teatro. Não eram lá grande coisa, mas mostravam que eles queriam fazer de tudo para dar mais vida à caminhada. Em uma delas, vi que eles abordavam a educação e mostraram o drama de um menor que trabalha pesado e não tem como estudar. E uma das moças que estava encenando, caracterizada com as roupas de uma "menor", fez um comentário muito interessante. Não tinha na hora nada para escrever e, mesmo assim, eu não queria que ninguém percebesse que eu estava observando e, por isso, a mensagem mais importante que mais ou menos guardei com minhas palavras foi esta:

"É interessante criticar o governo que nada faz pela exploração do trabalho infantil, mas você, - disse apontando aleatoriamente, para os que participavam - você e você, não vê que também tem braços e pernas para agir? ", levando, desta maneira todos a pensarem se estavam ou não trabalhando para mudar este quadro. Percebeu-se que, após o vazio de conteúdo, logo após o início até a segunda comunidade visitada, voltou-se ao tema da educação só que desta vez com o olhar não mais voltado para os governantes e sim para os participantes.

Quando já começavam a se cansar, os jovens recebiam uma força de ânimo dos organizadores e lutavam um pouco mais, até o fim, procurando vencer o cansaço e brigando contra a preguiça dos que estavam ficando para trás. Quando já era quase impossível animar os jovens, pois até os coordenadores já estavam desanimando, tiveram a idéia de cantar um canto que conseguiu mexer com os quase "sonâmbulos":

"Cristo quer fazer em mim uma obra nova. E o meu coração quer modificar..."

Parecia engraçado, mas ele conseguiu abastecer de um pouco mais de ânimo os pesados corpos dos jovens que já estavam quase desistindo.

"Vamos, juventude de Deus, precisamos permitir que esta obra nova aconteça em nós ..."

Então, os coordenadores continuaram com toda a força que tinham e o barulho começou novamente com toda a potência. E, enquanto observava um jovem que estava próximo de mim, eu me lembrava dele no início da caminhada. Estava silencioso e nada fazia; entretanto, agora- não sei se era para despertar ou o quê - começou a dançar e tentar aprender o novo canto que foi entoado pela primeira vez ali.

Aconteceram muitas outras coisas interessantes na caminhada, mas que não caberiam em uma única tarefa de observação.

Mas comento a beleza que a simbologia fez no amanhecer do dia, quando começamos a sentir o clarear e o frio da madrugada se perdendo, quando o sono já não estava mais nos olhos de cada um. Cada pessoa foi inundada pela alegria da ressurreição de Cristo anunciada pela pessoa que animava a caminhada. Os jovens voltaram com tudo para dar glória e aumentar ainda mais o poder de ter permitido que Cristo fizesse "uma obra nova" e ter o seu coração transformado. O calor do sol aumentava à sete e as blusas já não se faziam necessárias para cada um que havia estado nesta caminhada e dela participado de corpo e alma.

Adorei a experiência e pretendo repeti-la no ano de noventa e nove, quando acontece a nova caminhada da Ressurreição.

A transformação que uma aventura desta causa em cada um me fez refletir sobre a importância de se estar entre amigos e mostrou uma beleza que nunca havia visto com tanto sentimento, que são as coisas de nosso cotidiano, em que todo o dia o sol se levanta e se põe, mas o sentimento que sentia com a beleza do astro-rei que mostra o fim da morte e a vitória do amor foi incrível.

Se alguém quiser sentir o inexplicável sentimento que tive aguarde o sábado de aleluia do ano que vem e veja como o se faz o "milagre da ressurreição de Cristo" dentro de cada um.

4. Um visita à APAE de Santa Barbara D'Oeste

Numa sexta-feira de abril, pude presenciar um grandioso espetáculo, com atores reais, mostrando a verdadeira beleza da vida.

Minha amiga Juliana leciona na pré-escola da Apae e convidou-me para ir assistir a uma aula dela, e poder realmente compreender o verdadeiro dom de ser normal, no sentido literal da palavra.

Logo fiquei toda entusiasmada, ainda mais que tínhamos combinado ir juntas no ônibus da Apae. Estava no ponto com ela quando, finalmente, o ônibus apontou no topo de uma descida; não era mais um ônibus comum para mim, mas sim algo diferente, especial. Numa primeira visão do transporte já pude notar suas condições precárias, como na maioria das instituições públicas onde falta quase tudo e o que têm são, na maior parte, coisas quase inutilizadas. Enquanto o veículo vinha se tornando mais visível, disse à minha amiga que estava até com medo de andar em um ônibus naquelas condições. E perguntei qual era o motivo de a prefeitura não fornecer um veículo mais apropriado para essas crianças. Como já era de se esperar, ela me respondeu que eu não imaginava como foi difícil conseguir aquele precário ônibus, pois antes as crianças mais carentes sequer tinham condições de chegar até lá, e que, por pior que fosse, ainda era um transporte. Veio-me à mente o crítico estado em que se encontravam alguns alunos universitários a quem até mesmo o péssimo transporte fornecido pela prefeitura tinha sido cortado por falta de verba, e estavam vivendo um grande dilema pois não tinham como chegar à universidade. Difícil é saber onde estão sendo investidas estas verbas. Pelo que se pode constatar aqui em Santa Bárbara, e em muitas outras cidades, é que nas ruas quase não se pode andar de tantos buracos, transporte do município não há, educação está decaindo, saúde é bom nem comentar. A grande dúvida é: onde está a verba?

Finalmente o tão esperado ônibus chegou. Ao entrar me senti como uma intrusa, com aqueles olhinhos todos me olhando. Mas logo minha amiga me apresentou como uma ajudante e disse que eu passaria a tarde com alguns deles que estavam na classe dela. Após isso, parece que ocorreu um certo alívio por parte das crianças e confesso que meu também. Fui para o fundo do ônibus junto com minha amiga e as demais crianças. Mais uma vez pude constatar a falta de segurança daquele veículo, algumas das crianças mal conseguiam se segurar nas curvas por falta de coordenação motora e, em um circular totalmente ocupado, haviam sido escaladas apenas

duas monitoras para segurar e tomar conta de aproximadamente quarenta crianças. Para se ter uma idéia mais ampla da situação, basta levar em consideração como é difícil transportar, em um circular coletivo, uma pessoa "normal" sem deficiências de locomoção, quanto mais quarenta crianças com deficiências físicas, motoras e mentais. É bom ressaltar que em alguns países mais desenvolvidos existem ônibus adaptados para transportarem todos os tipos de pessoas e, principalmente, o deficiente físico. Logo a inibição das crianças acabou e pude até conversar um pouco com elas, e notar animação por estarem indo à escola. Algumas mostraram trabalhos realizados nas oficinas. No geral, as crianças aparentavam ser de famílias humildes, por seu modo de vestir com roupas e sapatos gastos.

Enfim, a batalha da ida tinha sido vencida e nós chegamos ao local de destino; havia uma grande movimentação na portaria. Enquanto as monitoras cuidavam de encaminhar as crianças para suas salas, eu e Juliana saímos em direção ao local onde se encontrava a pré-escola. Na entrada havia inúmeras crianças e adolescentes que chegavam de carro; alguns desses eram antigos mas a maioria novos. Vinham com toda a segurança necessária, bem diferente das crianças que eram trazidas pelo ônibus. daquelas, até mesmo seus uniformes eram novos e, apesar de suas deficiências aparentavam ser bem cuidadas, bem alimentadas. Havia também algumas mães que se preocupavam em acompanhar seu filho até a sala. Outras simplesmente os largavam aos cuidados das monitoras, acho que por vergonha de terem uma criança deficiente.

Chegamos à sala pouco antes de as crianças serem trazidas. Quando entraram, se sentiram inibidas pela minha presença. Porém, como no ônibus, fui apresentada como ajudante. A sala era ampla, com iluminação precária, composta por doze crianças de sete a onze anos, aproximadamente. No início pensei que, por serem de idades diferentes, o trabalho se tornaria complicado, mas elas foram divididas por idade mental, e não cronológica. E, apesar das escalas de idades serem distanciadas, tinham o mesmo comporta-

mento de um aluno da pré-escola. Pude notar que havia crianças de todo tipo: brancas, negras, mestiças, ricas e pobres, com diferentes problemas físicos e mentais; havia algumas que não conseguiam sequer se sentar, outras que babavam, outras que, com muito esforço, falavam, faziam apenas gestos, mas de uma forma ou de outra todas se entendiam. O triste foi saber que algumas crianças que ali estavam nunca iam sair da pré-escola: devido a sua enorme deficiência não teriam condições de passar de série.

A aula começou com a **Roda da amizade**, onde os alunos que podiam falar iriam contar o que tinha acontecido em casa. Uma delas ficou tão animada quando disse à professora que tinha conseguido escovar os dentes sozinha. Pude notar uma grande satisfação da Juliana quando ouviu isso pois em parte foi o trabalho dela que possibilitou este fato. Ela elogiou muito a aluna, inclusive seus colegas bateram palmas. Fiquei perplexa mediante a situação ao ver que um simples ato de escovar os dentes foi tão louvável. Pude perceber ali que eu era a diferente, a "anormal", por ver as coisas fantásticas da vida de uma forma tão simples. Quando a Juliana pediu para eu falar para as crianças um pouco de mim, fiquei sem reação: o que iria falar? Não podia simplesmente falar das minhas férias, como se falaria em uma classe de pré-escola normal onde os alunos falam de suas aventuras em parques, etc., pois a maior aventura daquelas crianças são: falar, andar, pegar uma colher. Resolvi, então, dizer que acordei bem cedo e fui trabalhar; elas aceitaram e Juliana achou legal eu ter comentado do meu trabalho com elas. Algumas pessoas insistem em dizer que essas crianças são iguais a qualquer outra. De certa forma sim, mas o que não deve acontecer é simplesmente a sociedade virar as costas, como tem acontecido, e não dar o mínimo recurso para que desenvolvam sua potencialidade de uma forma total e ampla pois, já que são todas iguais, não precisam de recursos apropriados. É assim que pensam. Na verdade essas crianças não são iguais e nem diferentes, mas especiais, que requerem cuidados especiais.

Após terem acabado os questionamentos, passou-se para as atividades individuais, onde cada aluno trabalha de acordo com

suas condições: algumas pintavam, outras apenas rabiscavam, e outras sequer conseguiam pegar em um lápis. O impressionante, porém, era ver a força de vontade daquelas crianças para simplesmente pegar um lápis, ato este que, para os "normais" é tão insignificante. Fiquei feliz e triste ao mesmo tempo em ver que eu fazia aquilo com tanta facilidade, e elas com uma enorme dificuldade. Quando, finalmente, uma delas conseguiu pegar no lápis, demonstrou uma expressão tão grande de felicidade como se tivesse conseguido ganhar um troféu. E esta felicidade aumentava cada vez mais quando a professora a elogiava. E desta forma se sentia capaz de fazer coisas "simples".

Após os trabalhos individuais, as crianças foram para o computador, onde era desenvolvido um programa especial para elas e o trabalho em grupo era muito importante pois lhes chamava a atenção e descobriam coisas juntas. Percebe-se a importância do trabalho em grupo onde o mais forte tem prazer em ajudar o mais fraco, ao contrário do que acontece no mundo dos "normais", onde um quer passar por cima dos outros.

Foi uma felicidade quando chegou a hora do lanche. Pensei que fosse semelhante aos que tive. Foi diferente: faziam um esforço enorme para simplesmente manusear um talher; a cada gesto, por menor que fosse, era elogiado e aplaudido pelos colegas e professores. Penso ser daí que tiravam tanto força para prosseguir. Terminado a lanche, foram para o parque onde cada um à sua maneira, se divertia. Fui até convidada para brincar com eles! O que me deixou surpresa foi como eles me aceitaram logo. Isso demonstra a necessidade que sentem de carinho e apoio de pessoas que eles não estão acostumados a ter dentro da escola.

Retornaram à classe ainda cheios de energia, onde foi realizado a AVD, atividade de vida diária, que é considerada pela Apae o principal conceito da instituição para a pré-escola. Nesta aula foi ensinado o conceito de "em cima", "embaixo"; quando a professora colocava um copo em cima da mesa e perguntava se estava em cima ou embaixo, os alunos respondiam; os que não podiam falar, faziam

gestos. Como estava próxima a hora de ir embora, ela aproveitou para reforçar o ensino sobre como amarrar as congas. Alguns até conseguiram mas, da maioria nós tivemos que amarrar. O engraçado é que eles não aceitavam que nós amarrássemos, antes de realmente perceberem que não conseguiam.

A tarde já vinha caindo e o ônibus estava a nossa espera. Ao contrário de quando viemos, as crianças voltaram quase que dormindo pela exaustão do dia. Eu e as monitoras segurávamos as crianças a cada curva do veículo para que elas não se machucassem.

Cheguei em casa e pude, então, refletir sobre tudo o que vi e o que fiz. E pude obter a seguinte conclusão: não há como presenciar tudo isso e não dar valor às coisas da vida, por mínimas que sejam. É um dom poder andar, amarrar os sapatos, escovar os dentes, pegar os talheres. É constatando o que isso significa para uma pessoa, que é quase impossível de ser realizado, que exige um imenso esforço físico e muita coragem de continuar sempre tentando, mesmo tendo um fracasso atrás do outros, posso dizer que são mais humanos do que os "normais". Eu, apesar de diferente, fui facilmente aceita no grupo deles, coisa que na maior parte das vezes não somos capazes de fazer nem com alguém em igual condição. Na sociedade quase sempre são vistos como incapazes de realizar e é raro quem tome a iniciativa de incentivá-los a fazer algo. Porém, a força que possuem os ajuda a superar tudo isso. E ainda aqueles que têm problemas menores são capazes até de cursar uma escola normal, como a Juliana havia me dito: um de seus alunos conseguiu se desenvolver tanto que se não falar ninguém diz que freqüentava a Apae.

Esta foi uma grande experiência onde aprendi a dar valor às mínimas coisas da vida, a incentivar, a colaborar, a aceitar, e insisto em dizer que eles realmente são especiais.

Apesar de ter gostado muito da observação que fiz, também pude ver o descaso das entidades governamentais, que não

fornecem sequer transporte adequado, e muitos materiais que eles possuem são doações. Pude ver que, se ensinados corretamente, podem desenvolver um potencial muito grande, bastam recursos e um pouco mais de interesse por parte do governo em ajudá-los. Isso sem levar em consideração certas crianças do Brasil que não têm acesso a uma entidade como essa e que, em inúmeros casos, estão com seu potencial abafado sem ter como ser utilizado.

5. Culto Evangélico: Corrente dos 70 apóstolos

Sempre tive gosto por música; talvez seja este o motivo que me levou a cantar. Posso afirmar tranquilamente terem sido as músicas e a oportunidade de tocar instrumentos que contribuíram para despertar minha fé, minha religiosidade e, de maneira especial, minha vocação.

A fim de manter contato com as músicas, comprava fitas, discos ou "cds" onde encontrasse minhas preferidas. Mas o que acontecia, cedo ou tarde, era enfadar-me delas. Numa busca incessante por novidades musicais, conheci e tomei apreço pelas músicas de igrejas protestantes, que aliás utilizam muito bem os meios de comunicação, como o rádio, em que nos superam enquanto católicos.

Presentes num número significativo de cidades, não encontrei dificuldades para sintonizar em meu aparelho de som a rádio sob os cuidados da Igreja Universal do Reino de Deus. A exemplo das demais igrejas protestantes, tinha em sua programação, além de músicas, notícias e pregações. A mim, fiel católico, impressionavam tais pregações, sobretudo quanto ao conteúdo transmitido.

Desejoso de conhecer as causas pelas quais tantas pessoas chegam até a Igreja Universal do Reino de Deus, decidi participar de um de seus cultos, realizado numa terça-feira, aos quatorze dias de abril de mil e novecentos e noventa e oito.

Situado numa das principais avenidas do centro da cidade de Campinas, Dr. Campos Sales, pela qual passamos eu e meus irmãos seminaristas sempre que nos dirigimos para Universidade, foi neste templo que adentrei às 17:54 hs.

Sozinho, não por opção mas por impossibilidade de estarem presentes naquele momento meus companheiros, fui recepcionado por uma senhora com seus aparentes quarenta e poucos anos, de maneira diferente, mas interessante: ungiu-me a cabeça com azeite de oliva, dizendo que Deus iria fazer uma grande obra em minha vida.

Sem pressa, busquei tomar assento onde melhor pudesse observar, sem perturbar ou chamar a atenção: o centro-superior da arquibancada. Confesso que me acomodei confortavelmente na poltrona, almofadada; todavia, a impressão sentida era mais a de assistir a um espetáculo que a um culto religioso.

Um fundo musical muito agradável, já conhecido por mim, ia ouvindo enquanto observava o local em que me encontrava. Bastante ampla, a dependência era bem iluminada e arejada. À frente via-se um estrado e, sobre ele, uma espécie de lecionário, enfeitado com bonitas flores coloridas, e um moderno teclado mais à direita. Na parede, ao lado de uma cruz, podia ler a frase *Jesus Cristo é o Senhor*.

Espalhadas pelas poltronas, muitas pessoas também esperavam pelo início do culto, algumas lendo textos bíblicos ou livros, outras rezando ou conversando. Eram homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, bem e mal vestidos, brancos, negros, loiros, japoneses, enfim, gente de todo tipo.

Pude confirmar, momentos antes que o tecladista se posicionasse, a tão elogiada maneira pela qual idosos e doentes eram acolhidos pelos chamados obreiros: homens e mulheres, uns mais jovens, outros nem tanto, que, entre outras funções, assistiam aos pastores durante o culto. Fácil identificá-los por se vestirem de modo uniforme e social; encontravam-se junto às paredes.

Presidido pelo Pastor Rodrigues, assessorado por mais cinco pastores, o culto começou quando o animado hino intitulado *Cristo tem poder* foi entoado e executado pelo competente tecladista, fazendo com que levantassem e acompanhassem com palmas os que ali se encontravam, inclusive eu.

O Pastor Rodrigues, após a conclusão do hino, estando sobre o estrado, chamou aqueles que já haviam sido curados por Jesus. Muitos foram até ele, cada qual testemunhando aos presentes a cura alcançada: AIDS, epilepsia, câncer, entre outras. Então, questionando-nos se queríamos ser curados e se acreditávamos naquele Jesus que havia curado os que deram seu testemunho, convidou-nos a orar clamando por nossas enfermidades ou pelas daqueles por quem se representava. Muitos aproveitaram para levantar fotos ou objetos seus ou de familiares ou amigos. Notei que, não apenas neste momento mas sempre que orávamos, os obreiros andavam de um canto para outro dos corredores a nos observar; sentia-me obrigado a participar, já que as pessoas a meu redor, embora simples, oravam com impressionante fervor.

A certa altura da oração, percebi que todos os obreiros se posicionaram em frente ao estrado onde, dois a dois, um a frente do outro, formaram um corredor de três e meio metros de largura. Uma vez formado o corredor, o Pastor Rodrigues chamou-nos a passar por ele, de onde emanaria, pelas orações dos obreiros, a cura desejada; a nós cabia unicamente ter fé.

Todos deixaram seus lugares prontos a passar pelo corredor. Teve início, então, uma grande gritaria, tanto por parte dos pastores e obreiros quanto das próprias pessoas. "*Sai!*" "*Queima!*". Muitos punham as mãos na cabeça e, ao gritarem, retiravam-nas. Confesso ter-me espantado com tal cena, mesmo assim não hesitei em segui-los. Os pastores oravam de uma maneira que considerei assustadora: afirmavam ser o diabo o culpado por todas as enfermidades, excluindo da pessoa ou da natureza qualquer responsabilidade; sem contar o fundo musical, de caráter exorcista.

Finalizada a oração de cura por outra animada música, após questionar se queríamos ter Deus em nossas vidas, o Pastor Rodrigues, sempre auxiliado por outros pastores, pediu aos obreiros que distribuíssem uma cruz feita de cartolina a fim de que a dêssemos àquele que julgássemos necessitar de cura, que deveríamos devolvê-la na terça-feira seguinte, tendo nela escrito seu nome e a cura a ser alcançada. Tive a impressão de que este gesto tinha por objetivo atrair particularmente outras pessoas para este culto.

Depois foi a vez dos envelopes, também distribuídos, a fim de que depositássemos nele a décima parte do dinheiro que tivéssemos conosco. Proclamando uma citação bíblica que, segundo ele, justificava seu proceder, o Pastor Rodrigues convencia os presentes que, pagando o dízimo, receberíamos aquilo que de Deus precisássemos. Muitos eram os que depositavam; algumas faziam questão de levar seu envelope até os pastores, a maioria esperava pelos obreiros que os recolhiam. Em seguida, se ajoelharam os pastores em oração, oferecendo a Deus o dízimo recolhido, esperando receber em troca as graças desejadas; sempre lembrando a citação bíblica. As pessoas se uniram a eles em oração, após o convite do pastor. Findou-se o momento com palmas dedicadas a Jesus.

Tomando outra passagem da Sagrada Escritura, o Pastor Rodrigues relembrava a atitude de Moisés questionando a liberdade cedida pelo faraó egípcio, condicionada a lhe deixarem seu rebanho - aquilo que tinham. Atualizando a palavra de Deus, o pastor comparou o faraó ao diabo e seus servidores, os políticos- sobretudo aqueles que estipulavam o valor do salário mínimo.

- *"Com R\$ 130,00. dizia ele, sequer conseguimos pagar nossas contas; que dirá comprar uma casa própria ou um carro!"*

Criticou a cesta básica, ao afirmar que não supre nossas necessidades básicas.

- *"Devemos ser como Moisés, exigindo tudo aquilo de que necessitamos; não podemos nos contentar. Sabemos que a salvação é mais importante, mas também queremos a prosperidade, a saúde;*

a vida em abundância prometida por Jesus!". As pessoas concordavam e, por isso, aplaudiam.

O Pastor Rodrigues informou, a seguir, sobre a distribuição do óleo de Israel às 8:00 hs do próximo domingo, estando os pastores em jejum. Com isso, queria preparar-nos para a Fogueira Santa de Israel, quando todos os bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, a exemplo de Moisés, subiram ao Monte Horeb a clamar por aqueles que decidissem firmar uma aliança com Deus.

- "No monte Horeb, Deus ouviu a oração de Moisés pela libertação de seu povo, lembrando-se de sua aliança com Abraão. Se ouviu Moisés, então tem que ouvir a gente também!"

O pastor convocou-nos a firmar uma aliança com Deus, ao contrário de muitos que a firmavam com o diabo. Para isso, deveríamos escrever nosso nome num pedaço de papel, distribuído pelos obreiros e pastores e recolhido pouco antes do encerramento do culto. A aliança seria selada no domingo próximo, quando receberíamos o óleo de Israel.

O momento foi concluído com uma oração de consagração em que o povo repetia as palavras do pastor:

- Graças a Deus!

Eis que pudemos apreciar novamente o talentoso tecladista, nos levando a cantar ao Espírito Santo. Seguindo os pastores, todos balançávamos nossos braços de um lado para outro.

- Agora chegou o momento de darmos nossa oferta para a obra de Deus. Amém!?!

O Pastor Rodrigues percebeu e comentou a diferença quanto à animação ao responder "amém" quando desejávamos ser abençoados e quando devíamos dar nossa oferta. Ele afirmou que muitos deixam o dinheiro em casa por medo de que o pastor o peça. Após nos questionar se alguém já havia sido obrigado a dar sua oferta e ter escutado a resposta desejada, estipulou um valor de R\$ 100,00

(lembrei-me de sua crítica ao salário mínimo), que precisou reduzir a R\$ 50,00, a R\$ 10,00 e, por fim, a R\$ 5,00, ao passo que nos interrogava se faria falta. contei pelo menos setenta pessoas atendendo ao apelo do pastor, enquanto duas também animadas músicas eram entoadas e executadas pelo tecladista, sempre acompanhadas por palmas e uma bonita coreografia. Ao final, os pastores oraram por aqueles que fizeram sua oferta e, depois, por aqueles que não fizeram.

Ademais, fomos também convidados a participar, no próximo sábado à noite, do culto em que meditariam a segunda das sete virtudes de um vencedor: a fortaleza; sempre justificando-se pela Bíblia. Oramos, então, para que todos estivessemos presentes nesse culto, comprometendo-nos com Deus.

Recebemos dos obreiros, em seguida, um envelope branco no qual deveríamos, segundo o Pastor Rodrigues, depositar nossa oferta que traríamos na terça-feira próxima.

Preparávamo-nos para o encerramento do culto. Cantamos duas músicas: uma pela qual pedíamos uns aos outros para sorrir e, outra pela qual entregávamos nosso futuro nas mãos de Deus. Muitos foram os que se manifestaram quando o pastor perguntou quem havia sido abençoado. Foi quando levantamos todos nossas mãos para a oração final, concluída pela do Pai Nosso. Batíamos palmas e, a seguir, íamos nos dirigindo, educadamente e sem tumulto, para a saída da dependência, enquanto ouvíamos um prazeroso fundo musical, não mais procedente do tecladista. Percebi que alguns permaneceram ali, assim como quando cheguei, lendo textos bíblicos ou livros, rezando ou conversando, eram 19:36 hs.

Muitas das diferenças que me provocaram um autoquestionamento fazem parte desta descrição. Contudo, uma que realmente me inquietou foi a soberba pela qual se dirigiam a Deus, como que a exigir d'Ele aquilo de que precisavam. Acredito que, diante de Deus, devemos reconhecer nossa condição de pecadores e, antes de "suplicar" suas graças, buscar viver seu plano de amor desapegados de bens materiais.

A experiência da observação foi marcante em minha caminhada, tanto como ser humano quanto como filho de Deus. Por meio dela pude colocar em prática minha postura ecumênica, respeitando a crença daqueles que estiveram comigo, e certificando-me de que realmente faço parte da Igreja que corresponde ao modo pelo qual conheço a Deus e com Ele me relaciono.

6. Uma Sessão Espírita

Quando esta observação foi primeiramente sugerida, levantei várias possibilidades de situações sociais das quais jamais havia participado, tais como ir a uma delegacia e lá permanecer durante algumas horas, ou fazer uma visita a alguma família menos privilegiada e que morasse em situações de penúria, como numa favela, etc. Entretanto, tais situações não ofereciam o aspecto ritualizado desejado. O tempo foi passando e uma certa angústia foi crescendo em mim, já que o dia marcado para a entrega se aproximava e eu ainda não havia decidido "o quê" observar. Mas, como sempre dizia minha mãe, o acaso promove coincidências maravilhosas. E foi assim que, durante uma visita à casa de amigos na cidade, tomei conhecimento da existência deste Centro Espírita localizado bem próximo do sítio onde resido, bem como dos dias em que há sessões.

O mais interessante é que o Centro se localiza numa estrada de terra pela qual invariavelmente transito para chegar em casa. Certamente passei por ele várias vezes em dias de sessão, mas nunca o havia notado; era como se para mim fosse só mais uma casa, mais uma chácara da área rural. Pensando nisso, concluí ser absolutamente verdadeira a afirmação de que na maioria das vezes generalizamos, sem perceber as sutis diferenças do meio que nos cerca.

Desta forma, dada a aproximação da data de entrega da observação, minha indecisão quanto ao local escolhido, a crescente angústia, e finalmente a "descoberta" do Centro, resolvi que seria o

local adequado. Eu já havia ouvido o relato da mãe de André - o amigo visitado - sobre os "feitos" dos médiuns do Centro, o que me causou um certo "comichão". Fiquei imaginando os rituais, imaginando como seria "tomar um passe", e até cheguei a me lembrar de uma experiência que tive aos oitos anos, quando uma prima incorporou o espírito de uma cigana e falava com voz diferente, mais grave, um tanto irônica... Naquela época, fiquei com muito medo! Mas não agora. A simples idéia de assistir a uma dessas sessões, devo admitir, me deixou bastante excitada. De alguma forma me senti como se fosse ainda aquela criança que sonhava com as viagens e passeios marcados, com acontecimentos fantásticos; me surpreendi com um sorriso nos lábios.

Procurei, ainda, saber se era necessário fazer algum tipo de inscrição, ou conversar com o responsável para que pudesse assistir à sessão, mas a mãe de André me disse apenas que "*o Centro é para todos. Se você quiser, pode ir sem medo. Você só precisa deixar seu nome na entrada quando chegar*".

Enquanto me dirigia ao Centro, distante não mais de dois quilômetros do sítio, comecei a imaginar as pessoas que ali estariam. Por estar na área rural, logo imaginei que fosse freqüentado por pessoas bastante simples, assim como a mãe de André; pessoas sofridas, pessoas que dependem exclusivamente da produção da terra, do trabalho de suas mãos no plantio da uva- generalizado nesta região - ou ainda na lida das granjas. Imaginei motoristas de trator rezando, pedindo por um futuro melhor. Não que pessoas do meio rural signifiquem "menos", mas a visão que tenho de meus próprios funcionários no sítio é de pessoas tão simples e tão dependentes de suas próprias mãos, pessoas que não conseguem imaginar uma vida independente do trabalho com a terra, pessoas que dependem de suas lavouras, de seus animais, de suas hortas, sem os quais não sobreviveriam. Foi o que pensei, o que imaginei a caminho. Entretanto, não foi o que encontrei.

Ao chegar ao Centro, qual foi minha surpresa ao ver carros e caminhonetes importados, automóveis nacionais bastante caros, e também, sem dúvida, diversos veículos⁸ mais simples, mais antigos, mais como eu havia imaginado. As placas eram de São Paulo, Indaiatuba, Campinas, Santos (a que mais me impressionou, pois, seria possível que alguém viesse de Santos até aqui só para uma sessão do Centro?), além de Jundiaí e, obviamente, Itupeva. O mais incrível é que apenas alguns veículos tinham placas de Itupeva, município onde se encontra o Centro.

A casa é bastante simples, de alvenaria, pintada de bege por fora e branco por dentro. Assim que entrei, pude observar um pequeno hall cujas paredes ostentam prateleiras com livros à venda, títulos sugestivos de uma literatura absolutamente espírita, tais como "Harpas Eternas", "Vida após a morte", "Psicologia da morte", "Espiritualidade do corpo", "Filosofia perene", entre outros. Em seguida, uma ante-sala, onde fica uma mesa com, digamos, a "repcionista". Loura, usando óculos, vestida de maneira simples, mas que sugeria "algo mais", com um sorriso muito simpático, ela me perguntou meu nome e por que estava ali. Respondi, um tanto sem jeito, que gostaria de assistir à sessão, perguntando se era possível. "*Claro*", ela me disse. Disse meu nome e perguntei-lhe se queria meu endereço e RG. "*Imagina! Não precisa*". Me senti como uma tola e imediatamente pensei no cadastro que fazemos de todos os clientes e fornecedores da fábrica, onde todos os dados e detalhes são imprescindíveis. Disse a mim mesma "*aqui você não é um cliente, é um crente!*".

Próximo à mesa da recepcionista há uma pequena sala anexa, fechada por uma porta-balcão onde, ao que parece, ficam as pessoas da "administração". Entre uma e outra, uma porta que leva ao salão principal.

O salão estava iluminado em três partes; a da esquerda, onde se encontram vários bancos, do tipo que encontramos em igrejas, por uma meia-luz azul que conferia ao local uma atmosfera de extrema paz. As pessoas estavam sentadas, quietas, porém não

caladas. Algumas cochichavam poucas palavras para depois voltarem a calar-se. Resolvi andar ao longo do comprido salão, fingindo estar procurando um local para sentar-me, embora houvesse muitos locais disponíveis. Num segundo ambiente do salão, logo à frente dos bancos e separada por uma bancada, uma maca, uma mesa de instrumentos cirúrgicos, tudo forrado com tecido branco, com algumas pessoas vestidas de branco, com uma luminária de luz branca, porém fraca. O terceiro ambiente, olhando-se da entrada do salão localizado à direita, ao fundo, encontra-se dividido por um biombo e é bastante escuro. Ali se encontra uma mesa oval, coberta por uma toalha também branca, ao redor da qual algumas pessoas conversavam muito baixo, com ar de compenetração.

Após andar até o final do salão, resolvi dar meia-volta e procurar um lugar onde pudesse ter uma visão do todo, onde pudesse observar tanto o que acontecia no ambiente da maca, o que ocorria no ambiente em que se encontrava a mesa oval, quanto às reações das pessoas. Sentei-me no meio, na quarta fileira e fiquei aguardando os acontecimentos.

Às 19:45 hs um homem alto, grisalho, colocou-se à frente e disse: *"Hoje estamos começando um pouco mais tarde. Vamos então orar para que Deus nos ilumine ..."*. Começou a rezar um Pai-Nosso que foi seguido por todos, inclusive por mim. O ambiente era tenso; algo havia ocorrido ali que não pude identificar no momento. As pessoas na "sala da mesa" estavam todas rezando e assim permaneceram, de mãos dadas, com um arranjo simples, mas muito bonito, de flores do campo ao centro da mesa. Só o que pude reparar foram os lábios de algumas delas que se mexiam de maneira pausada, ritmada, literalmente orando. Permaneceram assim até o momento em que, mais tarde, me retirei.

Os trabalhos começaram e a mesma mulher da recepção apresentou-se com várias fichas à mão e começou a chamar as pessoas que ali estavam. Notei que a maioria daqueles que ali se encontravam não seria atendida, pois vários eram os acompanhantes.

tes. Uma senhora aparentando seus 60 anos, casualmente porém bem vestida- notava-se que era uma pessoa de classe média-alta, pelo discreto colar de pérolas que usava- dirigiu-se à maca. Parou diante do homem grisalho e, após este ter-lhe dado as mãos e, ao que parece, ter proferido uma oração, deitou-se. Os "enfermeiros" e auxiliares também oraram, sobrepondo suas mãos. A senhora foi coberta com um lençol branco e o homem grisalho, que então entendi ser o médium, começou a examinar seus olhos; pensei que sua expressão mudaria, tornar-se-ia fantástica, de alguma forma, maravilhosa. Mas ele continuou com uma expressão tranqüila, calma. Então imaginei que dos olhos daquela mulher saíam, literalmente, vísceras - o que vi não foi nada. Ele examinou, olhou de perto, inclinou-se sobre ela, e finalmente uma das assistentes passou-lhe um instrumento pontiagudo que ele imediatamente introduziu no olho direito daquela senhora. Nada de sangue, nada de gritos - os espectadores continuavam simplesmente a olhar e a orar.

Percebi que minha respiração estava alterada o suficiente para que as pessoas sentadas ao lado me olhassem sorratamente. Procurei me acalmar. O que se seguiu na maca foi simplesmente um curativo com a utilização de esparadrapos e gazes, que tantas vezes já vi serem feitos tanto em humanos quanto em animais. As pessoas à minha volta mantinham a calma, a tranqüilidade e pareciam todas ainda compenetradas, como se nada estivesse acontecendo além de pessoas orando. Nada de anormal. Nada extraordinário. Diferente, só o ambiente cirúrgico.

A senhora retirou-se. Pude notar um certo ar de contentamento em seu rosto, parcialmente coberto pelo curativo. Ela sorria levemente. O mais interessante é que pensei que, ao se retirar, ela iria agradecer muito, falar alguma coisa, enfim demonstrar sua gratidão de maneira entusiástica; mas ela apenas sorriu, fazendo pequenos acenos com a cabeça. Pensei, também, que ela não conseguiria andar - talvez o "transe" tivesse o mesmo efeito de uma anestesia, já que as pessoas aparentam não sentir dor. Ao invés disso, ela me

pareceu apenas um pouco zozna, mas totalmente cōnscia de si. Retirou-se andando normalmente.

Já mais tranqüila, mais relaxada, após esta primeira experiência, esperei até que a segunda pessoa fosse chamada. Era uma menina, Camila seu nome. Pequeninha, calculei não mais que quatro anos. Magrinha, um tanto pálida. Na iluminação local não pude distinguir a coloração de sua pele - mas parecia mais amarelada ... A suposta mãe a acompanhava e carinhosamente pegou-a em seus braços para colocá-la deitada sobre a maca- cujas cobertas, nessas alturas, já haviam sido trocadas pelos assistentes. A menina começou a chorar; talvez o ambiente a deixasse com medo ... Me imaginei em seu lugar.

O médium passou os dedos sobre os olhos da pequenina e esta logo parou de chorar, parecendo cair num estado letárgico; suas pernas e braços relaxaram. Assustei-me ao ver aquilo; senti que minhas orelhas ficavam "em pé" e um leve arrepio percorreu-me o corpo. Respirei fundo. Não sei se senti tudo aquilo por não ter filhos e pelo amor que sinto por crianças, animais e pessoas idosas. Mas fiquei muito preocupada com o que poderia acontecer com aquela menininha. Logo o médium apalpava seu abdômen e nele introduziu outro instrumento, desta vez muito pequeno. Levantei minha cabeça tentando ver o que acontecia naquela barriguinha. Correu uma gota de sangue - pelo menos foi o que me pareceu. Depois disso o médium colocou apenas um pequeno band-aid no orifício e ele e seus assistentes, acompanhados pela mãe da menina, ficaram um bom tempo orando, sobrepondo suas mãos sobre aquele corpinho. Mais uma vez passou seus dedos pelos olhos da pequenina. Ela pareceu balbuciar alguma palavra, ao que a mãe acorreu e a abraçou. A pequenina começou a chorar e logo a mãe a retirou do salão.

Para mim foi o suficiente. Estava tão emocionada que senti algumas lágrimas formarem-se em meus olhos. Resolvi que já era hora de ir ... Cuidadosamente, para não tirar a concentração das outras pessoas e, principalmente, para não ferir ninguém, levan-

tei-me e saí do salão. Na recepção havia uma outra moça, morena, que me olhou como se perguntasse "*Você já vai?*". Instintivamente voltei-me e disse-lhe que já ia embora pois tinha um compromisso e ela disse "*Tudo bem. Volte quando quiser*". E me explicou que o Centro mantinha um serviço de auxílio à comunidade, distribuindo cestas básicas e que se eu quisesse contribuir seria bem-vinda. Deixei-lhe meu nome, endereço e telefone, comprometendo-me a auxiliá-los.

Já no estacionamento, sentindo ainda um nó na garganta, vi a menininha Camila entrando no carro de sua mãe. Ali, na iluminação da noite, ela me pareceu bem mais amarela. Senti um forte impulso; não poderia ficar sem perguntar nada àquela mãe. Perguntei-lhe então se Camila estava melhorando, ao que ela me respondeu que sim, que estava bem melhor e que se Deus quisesse, ficaria boa. Durante a conversa fiquei sabendo que Camila tem um tumor hepático e que os médicos haviam dado um prognóstico nada encorajador. A mãe, desesperada, sem saber a quem mais recorrer, resolveu trazê-la ao Centro. Era sua sexta sessão e a menina mostrava visíveis sinais de melhora. A princípio, a mãe havia ficado preocupada, um pouco cética, com um certo medo, mas depois das primeiras sessões e dado a melhora de Camila, ela agora era o que chamou de "fervorosa". Depois da conversa nos despedimos. Só depois que foram embora, notei o carro: era aquele com a placa de Santos!

Ao entrar no carro, meus olhos estavam cheios de lágrimas; ouvir a história da pequena Camila, após presenciar o que havia acontecido lá dentro, me deixou não só extremamente sensibilizada, mas muito mais que isso, sentindo uma estranha alegria, uma estranha leveza, confundidas com uma pontinha de tristeza - é difícil explicar esse sentimento. Mas voltei para casa com a certeza de que há muitos lindos mistérios inexplicáveis neste Universo e que, certamente, nossa vida não acaba aqui. Temos todos alguma tarefa maravilhosa a realizar. Só nos resta descobri-la e colocar mãos à obra! Fiquei feliz por saber que pessoas ainda ajudam pessoas num

mundo que se torna cada vez mais hostil. E, lá no fundo, fiquei ainda mais feliz quando me lembrei de minha mãe...

Mais tarde, pensei no quão pouco sabemos a respeito do Espiritismo e em quantas vezes confundimos as coisas. Inicialmente eu tinha aquela tradicional idéia de que, num centro espírita, as pessoas ficam tomando "passes" e que os médiuns ficam falando palavras ininteligíveis, onde tudo é fantástico, e um tanto maluco. Conversando com uma amiga - que só então descobri que é espírita - fiquei sabendo dos diversos efeitos que podem acontecer: físicos ou inteligentes, como no caso das psicografias e psicofonias.

Mais interessante é que a curiosidade ficou aguçada e estou pensando em retornar ao Centro para comprar um daqueles livros. Aprender, nunca é demais. E, visto a minha total ignorância a respeito, acho que devo me inteirar um pouco do assunto.

Foi uma experiência bastante interessante, pois me colocou em contato com uma realidade que eu não conhecia. Algo tão bonito, feito tão próximo de minha casa, com pessoas tão abertas, apesar de sua seriedade, e num local freqüentado por todos, independente da camada social a que pertencem. Ali, realmente o que conta é o espírito, a essência de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOFF, Leonardo, **Ecologia, Mundialização, Espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1996.
- DREIFUSS, René Armand, **A Época das Perplexidades: Mundialização, Globalização e Planetarização, novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FEATHERSTONE, Mike, **O Desmanche da Cultura: Globalização, Pós-Modernismo e Identidade**. São Paulo: SESC, Studio Nobel, 1997.

- GEERTZ, Clifford, **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LAPLANTINE, François, **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LATOUCHE, Serge, **A Ocidentalização do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORTIZ, Renato, **Um Outro Território: Ensaio sobre a Mundialização**. São Paulo: Olho D'Água, s/d.
- SEVERINO, Antônio Joaquim, "Produção de conhecimento, ensino/aprendizagem e educação" In **Interface**, Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, UNESP, v.2, nº 3, 1998.
- VELHO, Gilberto, "Observando o familiar" In NUNES, Edson de Oliveira, **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RESENHAS

Considerações a respeito de Sociedade Civil e Teoria Política Andrew Arato e Jean Cohen

Antonio Alvaro Barbosa SÁ*

O livro Teoria Política e Sociedade Civil de Andrew Arato e Jean Cohen procura reviver a categoria de sociedade civil com o objetivo de interpretar criticamente o contexto político dos anos 90 especialmente as transições para a democracia nesta década.

Nesta perspectiva a sociedade civil tornou-se o terreno indispensável no qual atores sociais reúnem - se, mobilizam - se, mesmo que seus objetivos sejam a economia e o Estado. A luta é construída entre membros e desafiadores na política (sobre o acesso ao poder) e os resultados materiais que isso pode trazer. Resumindo, conflitos nas e sobre as instituições da sociedade civil e na forma de esfera pública política são vistas apenas por um ponto de vista - como reações ofensivas ou defensivas sobre as relações de poder.

Esta resenha argumenta a partir dos caps. 1, 9, 10 que a análise de Cohen e Arato da distinção entre sociedade política e civil aponta para esta última como o lugar de mobilização e mudanças em certos aspectos de uma cultura política. Esta análise destaca a importância de movimentos sociais para a mudança social e a importância da sociedade civil por constituir públicos e esferas públicas as

(*) Professor de Política de Departamento de Ciências Sociais - ICH-PUC-Campinas, Doutorando em Sociologia na New School for Social Research - Nova York - EUA.

quais são da maior importância para processos de democratização. Ela enfatiza a consciência de grupo, solidariedade, e algumas formas de desigualdade ou discriminação como as principais formas da identidade em movimentos sociais. Ela não explica, todavia, como a organização, interesses, oportunidades e estratégias constituem mobilizações em larga escala. Além disto, ela não explica a interação estratégica de atores políticos na sociedade política, o resultado destes, e como eles afetam processos de democratização.

Ao observar como a categoria tem sido usada, Cohen e Arato vêem que teóricos latino - americanos tem mencionado a categoria de sociedade civil no estudo das transições para a democracia de regimes autoritários. Nestes casos, os teóricos tem se preocupado primordialmente com;

“A transição de um novo tipo de lei burocrática - Autoritária: Primeiro, envolvendo um período de “liberalização”(definida como a restauração e/ou extensão de direitos individuais ou de grupo); e segundo, um estágio de “democratização” (entendido em termos do estabelecimento de um princípio de cidadania baseado no mínimo de participação. Mas estas transições são vistas como fortemente dependentes da “ressurreição da sociedade civil”. Aqui, a sociedade civil significa um grupo e associações entre em algumas versões famílias e grupos face a face de um lado e organizações para-estatais do outro, mediando entre o indivíduo e o Estado, privado e público.(...) Frequentemente, sugere-se que a “ressurreição” da sociedade civil culmina com uma forma altamente mobilizada e concentrada de mobilização de massa e levante popular.”

A categoria de sociedade civil não é colocada em relação a casos de regimes autoritários em transição para a democracia. A categoria foi revivida na França em meados de 1970 como um primeiro

referente para projetos democráticos de parte significativa de grupos e uma variedade de atores coletivos.

A discussão francesa tem preservado a distinção Toquevilliana entre sociedade civil, sociedade política e Estado. A sociedade civil é definida em termos de Associações) que sobrepõem-se a relações de classe: grupos de vizinhança, redes de ajuda mútua, estruturas localmente baseadas que propiciem serviços coletivos. Mais dinamicamente, a sociedade civil é vista como um espaço de experimentação social para o desenvolvimento de novas formas de vida, novos tipos de solidariedade, relações sociais de cooperação e trabalho. A sociedade civil, por outro lado é entendida como um espaço no qual a autonomia dos grupos e a articulação de conflitos entre eles são defendidas e a discussão e debates de escala coletiva ocorrem. O conceito de sociedade política, portanto, inclui a esfera pública como a sua maior dimensão, dado a ênfase no conflito (negociação e compromisso), ele não é inteiramente redutível a isto."

A relação direta com "anti-totalitarismo" ou lutas anti-autoritárias por democracia não é inteiramente indispensável para interpretar a política das democracias ocidentais em termos da categoria de sociedade civil. Um bom exemplo é a Alemanha Ocidental onde, diferentemente da França, os dissidentes tem tido somente um pequeno e ambíguo impacto. Não havia a necessidade de diferenciar política radical daquela do partido de massa nos moldes leninista.

A análise de Arato e Cohen da política da sociedade civil focaliza, todavia, tentativamente; ao menos em um possível futuro para o ocidente. Sua combinação de sistemas subdiferenciados e uma bem definida sociedade civil, na qual o último tem primazia sobre,

envolvendo nem os custos econômicos nem os efeitos sociais dos modelos envolvendo a dominação social de um ou outro subsistema, o qual tem regularmente prevalecido na história Européia. A política da sociedade civil promete tanto a autoregulação e a remoção de importantes esferas da economia, e põe a questão de como esta autoregulação pode ser regulada sem estatismo e paternalismo.

Este tipo de análise dá uma grande importância a autonomia das instituições da sociedade civil. Ao fazê-lo ele mina a importância do Estado e sua intervenção na sociedade civil. A crítica ao Estado de Bem - Estar Social na Europa pode ser a razão para este tipo de perspectiva.

Arato e Cohen argumentam que movimentos sociais influenciam a sociedade civil através de atividades que são dirigidas primariamente ao Estado. Ao contrário eles tendem a focalizar os democratas radicais da sociedade civil via exercício de liberdades individuais ao mesmo tempo que eles aceitam os sistemas políticos e econômicos existentes.

Com o intuito de defender esta tese é necessário, todavia, olhar para as contribuições e problemas de dois paradigmas: teorias da mobilização e recursos e o paradigma da identidade.

(...) teorias da mobilização e recursos enfatizam tais objetivos variáveis tais como, interesses, oportunidades e estratégias para lidar com mobilizações em larga escala. Estas variáveis são dirigidas de um ponto de vista neoutilitarista atribuída a atores coletivos.(p.497-8).

A despeito das diferentes orientações dentro deste paradigma, variando desde uma lógica estritamente individualista a perspectiva puramente racional desenvolvida por Olson ate o modelo do processo político desenvolvido por Tilly todas as versões das teorias das mobilizações dos recursos, analisam a ação coletiva em termos da lógica da interação estratégica e cálculos de Custo e benefício.

Observando, mais especificamente, o trabalho de Tilly, Arato e Cohen argumentam que é possível delinear algumas conclusões: Tilly mostra que a ação coletiva pressupõe o desenvolvimento de uma sociedade civil e política autônoma as quais são garantidas por direitos e sustentadas por uma cultura política democrática que estão presentes nas “instituições formais.”

Ele, todavia, enfatiza as oportunidades políticas e estratégias que estes tem para a emergência do repertório de ações políticas do século XIX. Resumindo ele observa apenas as dimensões destes processos que são relevantes para a mobilização de grupos organizados competindo pelo poder (pg. 503)

O conflito social no século XIX crescentemente tomou a forma de lutas ativas e ofensivas para a inclusão nas estruturas que controlam recursos a nível nacional. Finalmente, o desenvolvimento da política eleitoral criou um meio ambiente maleável a associação voluntária e mobilização em larga escala.

A perspectiva da sociedade civil, contrariamente a esta perspectiva, iria enfatizar duas dimensões adicionais da ação coletiva contemporânea: a política de influência da sociedade civil na sociedade política, e a política de identidade (o focus na autonomia, identidade e democratização das relações sociais fora da política). No paradigma da identidade é importante mencionar que atores contemporâneos conscientemente lutam pelo poder de construir novas identidades, de criar espaços democráticos dentro tanto da sociedade civil e na política por ações sociais autônomas, e reinterpretar normas e remodelar instituições.

A partir do paradigma da identidade, Cohen argumenta que no caso dos movimentos das mulheres, por exemplo, o senso de consciência de grupo, solidariedade, e de discriminação injusta estavam entre as pré-condições da ação política coletiva, embora a forma que tal ação toma varia com a estrutura do estado e instituições políticas (sindicatos e partidos) no país.

No caso das mulheres que possuam solidariedade de grupo envolvendo uma ameaça explícita a formas tradicionais que identifiquem as mulheres primeiramente em termos de mãe e esposa e desigualdades justificadas, exclusão e discriminação. Resumindo, a tradicional compreensão do lugar da mulher e identidade tem mudado as novas identidades construídas, antes que questionamento e discriminação sexual pudessem aparecer como um assunto legítimo e as mulheres pudessem mobilizar-se contra eles.

Alem disso, em sua discussão do movimento feminista, Cohen argumenta que o objetivo primário dos novos movimentos sociais são a instituição da sociedade civil. Estes movimentos criam novas associações e novos públicos, e tentam tornar as instituições existentes mais igualitárias. Eles expandem a discussão publica na sociedade civil, e potencialmente expandem os movimentos sociais e os suplementam com novas formas de vida feitas no domínio masculino. Neste tipo de análise organizacional, interesses, oportunidades, estratégias, assim como a barganha entre elites são secundários para processos de democratização.

A maior contribuição desta perspectiva e a compreensão da distinção entre Estado, sociedade política, e sociedade civil e a compreensão deste último como o terreno no qual atores sociais reúnem, organizam-se e mobilizam.

Finalmente, a despeito da importante contribuição de tais análises para a compreensão de uma cultura política específica, eles não mencionam os problemas da interação entre níveis micro e macro de análises em movimentos sociais, nem em que extensão esses movimentos estão relacionados com mudanças históricas específicas que ocorrem em uma dada sociedade, nem mudanças na interação de atores sociais na sociedade.

(O Conceito de Sociedade Civil - Andrew Arato e Jean Cohen. Massachusetts Institute of Technology - MIT-1992)

Curt Nimuendaju

Etnografia e Indigenismo: Ed. Unicamp, 1993.

Raquel Pereira ROCHA*

Em "Etnografia e Indigenismo", Marco Antonio Gonçalves, reúne uma coletânea de cartas, notas e relatórios redigidos por Curt Nimuendaju, entre as décadas de 1910 a 1920. Vários destes escritos formam um acervo de documentos enviados ao S.P.I. (Serviço de Proteção aos Índios), dirigido nesta época por Luiz Bueno Horta Barbosa, em cujo arquivo pessoal permaneceram guardados por mais de 70 anos, manuscritos que dizem respeito aos Kaingang, aos Ofaié e a outras etnias indígenas brasileiras.

Estes documentos foram, sobretudo, realizados com o objetivo de denunciar atrocidades cometidas contra os povos indígenas, reclamar ações que pudessem resolver problemas pontuais, como a questão da demarcação de terras, por exemplo. Além disso, procuravam informar sobre o desenvolvimento de seu trabalho entre os índios, as áreas onde se fazia mais urgente a construção de postos do S.P.I., as condições de sobrevivência das sociedades indígenas, com as quais entrava em contato, bem como, as consequências da relação entre índios e representantes da Igreja Católica, colonos, grileiros, seringueiros e outros grupos não-índios.

Nimuendaju, em paralelo às preocupações com os métodos de contato dos índios pelos não-índios, ressalta em seus escritos, importantes abordagens sobre a organização social dos grupos com

(*) Mestranda em Antropologia Social / Unicamp
Integrante do Laboratório de Etnologia da PUC-Campinas

os quais trabalhava. Como, por exemplo, em, *Notas sobre a organização Religiosa e Social dos Índios Kaingang*, [1913] e no, *Relatório sobre os Xavante de Mato Grosso* [1913], onde, além do relato de como ocorreram os primeiros contatos, e de como se deu o processo de pacificação, procurou registrar aspectos centrais da organização social dessas sociedades.

A apresentação de Antonio Gonçalves, traz um panorama da vida e da obra de Curt Nimuendaju, buscando traçar sua trajetória entre os índios, e situar suas publicações, enquanto fruto de seu trabalho de campo. Por fim, destaca como as informações históricas, deixadas por Nimuendaju, sobre os índios brasileiros, constituem-se em dados pertinentes e bastante relevantes à história da etnologia no Brasil.

CURT NIMUENDAJU

Nimuendaju nasceu no dia 17 de abril de 1883, na cidade de Jena, na Alemanha. Chegou em São Paulo, no ano de 1903. Foi trabalhar na biblioteca do Museu Paulista, e afastou-se da instituição após discordar do então diretor do Museu, Hermann Von Lhering, por este ter se demonstrado favorável ao extermínio dos índios.

Nimuendaju, identificou-se com a visão de Rondon, quanto ao destino dos povos indígenas. Associou-se e começou a trabalhar na Instituição de Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), desde a sua fundação entre 1910 e 1913.

No âmbito da etnologia indígena sul-americana, revelou-se um personagem importante. Autor de uma obra etnográfica substancial, fruto de 40 anos (1905 a 1945), dedicados à pesquisa de campo, entre os índios brasileiros. Autodidata, considerava-se um leigo. No entanto, como coloca Antonio Gonçalves: *já havia percebido que a relação com o outro era uma poderosa fonte de conhecimento*. Graças ao seu trabalho, sociedades indígenas como: Apinayé, Xerente, Tukuna e outras passaram a fazer parte da etnologia mundial.

Sua primeira publicação foi sobre os Apapocúva-Guarani,¹ Grupo que em 1906, lhe deu o nome, Nimuendaju. A partir daí, publicou muitos artigos e livros, dos quais, destacam-se, entre outros, os que versam sobre a organização social Jê. Seu trabalho serviu de inspiração e base a outras gerações de etnólogos que dedicaram-se posteriormente à pesquisa entre os povos Jê. Como, por exemplo, o Projeto Havard - Museu nacional, coordenado por Maybury-Lewis e Roberto Cardoso de Oliveira². Além do trabalho etnográfico, Nimuendaju, coletou e organizou coleções de peças etnográficas, que hoje estão no acervo de museus da Alemanha, da Suécia e do Brasil.

Em 1914 estabelece sede no Museu Emílio Goeldi, em Belém do Pará, e viaja pela região do Pará, revisitando os Tembé e conhecendo outros grupos, entre eles: Apaiari, Sipaya, Arara, Kayapó.

Neste mesmo Museu, pouco antes de sua morte elaborou um Mapa Etno-histórico, que reuniu 40 troncos linguísticos, três caracteres topográficos e a localização de 1.400 tribos e ministrou aulas de etnografia entre 1941 e 1944.

Em 1943, vai ao Rio de Janeiro à convite do Marechal Rondon, para integrar os trabalhos etnológicos do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, fica gravemente doente, e é impedido pelos médicos de continuar a realizar expedições.

A partir daí, passa a executar trabalhos para o Museu Nacional e outras entidades, enquanto prepara em português, seu trabalho sobre os Canela. Em 1945, apesar das recomendações médicas resolve fazer uma viagem aos Tukuna, onde falece no dia 10 de dezembro de 1945.

OS KAINGANG, OS OFAIÉ-XAVANTE E OUTROS GRUPOS INDÍGENAS POR NIMUENDAJU.

Entre 1910 e 1912, Nimuendaju convive com os Kaingang em São Paulo. O autor preocupa-se com uma problemática, no qual,

os Kaingang estariam envolvidos. Esses índios estariam sendo acusados de colocar 'obstáculos' à colonização do sertão paulista, barrando o desenvolvimento da cafeicultura. Essa atitude acabou por motivar uma ação indigenista de proteção aos índios, dentro de uma concepção defendida por Rondon e seus seguidores.

Escrevendo sobre os Kaingang, Curt Nimuendaju contesta o catequizador P. Chagas Lima, de Guarapuava, em 1812, segundo o qual, grupos classificados como "Dorin" e "Xocrê", seriam subdivisões Kaingang. "Dori", na verdade, parece fazer referência a um chefe, e "Xocrê" seria um termo utilizado pelos Kaingang para designar grupos mais afastados e de menos contato com os ocidentais. Para Nimuendaju, os Xocrens a quem o P. Chagas se referia tratava-se dos botocudos (Aweikoma) da divisa do Paraná com Santa Catarina e não dos Kaingang.

Uma outra divisão, que Nimuendaju contesta é a dada por Telêmaco Borba, em carta dirigida ao Museu Paulista, onde, por "Camés" refere-se ao grupo meridional, "Kaingang-pé" aos de Tibagy, de "Xocrens" os de oeste e de "Nhakfateite", os índios hostis do sertão do Laranjalzinho. Esse mesmo autor, em outros escritos divide os Kaingang em: Cagurucrês, Cames e Cainguangues. Para Nimuendaju, essas designações confundiam-se com os nomes clânicos e com a divisão cosmológica do mundo Kaingang em duas metades, Kamé/sol e Kanerú/lua, com implicações nas regras matrimoniais, práticas mortuárias e de ordens cerimonial e religiosa. Nimuendaju descreve em: *O Jaguar na Crença dos Kaingang do Paraná*, [1913] por exemplo, como o jaguar é representado na mitologia Kaingang, pelas respectivas metades Kamé e Kanerú. Kamé fez o jaguar fagnareté (de pintas grandes) e Kanerú fez o jaguar acanguçu (de pintas pequenas). Ambos as metades manifestariam desejo de travar relações com o "parente" jaguar. Com este tipo de abordagem, desenvolvida posteriormente, também entre os Apinayé⁴, Nimuendaju chama a atenção para a existência de um conjunto de sociedades indígenas, que embora caracterizada por uma agricultura pouco desenvolvida e a falta de objetos de cultura material, como cerâmica e redes, inspirou

os etnólogos, pela sofisticada organização social dividida em metades, e uma complexidade cultural surpreendente.

OS OFAIÉ

Os Ofaié, juntamente com os Otis de São Paulo e os Akue de Mato Grosso, segundo Nimuendaju, formavam os Xavante, de língua Jê. Suas cartas constituem relato detalhado do preparo e do desenvolvimento de sua expedição entre eles.

Em seu relatório, Nimuendaju, relata como os Ofaié, interiorizaram-se no Mato Grosso fugindo aos ataques dos brancos. O objetivo de sua atuação junto aos Ofaié foi evitar novos massacres por parte da população regional.

Esses índios estariam incomodando uma fazenda no município do Campo Grande, que pertencia à Norte-americanos. Estes haviam notificado aos Frades Capuchinhos, que não aceitariam a presença dos Ofaié ameaçando expulsá-los violentamente. Nimuendaju pedia auxílio, pois temia que o pessoal da fazenda cumprissem as ameaças.

Nimuendaju relata como esses Frades capuchinhos encontravam-se em condições precárias de saúde, moradia e alimentação, não dando conta da própria sobrevivência, e muito menos do atendimento que tentavam dar aos índios. E, a fim de contactar os Ofaié que haviam adentrado o interior, Nimuendaju relata sua busca e sua tentativa de estabelecer contato.

No *Relatório sobre os Xavante de Mato Grosso* [1913], narra apontamentos históricos referentes à conquista da região de "Vacaria", compreendida entre a Serra de Maracajú e o Alto-Paraná, aí estaria o centro da tribo, numa extensão que estaria entre a margem direita do alto Paraná e à esquerda do rio Yvynhema. A história dos Ofaié na vacaria estaria entrecortada de 'dadas' (conflitos com mortes), roubos de gado, e alguns assaltos praticados pelos Ofaié, castigados com perseguição, assassinato e escravidão.

Para os Ofaié, os 5 anos que duraram a guerra do Paraguai teria sido um período de descanso, pois diante da invasão paraguaia, em fim de 1864, os perseguidores fugiram para o norte voltando somente depois da guerra.

Na defesa aos Ofaié, Nimuendaju contava com a ajuda de Don Ramón Coimbra, um boliviano sertanista, que exercia um cargo de "corregedor" na povoação indígena de Sto Corazón. D. Ramón Coimbra esforçava-se para a apaziguação dos índios, procurando amenizar conflitos, servindo como mediador entre os nacionais e os índios. Porém, mesmo com todos os esforços a tarefa de paz revelava-se quase impossível.

Uma das lutas mais importantes desse personagem foi um pedido encaminhado ao governo estadual por volta de 1905, para que este cedesse a terra de Laranjalzinho, para os Xavante e para colonizar famílias pobres. Contudo, como disse Nimuendaju: *A idéia sublime de 'proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais' que ocupavam o espírito deste singelo sertanista boliviano foi sepultada com seu requerimento nos vinhedos de Cuiabá (1993: 114).*

Os Ofaié em fuga dos seus perseguidores em Mato Grosso, às margens do Paraná faziam uma tentativa de aproximação. Apresentaram-se às monções que navegavam o rio, buscando estabelecer uma relação de comércio, e a Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso, no barranco do rio Paraná. Por conta disto, D. Ramón, é convidado pelo Capitão Francisco Witacker para coordenar um trabalho de aldeamento e socorro aos Ofaié. D. Ramón aceita, mas, a área pleiteada pelos índios (barra do rio Sto. Anastácio) para instalação de uma aldeia é negada pelo capitão, os índios, porém, fixam morada no local, com a concordância e a proteção de D. Ramón.

Sobre os Ofaié que encontravam-se no sertão de Mato Grosso, na região do Laranjalzinho, (região pleiteada por D. Ramón, para a instalação dos Ofaié) Nimuendaju faz apontamentos estatísticos em fevereiro de 1913, relacionando nome, idade e grau de parentesco.

Não obstante, as boas condições da região de Laranjalzinho, Nimuendaju mostrava-se apreensivo, pois, este local, concentrava um grande número de pessoas não-índias. Ao contrário de D. Ramón, não acreditava que uma mesma região pudesse abrigar impunemente aldeamentos indígenas e colônias de trabalhadores. Para Nimuendaju, essa mistura demográfica acabava sempre por gerar novos conflitos, e conseqüências funestas a ambos os grupos, em decorrência, principalmente, das diferenças culturais.

OS GUARANI, OS TERENA (CHÂNE) E OUTROS HABITANTES DA REGIÃO DO LARANJALZINHO

Outros grupos indígenas, que habitavam o ribeirão de Sta. Bárbara do S.P.I., dentro da zona do Laranjalzinho são também apresentados por Nimuendaju. Eram índios Guarani, que fugindo das fazendas da região da Vacaria e de seus patrões foram pedir abrigo a D. Ramón; dentre eles, os Terena, denominados como 'civilizados', que acompanharam os patrões na invasão da Vacaria. Uma parte deles havia também instalado-se na zona defendida por D. Ramón.

Nimuendaju fala de uma população estimada em mil pessoas, todos Guarani. Grupos que subsistiam da lavoura, dentro de uma zona delimitada entre o rio Paraná, da barra do Yvynhema e a divisa paraguaia, indo até a vizinhança de Ponta Porã, onde nasce o rio Dourado.

Em suas cartas à Luiz Horta, pedia também, informações sobre os índios do Pará, solicitando a instalação de um posto do S.P.I. na região. Fala sobre algumas tribos isoladas, com um histórico de pouco contato, no território do Estado do Pará, a saber, a Guiana Brasileira, a região entre o Gurupi e o Tocantins, a zona limítrofe com o Mato Grosso e a zona limítrofe com Amazonas, ao sul do rio Amazonas. E assim, vai relatando outras aldeias 'pacificadas' que encontra ao longo dos rios que descem do Tumucumaque, as condi-

ções de acesso à região, e as condições de existência dos índios encontrados.

Nimuendaju recomendava a construção de um posto do S.P.I, na região do Uaçá onde havia 400 índios Palikur e Aruan, miscigenados com uma população negra, e outros grupos como Aíána, Upuruy, Tirió e Oiampy.

O autor lembra outros grupos que achava merecer a atenção do S.P.I, entre eles os Gaviões, refugiados no Tocantins, os Arara do Alto Pacajá. Fornece informações sobre a região do Xingu, pede proteção contra pessoas que se serviam da população indígena como *rótulo para obter subvenções e favores* e que o colocassem em contato com Rondon, pois desejava ter notícias sobre as tribos de Rondônia e sobre o desenvolvimento do trabalho realizado pelo Marechal.

Enfim, o esforço empreendido por Antonio Gonçalves em reunir cartas e relatórios redigidos por Nimuendaju, revela-se uma obra documental capaz de, entre outras atribuições, fornecer informações relevantes à pesquisas sobre a trajetória dos povos indígenas retratados, ao estudo histórico sobre os estados de São Paulo e Mato Grosso e sobretudo, revela aspectos importantes sobre o próprio percurso da Etnologia no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

NIMUENDAJU, Curt. **Etnografia e Indigenismo. Sobre os Kaingang; os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará.** Organização e apresentação: Marco Antonio Gonçalves. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 1993.

_____. NIMUENDAJU, Curt. *The Apianyé.* Catholic University for America, 1939.

DA MATTA, Roberto. *Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé.* Petrópolis. Vozes, 1976.

NOTAS

- (1) *As Lendas da Criação e destruição do mundo como fundamento da religião Apapocúva-Guarani [1914]*
- (2) Projeto de estudo dos grupos indígenas do Brasil central de língua Jê . Convênio entre "Harvard-Central Brazil Research Project sob a orientação de David Maybury-Lewis e o Museu Nacional coordenado pr Roberto Cardoso de Oliveira. Trabalhos publicados sobretudo na déc de 70.
- (3) NIMUENDAJU, Curt. *The Apianyé*. Catholic University for America, 1939.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORADORES

A revista **Humanitas** publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais, Geografia e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias:

Artigo Original e Resenhas.

Submissão de trabalhos. Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de *figuras* ou *tabelas* publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso.

Apresentação do manuscrito. Enviar os manuscritos para a Comissão Editorial do Instituto de Ciências Humanas - PUC-Campinas, em duas cópias, preparados em espaço 1,5, com fonte tamanho 12 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha**. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português, com título, resumo e termos de indexação no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5", empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: **ich@acad.puccamp.br**

Página de título. A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo, b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião científica, indicar nome do evento, local e data de realização.

Resumo. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 100 e no máximo 200 palavras no idioma original e em inglês. O resumo deve conter informações claras quanto ao objetivo do trabalho, metodologia, resultados e conclusões principais. Não deve conter citações e abreviaturas.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

Agradecimentos: Podem ser registrados agradecimentos, em parágrafo não superior a três linhas, dirigidos a instituições ou indivíduos que prestaram efetiva colaboração para o trabalho.

Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/1989.

No texto citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como ABRANCHES (1987); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por &, como em CAREY & SHUGART (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e do ano da publicação, como em STARK *et al.* (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. **A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.**

Exemplos:**Livros**

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2. ed., São Paulo: Vértice, 1986.

Artigos

REIS, E., "Elites agrárias, state-building e autoritarismo" In **Dados**, v. 25; n.3, p. 275-269, 1982.

Coletânea

ABRANCHES, S. H., Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975, In O.B. Lima e S.H. Abranches (orgs.). **As origens da crise**. São Paulo: IUPERJ/ Vértice, 1987.

Teses acadêmicas:

SGUIZZARDI, E.H., **O estruturalismo de Piaget**: Subsídios para a determinação de um lugar comum para a ciência e a arquitetura. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo, 1986. Tese de Mestrado.

Citações bibliográficas no texto. Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, e devem constar da lista de referências bibliográficas.

As **nomenclaturas** deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das ciências humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

REVISTA HUMANITAS

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

PUC-Campinas

Campus I - Rodovia D. Pedro I, km 136 - Caixa Postal 317

Telefone/Fax: (0XX19) 756-7238

CEP: 13020-904 - Campinas-SP - Brasil

e-mail: ich@acad.puccamp.br

FICHA DE ASSINATURA

Nome: _____

Instituição: _____

Endereço para envio da Revista:

Rua _____

Nº _____ Aptº _____ /Bloco complemento: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

Assinatura anual da Revista: R\$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.

Rui Ribeiro de Campos

A GEOGRAFIA RADICAL, NA FRANÇA E NA AMÉRICA
ANGLO-SAXÔNICA

Mirza Maria Baffi Pellicciotta

RIQUEZA URBANA E RURAL, SOFISTICAÇÃO PRODUTIVA
E CONSTRUTIVA: RAÍZES DO FAUSTO NA REGIÃO DE
CAMPINAS

Antônio Carlos Pinheiro

POR UMA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE:
GLOBALIZAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Maria Salete Zulzke Trujillo

FRAGMENTOS DE "OUTROS"

RESENHAS